



Bruxelas, 30.1.2019
COM(2019) 22 final

ANNEXES 1 to 3

ANEXOS

do

Documento de Reflexão

Para uma Europa sustentável até 2030

ANEXO I Contributo da Comissão Juncker para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, adotada em 25 de setembro de 2015, traça um quadro global para alcançar um desenvolvimento sustentável até 2030. Apresenta um conjunto ambicioso de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas afins que os países e as partes interessadas deverão levar por diante.

A UE teve um papel decisivo na configuração da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e, a par dos Estados-Membros, está empenhada em permanecer na linha da frente da sua execução, tanto ao nível interno da União como ao nível da prestação de apoio aos esforços de execução de países terceiros, com destaque para os mais carenciados, através das suas políticas externas.

As dez prioridades da Comissão Juncker integram vertentes fundamentais do desenvolvimento sustentável: emprego, crescimento e investimento (prioridade 1); um mercado único digital (prioridade 2); energia mais segura, acessível e sustentável (prioridade 3); um mercado interno aprofundado e mais equitativo (prioridade 4); uma união económica e monetária aprofundada e mais equitativa (prioridade 5); comércio aberto e justo (prioridade 6); justiça e direitos fundamentais (prioridade 7); migração (prioridade 8); uma Europa mais forte na cena mundial (prioridade 9); uma união de mudança democrática (prioridade 10).

Desde o início do seu mandato, em novembro de 2014, a Comissão Juncker integrou o desenvolvimento sustentável em agendas transversais fundamentais, bem como em políticas e iniciativas setoriais, utilizando os instrumentos da iniciativa «Legislar melhor». Todas as avaliações de impacto da Comissão que precedem

propostas legislativas incluem a análise dos impactos sociais, ambientais e económicos, com vista a ponderar devidamente e a tomar em conta considerações em matéria de desenvolvimento sustentável. Além disso, todos os acordos comerciais recentes da UE incluem um capítulo sobre o desenvolvimento sustentável, na ótica de promover um crescimento e desenvolvimento sustentáveis e um trabalho digno para todos.

A Comissão Juncker plantou um conjunto de sementes essenciais, de que germinará a próxima geração de políticas em prol de uma Europa sustentável no futuro: desde o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento e a estratégia global para a política externa e de segurança da União Europeia até à estratégia de comércio para todos assente em valores, o compromisso estratégico para a igualdade de género e um Espaço Europeu da Educação; desde os pacotes de economia circular, mobilidade e energias limpas à estratégia de crescimento azul; desde o Plano de Investimento para a Europa e o plano de ação em matéria de financiamento sustentável à agenda urbana da UE e ao plano de ação para a natureza, para referir apenas alguns exemplos. A Comissão propôs igualmente reforçar a ligação entre o financiamento da UE e o Estado de direito, avaliar o impacto social e ambiental de todas as atividades de investigação e inovação cofinanciadas pela UE, bem como adotar uma meta mais ambiciosa em matéria de despesas relacionadas com o clima para o futuro orçamento da UE. Mais recentemente, a Comissão apresentou a visão estratégica europeia a longo prazo para garantir, no horizonte 2050, uma economia próspera, moderna e competitiva com impacto neutro no clima, o que abre caminho a uma

mudança estrutural da economia europeia, impulsionando o crescimento e o emprego, ao mesmo tempo que alcançando uma neutralidade climática. Tal exigirá soluções inovadoras e investimento na investigação e inovação.

O presente documento fornece uma panorâmica dos contributos da Comissão Juncker para a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Em primeiro lugar, delinea as principais iniciativas políticas; em segundo, apresenta uma lista de diferentes medidas tomadas em relação a cada ODS.

Embora o presente anexo ponha a tónica nas iniciativas da Comissão Juncker, escusado será dizer que há muitas outras políticas da UE, já em vigor antes da entrada em funções da atual Comissão, que têm vindo a contribuir para a consecução dos ODS. A Carta dos Direitos Fundamentais da UE, a estratégia de biodiversidade da União para 2020, o pacote Ar Limpo, a execução sustentada da estratégia de responsabilidade social das empresas, o Cartão Europeu de Seguro de Doença, as regras sobre a utilização sustentável dos pesticidas e as normas da UE em matéria de produtos do tabaco são disso exemplos não exaustivos.

Principais iniciativas políticas

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais, de novembro de 2017, estabelece vinte princípios diretamente orientados para a promoção de uma convergência ascendente com vista a garantir melhores condições de vida e de trabalho na Europa. Ajuda a combater a pobreza em todas as suas dimensões e a garantir sistemas de proteção social justos, adequados e sustentáveis. Apoia a igualdade de oportunidades e de acesso ao mercado de trabalho, incluindo a igualdade de género e condições de trabalho equitativas, para além de promover a inclusão e a proteção sociais. É acompanhado de um painel de indicadores sociais que, a par de outros instrumentos, contribui para o seu acompanhamento.

A aplicação dos princípios e direitos enunciados no Pilar Europeu dos Direitos Sociais também dará um contributo fundamental para uma Europa sustentável, apoiando ativamente a segurança laboral e salários justos compatíveis com um nível de vida digno, ajudando a dotar as pessoas das competências do século XXI, dando-lhes acesso a empregos de elevada qualidade e contrariando o impacto do envelhecimento da população no mercado de trabalho e nos sistemas de proteção social. Ao mesmo tempo que apoiará a inovação e a competitividade, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais promoverá a justiça social, a igualdade de oportunidades, o diálogo social e o acesso a cuidados de saúde de qualidade, incluindo serviços de saúde de qualidade a preços acessíveis para todos, serviços de acolhimento de crianças e de cuidados prolongados, assistência à habitação e outros serviços essenciais.

Ação da UE em matéria de igualdade de género

Em 2015, a Comissão adotou um compromisso estratégico para a igualdade de género 2016-2019. Este é o quadro em que se insere o trabalho contínuo da Comissão para promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais confirmou o compromisso da UE em prol da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres em todos os domínios. Em 2017, a Comissão apresentou um pacote abrangente de medidas legislativas e políticas em matéria de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, incentivando uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho.

O plano de ação da UE sobre o género 2016-2020 é o quadro da UE para a promoção da igualdade de género e do empoderamento das mulheres e raparigas nas relações externas da UE com os países terceiros, bem como em instâncias e agendas internacionais. A UE põe em prática o seu plano de ação sobre o género através da política europeia de vizinhança revista e da sua política de desenvolvimento.

Estratégia da UE para a Juventude

Em maio de 2018, a Comissão apresentou uma série de ideias no sentido de «Envolver, ligar e capacitar os jovens», na ótica de uma nova Estratégia da UE para a Juventude, que o Conselho aprovou em novembro de 2018. O novo quadro de cooperação no domínio da juventude para 2019-2027 visa aproximar a UE dos jovens e ajudar a enfrentar questões que constituem para eles motivo de preocupação. A nova Estratégia da UE para a Juventude tem por objetivo incentivar a participação dos jovens na vida cívica e democrática (envolver); conectar os jovens de toda a UE e fora dela para promover o voluntariado, as oportunidades

de aprendizagem no estrangeiro, a solidariedade e a compreensão intercultural (ligar); e apoiar a capacitação dos jovens fomentando a inovação, a qualidade e o reconhecimento do trabalho com jovens (capacitação). Os instrumentos propostos para atingir os objetivos da estratégia incluem um diálogo com a juventude renovado, a utilização da folha de programação das futuras atividades nacionais, bem como um plano de trabalho do Conselho para a juventude (2019-2020).

A Comissão também ajuda os Estados-Membros a estimularem o emprego dos jovens. Todos os anos, mais de 3,5 milhões de jovens inscritos na Garantia para a Juventude recebem uma oferta de emprego, formação contínua, estágio ou aprendizagem.

Ligar o financiamento da UE ao respeito do Estado de direito

Para o próximo orçamento europeu plurianual relativo ao período 2021-2027, a Comissão propõe um orçamento norteado pelos princípios da prosperidade, sustentabilidade, solidariedade e segurança.

A proposta inclui um novo mecanismo destinado a reforçar a ligação entre o financiamento da UE e o Estado de direito. A ocorrência de falhas generalizadas em matéria de Estado de direito num dado Estado-Membro tem consequências graves para uma gestão financeira sólida e para a eficácia do financiamento da UE. Não se trata de um mecanismo sancionatório, mas de um instrumento orçamental que permite proteger o orçamento da UE e assegurar uma boa gestão financeira, promovendo em simultâneo o Estado de direito.

Plano de Investimento para a Europa / Plano Juncker

No rescaldo da crise económica e financeira mundial, a UE estava a registar baixos níveis de investimento. O Plano de Investimento para a Europa, conhecido como o «Plano Juncker», visa eliminar os obstáculos ao investimento, proporcionar visibilidade e assistência técnica aos projetos de investimento e utilizar de forma mais inteligente os recursos financeiros.

Em julho de 2018, o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, no âmbito do Plano Juncker, atingiu a sua meta inicial de investimento de 315 mil milhões de EUR. Em dezembro de 2018, tinha mobilizado 371 mil milhões de EUR de investimentos adicionais em toda a UE desde 2015. Já apoiou a criação de mais de 750 000 postos de trabalho, um valor que deverá aumentar para 1,4 milhões até 2020. Mais de 850 000 pequenas e médias empresas (PME) estão a beneficiar da melhoria do acesso ao financiamento. Pelo menos 40 % do financiamento do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos ao abrigo da vertente Infraestruturas e Inovação destina-se a apoiar componentes de projetos que contribuam para a ação climática, em consonância com o Acordo de Paris sobre ação climática.

Horizonte 2020 – o programa de investigação e inovação da UE

O Horizonte 2020 é o maior programa mundial de promoção da cooperação no domínio da ciência, tecnologia e inovação na UE e fora dela.

Ao longo de sete anos (2014-2020) estão disponíveis quase 77 mil milhões de EUR de financiamento para o Horizonte 2020, o atual programa-quadro de investigação e inovação, para além do investimento público nacional e privado que essa verba atrairá. Mais de 60 % deste orçamento é investido no desenvolvimento sustentável. Para o programa Horizonte Europa que lhe sucederá propõe-se um orçamento ainda mais elevado.

O Horizonte 2020 visa contribuir para alcançar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Tem por objetivo assegurar que a UE produz ciência e tecnologia de craveira

internacional em benefício da economia, da sociedade e do ambiente, eliminando os obstáculos à inovação e facilitando a colaboração entre os setores público e privado na busca de soluções para os grandes desafios que a nossa sociedade enfrenta.

Financiar o crescimento sustentável

À medida que o nosso planeta se vê crescentemente a braços com as consequências imprevisíveis das alterações climáticas e do esgotamento dos recursos, urge tomar medidas no sentido de adotar um modelo mais sustentável. Há estimativas que apontam para a necessidade de prever cerca de 180 mil milhões de EUR de investimentos adicionais por ano, a fim de atingir as metas da União para 2030 acordadas em Paris, incluindo uma redução de 40 % nas emissões de gases com efeito de estufa.

É por esse motivo que, em março de 2018, a Comissão adotou um plano de ação em matéria de financiamento sustentável com vista a reforçar o papel do financiamento na promoção de uma economia capaz de aliar um bom desempenho ao cumprimento de objetivos ambientais e sociais. Desse modo, a UE estará a permitir que o setor financeiro use de toda a sua influência na consecução dos ODS.

#SustainableFinanceEU

Plano de ação para a economia circular

Numa economia circular, o valor dos produtos, materiais e recursos permanece na economia o máximo de tempo possível, ao mesmo tempo que se minimiza a produção de resíduos (por exemplo, resíduos alimentares, plásticos, lixo marinho). Os benefícios mais vastos de uma economia circular incluem a criação de novas vantagens competitivas e a redução da necessidade de recursos escassos, do consumo de energia e dos níveis de emissão de dióxido de carbono.

As ações que a Comissão pôs em prática desde a adoção do plano de ação para a economia circular em 2015 apoiam uma economia circular em cada etapa da cadeia de valor. Através do seu pacote relativo à economia circular, a União Europeia está a enviar um sinal claro aos operadores económicos e à sociedade sobre o caminho a seguir. A ação a nível da UE pode fomentar o investimento, criar condições equitativas e eliminar obstáculos no mercado único.

Um planeta limpo para todos – visão a longo prazo no horizonte 2050 de uma economia próspera, moderna e competitiva de impacto neutro no clima

A visão a longo prazo no horizonte 2050 de uma economia próspera, moderna e competitiva de impacto neutro no clima, que a Comissão adotou em novembro de 2018, mostra de que modo a Europa pode liderar o caminho no sentido da neutralidade climática através da modernização do sistema energético, investindo em soluções tecnológicas realistas, capacitando os cidadãos e alinhando a sua ação em domínios essenciais como a política industrial, o financiamento, a economia circular e a investigação – garantindo ao mesmo tempo a justiça social e o apoio a uma transição justa. Em plena coerência com os ODS, descreve igualmente uma série de componentes estratégicas visando a transição para uma UE com impacto neutro no clima.

A visão a longo prazo tem por objetivo definir o rumo da política climática da UE e encetar um debate aprofundado sobre a forma como a UE se deve preparar para o horizonte de 2050, no intuito de apresentar em 2020 uma ambiciosa estratégia da UE a longo prazo para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas até 2020.

Acordo de Paris sobre as alterações climáticas – pacote de energias limpas para todos os europeus

A Europa teve um papel decisivo na conclusão do primeiro acordo universal e juridicamente vinculativo sobre o clima, em Paris, que estabelece um plano de ação global para combater as alterações climáticas. A UE comprometeu-se a reduzir em, pelo menos, 40 % as emissões de gases com efeito de estufa até 2030, em comparação com os níveis de 1990.

Abriu o caminho para o pacote de energias limpas para todos os europeus, impulsionando a transição para as energias limpas e a modernização do sistema energético para permitir a consecução dos objetivos de Paris.

A transição para as energias limpas e a luta contra as alterações climáticas transformarão significativamente o modo como produzimos e consumimos energia. O seu impacto será diferente consoante o setor e a região. À medida que os modelos de negócio com grande intensidade de carbono, como a exploração mineira de carvão, vão perdendo rentabilidade, acabarão por ser progressivamente eliminados.

A Comissão lançou, por isso, iniciativas específicas para enfrentar os desafios sociais e económicos com que se defrontam os cidadãos nas regiões carboníferas. As iniciativas apoiam o desenvolvimento de estratégias de transição, projetos concretos de diversificação estrutural e a transição tecnológica. As ações de apoio a 41 regiões com atividades de extração do carvão em 12 Estados-Membros da UE visam converter a transição numa oportunidade, fomentando a inovação, o investimento e novas competências.

A Europa em movimento

Na sequência da estratégia europeia de mobilidade hipocarbónica, a Comissão adotou três pacotes de mobilidade intitulados «A Europa em movimento» em 2017 e 2018, respetivamente. «A Europa em movimento» é um vasto conjunto de iniciativas que irão tornar o trânsito mais seguro; promover uma tarifação rodoviária inteligente; reduzir as emissões de CO₂, a poluição do ar e o congestionamento; diminuir a burocracia para as empresas; combater o trabalho não declarado e garantir condições de trabalho e tempos de descanso adequados para os trabalhadores. Os benefícios destas medidas a longo prazo extravasarão em muito o setor dos transportes, promovendo o crescimento e a criação de emprego, reforçando a justiça social, alargando o leque de escolhas dos consumidores e encarrilhando firmemente a Europa na via das emissões zero.

O último pacote «A Europa em movimento» define uma agenda positiva, visando permitir a todos os cidadãos europeus beneficiar de tráfego mais seguro, veículos menos poluentes e soluções tecnológicas mais avançadas, apoiando simultaneamente a competitividade da indústria da UE. Para o efeito, as iniciativas incluíram uma política integrada para o futuro da segurança rodoviária com medidas de segurança para os veículos e as infraestruturas; as primeiras normas em matéria de CO₂ para os veículos pesados; um plano de ação estratégico para o desenvolvimento e fabrico de baterias na Europa e uma estratégia prospetiva sobre a mobilidade conectada e automatizada.

Estratégia da UE para os plásticos

É fundamental para a nossa existência garantir oceanos saudáveis. São uma fonte essencial de alimentos e de rendimentos para cerca de 40 % da população mundial. Em última análise, o mar regula o nosso clima e é fonte de água e oxigénio.

A agenda da UE de governação internacional dos oceanos estabeleceu um quadro global para reforçar a governação internacional dos oceanos, a fim de assegurar oceanos seguros e limpos, utilizados de forma legal e sustentável. Uma das ações desta agenda era a luta contra o lixo marinho.

Em maio de 2018, a Comissão propôs novas regras a nível da UE que visavam os dez produtos de plástico de utilização única mais frequentemente encontrados nos mares e praias da Europa, bem como as artes de pesca perdidas e abandonadas. No seu conjunto, estes produtos representam 70 % de todas as unidades de lixo marinho.

Outras iniciativas relativas aos plásticos incluem medidas para obstar à deposição de lixo, tornar a economia dos plásticos circular, combater fontes de lixo marinho de origem marítima, e garantir uma melhor compreensão e controlo do lixo marinho.

Plano de ação da UE para a natureza, a população e a economia

As Diretivas Aves e *Habitats* são emblemáticas da proteção da natureza preconizada pela UE. Estabelecem a maior rede mundial de áreas protegidas ricas em biodiversidade («Natura 2000»), as quais contribuem para a economia da UE através da depuração da água, do armazenamento de carbono, da polinização e do turismo (os chamados «serviços ecossistémicos») e representam entre 1,7 e 2,5 % do PIB da UE.

Em abril de 2017, a Comissão adotou um plano de ação para a natureza, a população e a economia» com vista a assegurar a plena aplicação da legislação no terreno e, desse modo, melhorar a proteção da natureza em benefício dos cidadãos da UE e da economia.

O plano prevê 15 ações principais a realizar até 2019, a par de quatro prioridades fundamentais: melhorar os conhecimentos e as orientações para reforçar a coerência com as atividades socioeconómicas; completar a rede e assegurar a sua gestão eficaz; reforçar o investimento na rede Natura 2000 e garantir um maior financiamento; envolver os cidadãos, as partes interessadas e as comunidades locais.

Agenda urbana da UE

As cidades da Europa estão no cerne de muitos dos atuais desafios económicos, ambientais e sociais. Mais de 70 % dos cidadãos da UE vive em zonas urbanas e cerca de 85 % do PIB da UE é gerado nas cidades.

A agenda urbana da UE, lançada em maio de 2016, é crucial para garantir que as zonas urbanas atuam como catalisadoras para a obtenção de soluções inovadoras e sustentáveis que promovam a transição para sociedades hipocarbónicas e resilientes. A agenda urbana é um esforço conjunto da Comissão, dos Estados-Membros e das cidades europeias para garantir uma atenção reforçada ao impacto das políticas nas zonas urbanas. Tem igualmente por objetivo fortalecer a resiliência das zonas urbanas através da prevenção de riscos relacionados com catástrofes e com o clima.

A agenda urbana é reforçada por iniciativas da Comissão que promovem ações a longo prazo em matéria de energia e clima a nível local, como o **Pacto dos Autarcas**. Com base nesta iniciativa europeia, criou-se em 2016 o Pacto Global de Autarcas para o Clima e a Energia, que reúne 10,28 % da população mundial numa aliança em prol da luta contra as alterações climáticas e a transição para uma sociedade com baixo nível de emissões.

Agenda de competências para a Europa

Com a nova agenda de competências para a Europa, a Europa investe nas pessoas, para que elas possam encarar o futuro com confiança. Ao pôr em prática as dez ações da agenda de competências, a Comissão ajuda a dotar as pessoas das competências adequadas para acompanharem as mudanças na sociedade e no mercado de trabalho. A Europa também está a tornar as competências mais visíveis e comparáveis e a facilitar a recolha de informações sobre as necessidades em matéria de competências em determinadas áreas profissionais e setores em toda a Europa. A Comissão apoiou igualmente alguns países europeus no reforço da assistência aos adultos com um fraco domínio de competências básicas. Lançaram-se iniciativas para preparar as pessoas para a revolução digital e o futuro do trabalho. Por último, a Comissão criou a Semana Europeia da Formação Profissional, a fim de chamar a atenção para as oportunidades que o ensino e formação profissionais têm a oferecer. Desde 2016, estas campanhas anuais bem-sucedidas ajudaram milhões de jovens e adultos a descobrir que o ensino e formação profissionais são uma opção vantajosa e não menos válida.

Uma bioeconomia sustentável da UE para reforçar a ligação entre a economia, a sociedade e o ambiente

Vivemos num mundo de recursos limitados. Desafios mundiais como as alterações climáticas, a degradação dos solos e dos ecossistemas, a par de uma população em crescimento, obrigam-nos a procurar novas formas de produzir e consumir os nossos recursos biológicos no respeito dos limites ecológicos do planeta. Com um volume de negócios no valor de 2,3 biliões de EUR e representando 8,2 % da mão de obra da UE, a bioeconomia é uma componente essencial da economia da UE.

A versão atualizada da estratégia da UE para a bioeconomia lançará 14 ações que abrirão caminho a uma sociedade mais inovadora, eficiente na utilização dos recursos e competitiva, conciliando a segurança alimentar com a utilização sustentável dos recursos renováveis bióticos e garantindo em simultâneo a proteção do ambiente. Reforçará os setores de base biológica e desenvolverá novas tecnologias para converter os biorresíduos em valor, proporcionará benefícios às comunidades rurais e assegurará que a bioeconomia opera dentro de limites ecológicos.

Política de coesão da UE

A política de coesão da UE é a principal política de investimento da UE, cuja principal missão consiste em alcançar a coesão económica, social e territorial mediante a redução das

disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diferentes regiões. É uma das políticas mais transversais, contribuindo para a maioria, se não para a totalidade, dos 17 ODS.

Além disso, os princípios e objetivos transversais fundamentais – como o desenvolvimento sustentável, a eliminação das desigualdades, a promoção da igualdade entre homens e mulheres, a integração da perspectiva de género e o combate à discriminação – são integrados em todas as fases de execução da política. A priorização do princípio da parceria garante a participação e a responsabilização dos intervenientes nacionais e infranacionais na concretização das prioridades da UE através de projetos cofinanciados.

Espaço Europeu da Educação

A UE pretende criar um Espaço Europeu da Educação no horizonte 2025, no qual *«a aprendizagem, o estudo e a investigação não estejam à mercê de fronteiras. Um continente onde seja normal viver noutra Estado-Membro – para estudar, aprender ou trabalhar – e onde a regra seja falar outras duas línguas para além da língua materna. Um continente onde as pessoas possuam um forte sentimento da sua identidade europeia, do património cultural europeu e da sua diversidade.»*

Em conformidade com o primeiro princípio do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, o objetivo é tornar universalmente acessíveis modalidades de aprendizagem ao longo da vida inovadoras e inclusivas. As primeiras ações concretas incluem o desenvolvimento de universidades europeias; o reconhecimento automático em todos os Estados-Membros das qualificações obtidas no ensino secundário e no ensino superior, bem como dos períodos de aprendizagem no estrangeiro; a melhoria da aprendizagem das línguas; a promoção de uma educação e acolhimento na primeira infância de qualidade; o apoio à aquisição de competências essenciais e o reforço da aprendizagem digital.

Plataforma da UE para as perdas e o desperdício de alimentos

Na UE, perde-se ou desperdiça-se cerca de 20 % da totalidade dos alimentos produzidos, enquanto 43 milhões de pessoas não têm meios para comprar uma refeição de qualidade de dois em dois dias. Os agregados familiares geram mais de metade do total do desperdício alimentar na UE, sendo que 70 % das perdas neste domínio provêm das famílias, dos serviços de restauração e do setor retalhista.

Não há uma causa única nem uma solução única para este problema, uma vez que a cadeia alimentar é um sistema complexo e dinâmico. O combate ao desperdício alimentar implica trabalhar em conjunto com todos os principais intervenientes dos setores público e privado, a fim de melhor identificar, aferir, compreender e encontrar soluções para o fenómeno.

Criada em 2016, a plataforma da UE para as perdas e o desperdício de alimentos reúne organizações internacionais, Estados-Membros e partes interessadas para definir boas práticas e catalisar os progressos na prevenção do desperdício alimentar. Coadjuvada pela plataforma, a Comissão adotou orientações da UE para facilitar a doação de alimentos (2017), estando em curso um projeto-piloto europeu, com a duração de três anos, destinado a promover a sua

aplicação no terreno. Em 2018, adotaram-se linhas de orientação da UE para valorizar a utilização de alimentos seguros, embora já não comercializáveis para fins de consumo humano, como recurso para rações animais. A Comissão também está a examinar ativamente formas de melhorar a utilização e compreensão das datas de validade para consumo («a consumir até») e das datas de consumo recomendadas («a consumir de preferência antes de») na cadeia de abastecimento e pelos consumidores, a fim de reduzir o desperdício alimentar a elas associado.

Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento

Em 2017, a UE e os Estados-Membros adotaram o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento. Constituindo uma visão conjunta da política de desenvolvimento, o consenso reflete o novo quadro de ação externa e atualiza a visão da política de desenvolvimento na ótica da Agenda 2030 das Nações Unidas e dos ODS. Promove igualmente a aplicação coordenada do Acordo de Paris sobre a ação climática e da agenda do trabalho digno.

O Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento articula-se em torno dos «5 P» em que se alicerça a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. A erradicação da pobreza continua a ser o objetivo primordial. O consenso integra as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Reforça a ligação fundamental entre as políticas externas – como as políticas humanitárias, de desenvolvimento e comerciais – e as políticas para apoiar a paz e a segurança, bem como para lidar com a migração, o ambiente e as alterações climáticas.

Rumo a uma nova «Aliança África – Europa»

A UE é o principal parceiro de África no plano do comércio, do investimento e do desenvolvimento. Em 2017, a UE representou 36 % do comércio de mercadorias de África; em 2016, o volume de investimento da UE representou 40 % do investimento direto estrangeiro em África, um valor correspondente a 291 mil milhões de EUR; só nesse ano, a África recebeu 55 % da sua ajuda pública ao desenvolvimento, ou seja, 23 mil milhões de EUR, da UE e dos Estados-Membros.

Procurando levar esta parceria ainda mais longe, a Comissão lançou, em setembro de 2018, uma nova «Aliança África – Europa para Investimentos e Empregos Sustentáveis».

A aliança define as principais linhas de ação para a UE e os seus parceiros africanos, a fim de atrair investidores privados, melhorar o ambiente empresarial, apoiar a ensino e as competências e fomentar o comércio.

A aliança vem complementar uma parceria política de longa data, propondo uma mudança de paradigma que supera a abordagem doador-beneficiário na ótica de uma aliança entre iguais. Tem por base o compromisso conjunto para impulsionar o investimento, a criação de emprego e o comércio assumido na quinta Cimeira da União Africana – União Europeia, em 2017.

«A África precisa de uma parceria verdadeira e justa. E nós, europeus, precisamos desta parceria tanto como ela.»

Jean-Claude Juncker,
Presidente da Comissão Europeia
Discurso sobre o estado da União, 2018

Estratégia global para a política externa e de segurança da UE

A estratégia global para a política externa e de segurança apresenta uma visão do papel que a UE tem a desempenhar no mundo. Os ODS são uma dimensão transversal de todo o trabalho de execução da estratégia.

A UE está a ajudar a construir sociedades pacíficas e inclusivas. No atual contexto de diminuição do espaço cívico e democrático, a UE reafirmou o seu apoio incondicional à democracia, aos direitos humanos e à boa governação a nível mundial.

Este compromisso assume diversas formas, incluindo o diálogo político e estratégico e o apoio financeiro através do Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos. O Plano de Ação da UE para os Direitos Humanos e a Democracia (2015-2019) fornece um quadro para políticas com os países terceiros. Ao longo dos anos, a União estabeleceu diálogos sobre os direitos humanos com um número crescente de países terceiros, a fim de reforçar a cooperação em matéria de direitos humanos e melhorar a situação dos direitos humanos em países terceiros, incluindo o acesso à justiça.

Além disso, a UE apoia programas destinados a reforçar a transparência e a responsabilização das instituições, incluindo os parlamentos, autoridades judiciárias, organismos responsáveis pela aplicação da lei e instituições nacionais de direitos humanos. A União também está a trabalhar em prol do reforço da resiliência nos países parceiros como forma de dar resposta a situações de fragilidade, para além de apoiar iniciativas de prevenção de conflitos e de consolidação da paz, inclusive mediante a melhoria da governação do setor da segurança nos países parceiros para ajudar a evitar crises e fomentar a segurança humana.

Comércio para todos – rumo a uma política mais responsável em matéria de comércio e de investimento

O atual sistema económico, essencialmente global e digital, assenta em cadeias de valor internacionais, com bens e serviços cada vez mais transacionados além-fronteiras.

A Comissão reconhece a necessidade de a política comercial e de investimento da UE enfrentar os desafios do nosso tempo e facilitar o intercâmbio de ideias, competências e inovação. Além disso, a Comissão reconhece que uma política comercial eficaz deve ser coerente com o desenvolvimento sustentável e com a política externa mais ampla, bem como com os objetivos externos das políticas internas da UE, a fim de que estas se reforcem mutuamente. A Comissão destaca que o comércio deve assegurar condições equitativas de concorrência promovendo em simultâneo princípios essenciais como os direitos humanos, o trabalho digno, o desenvolvimento sustentável no mundo ou uma legislação e serviços públicos de elevada qualidade a nível interno.

Através da estratégia de comércio assente em valores intitulada «Comércio para todos – rumo a uma política mais responsável em matéria de comércio e de investimento», a Comissão mostra que a política comercial da UE é para todos e deve produzir crescimento, emprego e inovação, mas também tem de ser coerente com os princípios do modelo europeu. Em suma, tem de ser uma política responsável.

O próximo orçamento europeu plurianual – um instrumento para integrar a sustentabilidade

Para o próximo orçamento europeu plurianual relativo ao período 2021-2027, a Comissão propõe um orçamento norteado pelos princípios da prosperidade, da sustentabilidade, da solidariedade e da segurança. Elemento nuclear das propostas é o desenvolvimento sustentável. Prioridade transversal, mais do que uma rubrica ou programa único, a sustentabilidade é promovida e integrada em vários programas e instrumentos de despesas. Eis alguns exemplos das propostas da Comissão para o próximo orçamento europeu plurianual:

- Uma reestruturação de fundo dos **instrumentos de ação externa** da UE para reforçar a coerência entre os instrumentos, explorar as economias de escala e as sinergias entre programas e simplificar os procedimentos. A UE ficará assim mais bem equipada para alcançar os seus objetivos e projetar as suas ambições, políticas, valores e interesses a nível global. A proposta de um novo **Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional**, dotado de um orçamento de quase 90 mil milhões de EUR, está em sintonia com a Agenda 2030 das Nações Unidas e os respetivos ODS. Através do novo **Mecanismo Europeu de Apoio à Paz**, orçado em 10 500 milhões de EUR, a UE fará também por reforçar a sua capacidade para prevenir conflitos, consolidar a paz e reforçar a segurança internacional.
- A busca de soluções inovadoras em prol da transição para um desenvolvimento sustentável exigirá um investimento sem precedentes na investigação e inovação através do **Horizonte Europa, o maior programa de sempre em matéria de investigação e inovação na UE**, com um orçamento proposto de 100 mil milhões de EUR.
- Um objetivo mais ambicioso de **integração da ação climática** em todos os programas da UE, propondo-se uma contribuição de, pelo menos, 25 % das despesas da UE para os objetivos climáticos, incluindo a transição para energias limpas. Este valor eleva-se para 35 % do orçamento total da proposta de programa-quadro de investigação e inovação **Horizonte Europa**, que é concebido e formulado em consonância com os ODS.
- Uma **política de coesão reformada** com mais de 370 mil milhões de EUR – o maior orçamento de todas as políticas e iniciativas da UE para 2021-2027 –, visando mobilizar investimentos adicionais avultados a nível nacional e privado. A proposta põe a tónica no crescimento sustentável, na transição para uma economia hipocarbónica e circular, no ambiente, na eficiência na utilização dos recursos e na inclusão social. A política de coesão reformada permitirá à UE atingir as metas do Acordo de Paris sobre a ação climática e ajudar a localizar os ODS, tendo em conta que a sua realização se processa em estreita cooperação com as autoridades locais e regionais. O investimento nas pessoas será uma prioridade fundamental no âmbito do **futuro Fundo Social Europeu (FSE+)**, que contribui para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, com um orçamento proposto de 101 mil milhões de EUR.
- Uma proposta para catalisar investimentos estratégicos através de um novo fundo de investimento plenamente integrado, o **InvestEU**, o qual será essencial para a prosperidade futura da Europa e a sua liderança na consecução dos ODS. Com uma contribuição do orçamento da UE no montante de 15 200 milhões de EUR, o InvestEU deverá permitir mobilizar mais de 650 mil milhões EUR de investimento adicional em toda a Europa.
- Uma **política agrícola comum modernizada e simplificada**, dotada de um orçamento total de 365 mil milhões de EUR, a fim de assegurar o acesso a alimentos seguros, nutritivos e diversificados de elevada qualidade e a preços comportáveis para os

500 milhões de consumidores da UE. A nova política agrícola comum colocará uma ênfase acrescida no ambiente e no clima. Todos os agricultores que recebem pagamentos por superfície e pagamentos por animal terão de satisfazer um conjunto de requisitos relacionados com as alterações climáticas, a água, os solos, a biodiversidade e a paisagem, bem como em matéria de saúde pública, fitossanidade e saúde e bem-estar animal.

- O reforço do **programa LIFE** em matéria de ambiente, dotado de um orçamento de 5 500 milhões de EUR para projetos em prol do ambiente e da ação climática, incluindo uma nova vertente consagrada ao apoio à transição para as energias limpas.
- Propõe-se duplicar o orçamento para o futuro **programa Erasmus** para 30 mil milhões de EUR, a fim de permitir a mais cidadãos europeus estudar, adquirir formação, fazer voluntariado e obter experiência profissional no estrangeiro.
- O **programa do Mecanismo Interligar a Europa** para o período 2021-2027, tem por objetivo desenvolver infraestruturas inteligentes, sustentáveis, inclusivas e seguras no domínio dos transportes, da energia e digital, com um orçamento proposto de 42 300 milhões de EUR. Promover-se-ão sinergias entre os três setores, estando na calha uma racionalização do investimento assente em critérios de elegibilidade coerentes e numa visibilidade adequada. Pelo menos **60 % do financiamento** do Mecanismo Interligar a Europa contribuirá para a ação climática.
- A transformação digital é um importante elemento viabilizador da transição para uma economia circular e hipocarbónica e da sociedade necessária para atingir os ODS. A proposta de **Programa Europa Digital**, dotado de um orçamento de 9 200 milhões de EUR, trabalhará para esse fim, apoiando, por exemplo, o fornecimento de capacidades em grande escala em matéria de computação de alto rendimento e de inteligência artificial, o que proporcionará novas oportunidades para o desenvolvimento sustentável, incluindo a redução de CO₂.
- Um **Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas** simplificado e mais orientado, com um orçamento total de 6 140 milhões de EUR, para apoiar a política comum das pescas, a política marítima da UE e os compromissos internacionais no domínio da governação dos oceanos, em particular no contexto da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

Principais iniciativas da Comissão Juncker relacionadas com os ODS

ODS 1: Erradicar a pobreza

- Pilar Europeu dos Direitos Sociais, painel de indicadores sociais
- Semestre Europeu reforçado para a coordenação das políticas económicas e sociais
- Recomendação sobre o desemprego de longa duração
- Recomendação sobre o acesso à proteção social para todos
- Quadro da UE para as estratégias nacionais de integração dos ciganos
- Lei europeia da acessibilidade
- Plano de ação para colmatar as disparidades salariais de género
- Uma abordagem estratégica em matéria de resiliência na ação externa da UE
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Plano de ação para o quadro de Sendai para a redução do risco de catástrofes 2015-2030
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Estratégia de comércio para todos
- Estratégia atualizada para a ajuda ao comércio

ODS 2: Erradicar a fome

- Política agrícola comum
- Política comum das pescas
- Plano de ação para a economia circular
- Plataforma da UE para as perdas e o desperdício de alimentos
- Normas em matéria de agricultura biológica
- Iniciativa Alimentação 2030, com o fito de desenvolver uma agenda coerente de investigação e inovação na ótica de sistemas alimentares e nutricionais sustentáveis
- Uma bioeconomia sustentável na Europa: reforçar as ligações entre a economia, a sociedade e o ambiente
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Grupo de Trabalho para a África rural
- Estratégia de comércio para todos

ODS 3: Saúde de qualidade e bem-estar para todos

- Pilar Europeu dos Direitos Sociais, painel de indicadores sociais
- Situação da saúde na UE – ciclo de apresentação de relatórios
- Transformação digital da saúde e dos cuidados de saúde Transformação digital da saúde e dos cuidados – Levar serviços de saúde e cuidados melhores e mais eficazes a mais cidadãos
- Plano de ação europeu «Uma Só Saúde» contra a resistência aos agentes antimicrobianos

- Atualização das regras em matéria de agentes cancerígenos e mutagénicos
- Cooperação da UE em matéria de doenças que podem ser prevenidas por vacinação
- Grupo diretor para a promoção da saúde, prevenção das doenças e gestão de doenças não transmissíveis
- Novas regras sobre dispositivos médicos
- Aplicação das normas da UE em matéria de poluição atmosférica e das medidas de apoio aos intervenientes nacionais, regionais e locais na luta contra a poluição atmosférica
- Um planeta limpo para todos – visão a longo prazo no horizonte 2050 de uma economia próspera, moderna e competitiva de impacto neutro no clima
- Plano de ação estratégico para a segurança rodoviária
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Parceria de investigação com África contra o VIH/SIDA, a tuberculose e outras doenças infecciosas
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Estratégia de comércio para todos

ODS 4: Educação de qualidade

- Pilar Europeu dos Direitos Sociais, painel de indicadores sociais
- Rumo a um Espaço Europeu da Educação até 2025
- Nova agenda da UE em prol do ensino superior
- Nova agenda de competências para a Europa
- Estratégia para a Juventude 2019-2027
- Plano de ação para a educação digital
- Recomendações sobre sistemas de educação e acolhimento na primeira infância de elevada qualidade; sobre o reconhecimento mútuo automático dos diplomas e períodos de aprendizagem no estrangeiro; sobre a melhoria do ensino e aprendizagem das línguas; relativa a um quadro europeu para a qualidade e a eficácia da aprendizagem; sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida; e sobre percursos de melhoria de competências: novas oportunidades para adultos
- Semestre Europeu reforçado para a coordenação das políticas económicas e sociais
- Ação da UE sobre a educação em situações de emergência e crises prolongadas
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Uma nova «Aliança África – Europa»

ODS 5: Igualdade de género

- Compromisso estratégico para a igualdade de género 2016-2019
- Pacote de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar
- Plano de ação para colmatar as disparidades salariais de género
- Pilar Europeu dos Direitos Sociais, painel de indicadores sociais
- Semestre Europeu reforçado para a coordenação das políticas económicas e sociais
- As mulheres nos transportes

- Plano de ação para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres nas relações externas
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Aliança global: Iniciativa «Spotlight» (UE-ONU) para eliminar a violência contra as mulheres e as raparigas
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Estratégia de comércio para todos

ODS 6: Água limpa e saneamento

- Proposta de revisão das regras em matéria de água potável
- Proposta de requisitos mínimos para a reutilização da água
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Estratégia global para a política externa e de segurança da UE

ODS 7: Energias renováveis e acessíveis

- Estratégia para a União da Energia
- Pacotes «A Europa em movimento»
- Pacote «Energia limpa para todos os europeus»
- Um planeta limpo para todos – visão a longo prazo no horizonte 2050 de uma economia próspera, moderna e competitiva de impacto neutro no clima
- Quadro de ação relativo ao clima e à energia para 2030
- Iniciativa em larga escala no âmbito do Horizonte 2020 sobre a transformação digital no setor da energia através da Internet das coisas
- Plano estratégico para as tecnologias energéticas
- Aliança europeia para as baterias
- Missão Inovação
- Apoio às regiões carboníferas em transição
- Observatório da pobreza energética
- Iniciativa «Energia limpa para as ilhas da UE»
- Política de coesão
- Plano de ação em matéria de financiamento sustentável
- Estratégia de desenvolvimento hipocarbónico
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Estratégia para dinamizar a energia em África
- Pacto europeu e global de autarcas para o clima e a energia
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Estratégia global para a política externa e de segurança da UE

ODS 8: Trabalho digno e crescimento económico

- Plano de Investimento para a Europa / Plano Juncker
- Pilar Europeu dos Direitos Sociais, painel de indicadores sociais
- Semestre Europeu reforçado para a coordenação das políticas económicas e sociais
- Estratégia de política industrial renovada da UE
- Agenda renovada da investigação e inovação e programa Horizonte 2020
- Política de coesão
- Regras para condições de trabalho transparentes e previsíveis
- Atualização das regras em matéria de destacamento de trabalhadores
- Proposta de criação de uma Autoridade Europeia do Trabalho
- Atualização das regras em matéria de agentes cancerígenos e mutagénicos
- Recomendação sobre o acesso à proteção social para todos
- Recomendação sobre o desemprego de longa duração
- Um planeta limpo para todos – visão a longo prazo no horizonte 2050 de uma economia próspera, moderna e competitiva de impacto neutro no clima
- Plano de ação para a economia circular
- Plano de investimento externo, incluindo o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Estratégia de comércio para todos
- Estratégia atualizada para a ajuda ao comércio
- Estratégia global para a política externa e de segurança da UE
- Uma nova «Aliança África – Europa»

ODS 9: Indústria, inovação e infraestruturas

- Estratégia de política industrial renovada da UE e a lista de matérias-primas essenciais
- Mesa-redonda de alto nível «Indústria 2030»
- Plano de ação para a economia circular
- Um planeta limpo para todos – a visão a longo prazo no horizonte 2050 de uma economia próspera, moderna e competitiva de impacto neutro no clima
- Agenda renovada para a investigação e a inovação e o programa Horizonte 2020, incluindo um vasto domínio de incidência sobre a «Digitalização da Indústria Europeia»
- Política de coesão
- Estratégia para o mercado único digital
- Plano de ação em matéria de financiamento sustentável
- Pacote «Energia limpa para todos os europeus»
- Observatório da pobreza energética
- Execução da estratégia de responsabilidade social das empresas
- Pacotes «A Europa em movimento»
- As mulheres nos transportes
- Mecanismo Interligar a Europa
- Iniciativa do Processador Europeu
- Estratégia de mobilidade hipocarbónica

- Plano de investimento externo
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Estratégia de comércio para todos
- Uma nova «Aliança África – Europa»

ODS 10: Reduzir as desigualdades

- Pilar Europeu dos Direitos Sociais, painel de indicadores sociais
- Semestre Europeu reforçado para a coordenação das políticas económicas e sociais
- Lei europeia da acessibilidade
- Recomendação sobre o acesso à proteção social para todos
- Pacote de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar
- Regras para condições de trabalho transparentes e previsíveis em toda a UE
- Política de coesão
- Quadro da UE para as estratégias nacionais de integração dos ciganos
- Agenda europeia da migração
- Plano de ação da UE para os direitos humanos e a democracia (2015-2019)
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Estratégia de comércio para todos
- Estratégia global para a política externa e de segurança da UE

ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

- Agenda urbana da UE
- Estratégia de mobilidade hipocarbónica
- Pilar Europeu dos Direitos Sociais, painel de indicadores sociais
- Agenda renovada para a investigação e a inovação e o programa Horizonte 2020, incluindo a iniciativa em larga escala do Horizonte 2020 sobre a transformação digital no âmbito das cidades e comunidades inteligentes
- Comunicação conjunta sobre a resiliência
- Política de coesão
- Um planeta limpo para todos – visão a longo prazo no horizonte 2050 de uma economia próspera, moderna e competitiva de impacto neutro no clima
- Plano de ação para a economia circular
- Pacto europeu e global de autarcas para o clima e a energia
- Reforçar a gestão das catástrofes pela UE (rescEU) e revisão do mecanismo de proteção civil da União
- Plano de ação para o quadro de Sendai para a redução do risco de catástrofes 2015-2030
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais

- Prémio Cidades da UE pelo Comércio Justo e Ético

ODS 12: Produção e consumo sustentáveis

- Plano de ação para a economia circular, incluindo um quadro de acompanhamento e a plataforma europeia das partes interessadas para a economia circular
- Um planeta limpo para todos – visão a longo prazo no horizonte 2050 de uma economia próspera, moderna e competitiva de impacto neutro no clima
- Plataforma da UE para as perdas e o desperdício de alimentos
- Novas normas da UE em matéria de resíduos, incluindo medidas sobre as perdas e desperdícios alimentares
- Estratégia da UE para os plásticos
- Iniciativas em larga escala no âmbito do Horizonte 2020 sobre a transformação digital e sustentável do setor agroalimentar
- Uma bioeconomia sustentável na Europa: reforçar as ligações entre a economia, a sociedade e o ambiente
- Plano de trabalho em matéria de conceção ecológica e rotulagem energética
- Agenda europeia para a economia colaborativa
- Execução da estratégia de responsabilidade social das empresas
- Regras em matéria de minerais de conflito
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Estratégia de comércio para todos

ODS 13: Ação climática

- Entrada em vigor do Acordo de Paris sobre a ação climática
- Um planeta limpo para todos – visão a longo prazo no horizonte 2050 de uma economia próspera, moderna e competitiva de impacto neutro no clima
- Quadro de ação relativo ao clima e à energia para 2030
- Novo sistema de comércio de licenças de emissão da UE
- Pacote «Energia limpa para todos os europeus»
- Pacotes «A Europa em movimento»
- Estratégia de mobilidade hipocarbónica
- Plano de ação para a economia circular
- Agenda de governação dos oceanos
- Lista de matérias-primas essenciais
- Pacto europeu e global de autarcas para o clima e a energia
- Reforçar a gestão das catástrofes pela UE (rescEU) e revisão do mecanismo de proteção civil da União
- Plano de ação para o quadro de Sendai para a redução do risco de catástrofes 2015-2030
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Estratégia de comércio para todos

- Estratégia global para a política externa e de segurança da UE

ODS 14: Proteger a vida marinha

- Estratégia da UE para os plásticos
- Agenda para a governação internacional dos oceanos
- Estratégia «Crescimento azul da UE»
- Novas regras para a gestão sustentável das frotas de pesca externas
- Proposta de revisão do sistema de controlo das pescas da UE
- Luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada
- Um planeta limpo para todos – visão a longo prazo no horizonte 2050 de uma economia próspera, moderna e competitiva de impacto neutro no clima
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Estratégia de comércio para todos
- Estratégia global para a política externa e de segurança da UE

ODS 15: Vida terrestre

- Plano de ação para a natureza, as pessoas e a economia
- Iniciativa da UE relativa aos polinizadores
- Novas regras em matéria de espécies exóticas invasoras
- Novas normas para a agricultura biológica
- Plano de ação da UE contra o tráfico de animais selvagens
- Um planeta limpo para todos – visão a longo prazo no horizonte 2050 de uma economia próspera, moderna e competitiva de impacto neutro no clima
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Estratégia de comércio para todos

ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes

- Estratégia global para a política externa e de segurança da UE
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Estratégia de comércio para todos
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Uma nova «Aliança África – Europa»
- Agenda europeia para a segurança
- Plano de ação para proteger os espaços públicos
- Medidas para combater os conteúdos ilegais em linha
- Plano de ação da UE para os direitos humanos e a democracia
- Execução da estratégia de responsabilidade social das empresas
- Procuradoria Europeia
- Regras em matéria de luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo

- Regras em matéria de transparência fiscal e medidas antielisão fiscal
- Reforço das regras em matéria de direitos processuais dos suspeitos e arguidos
- Revisão das regras em matéria de armas de fogo
- Medidas para garantir eleições europeias livres e justas
- Plano de ação contra a desinformação
- Semestre Europeu reforçado para a coordenação das políticas económicas e sociais
- Um planeta limpo para todos – visão a longo prazo no horizonte 2050 de uma economia próspera, moderna e competitiva de impacto neutro no clima

ODS 17: Parcerias para a implementação dos objetivos

- Programa da UE «Legislar melhor»
- Plataforma multilateral sobre a execução dos ODS na UE
- Iniciativa sobre as «Próximas etapas para um futuro europeu sustentável»
- Relatório de monitorização anual sobre os progressos realizados pela UE na realização dos ODS
- Pilar Europeu dos Direitos Sociais
- Plataforma para a política de saúde da UE
- Corpo europeu de solidariedade
- Novo começo para o diálogo social
- Iniciativa «Cobrar mais, gastar melhor»
- Plano de ação em matéria de financiamento sustentável
- Plano europeu de investimento externo e o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável a ele associado
- Lista de matérias-primas essenciais
- Um planeta limpo para todos – visão a longo prazo no horizonte 2050 de uma economia próspera, moderna e competitiva de impacto neutro no clima
- Cooperação internacional em matéria de urbanização
- Iniciativa «Financiamento inteligente para edifícios inteligentes»
- Semestre Europeu reforçado para a coordenação das políticas económicas e sociais
- Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento
- Política europeia de vizinhança revista e estratégia de alargamento da UE, estratégia para os Balcãs Ocidentais
- Estratégia de comércio para todos
- Estratégia atualizada para a ajuda ao comércio
- Estratégia global para a política externa e de segurança da UE

ANEXO II Desempenho da UE em matéria de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A UE é um dos melhores sítios para viver no mundo e os Estados-Membros estão já a liderar a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Todavia, nenhum país do mundo atingiu todos os objetivos acordados. Uma análise mais aprofundada do desempenho da UE no tocante aos ODS aponta igualmente para a necessidade de a UE perseverar nos seus esforços em todas as frentes.

Os 17 ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável estão fortemente interligados e foram concebidos no sentido de serem indissociáveis, razão pela qual a sua integração nas ações de todos os intervenientes é essencial para o êxito da sua execução no terreno. É importante criar melhores sinergias e assegurar a coerência entre as políticas, bem como desenvolver um ambiente regulamentar, financeiro e comportamental de molde a fazer destes objetivos uma realidade.

Enveredar pela senda da sustentabilidade em termos de padrões de produção, distribuição e consumo, enfrentar as alterações climáticas e fortalecer as ações em prol dos oceanos, os ecossistemas e a biodiversidade devem constituir prioridades, uma vez que os sistemas naturais do planeta – base da vida na Terra – estão a ser crescentemente explorados até ao limite. Há que reforçar a luta contra a pobreza, a exclusão social, as desigualdades e as disparidades de género para garantir a prosperidade e o bem-estar de todos, velar pela estabilidade social e política e manter o apoio ao projeto europeu. Importa continuar a promover e a apoiar o desenvolvimento do Estado de direito, da democracia e dos direitos fundamentais, bem como de um multilateralismo e de um comércio assentes em regras sólidas.

O presente documento dá conta do desempenho da UE em matéria de ODS. Para cada objetivo, traça um quadro geral da situação da UE hoje em dia, assinala as tendências de desenvolvimento e avalia o desempenho da UE em comparação com o cenário internacional. Apresenta em traços largos os progressos da UE que estão previstos no horizonte 2030, assim como os motores e os eventuais obstáculos passíveis de prejudicar a transição para uma Europa sustentável. O desenvolvimento sustentável deve ser um esforço conjunto que mobilize todos os membros da sociedade. Por esse motivo, apresentam-se vários exemplos de situações reais com vista a divulgar boas práticas de diferentes intervenientes a diferentes níveis.

Numa comparação à escala mundial, sete Estados-Membros da UE-27 encontram-se nas dez primeiras posições da classificação global do índice dos ODS. Todos os Estados-Membros da UE-27 figuram nos cinquenta primeiros dos 156 países avaliados¹. Nos últimos cinco anos, a

¹ Neste parágrafo, a classificação global baseia-se no [Relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS](#), produzido pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN) e a Bertelsmann Stiftung; por seu turno, as tendências na UE baseiam-se na edição de 2018 do relatório do Eurostat «[Desenvolvimento sustentável na União Europeia – Relatório de acompanhamento sobre os progressos para alcançar os ODS no contexto da UE – Edição de 2018](#)».

UE no seu conjunto realizou progressos em relação a quase todos os ODS. O progresso maior verificou-se no ODS 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, e no ODS 4 – Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Estes objetivos também figuram no pódio dos ODS em que os Estados-Membros da UE-27 ocupam uma posição cimeira no cômputo mundial. Em média, na classificação global, os Estados-Membros da UE-27 apresentam a pontuação mais alta no ODS 1 – Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Em contrapartida, a UE deixou-se ficar para trás no ODS 10 – Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países, apresentando disparidades significativas entre os Estados-Membros. É importante notar que a realização de progressos não implica necessariamente que o estado atual do objetivo em causa seja satisfatório para a UE. Por exemplo, embora se tenham registado progressos significativos na consecução do ODS 12 – Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis, este é também o ODS que obteve dos Estados-Membros da UE-27 a segunda pontuação média mais baixa, havendo ainda muito trabalho a fazer neste domínio. Em média, na classificação global, os Estados-Membros da UE-27 apresentam o seu pior desempenho no ODS 14 – Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos, com vista ao desenvolvimento sustentável.

Panorâmica dos progressos na consecução dos ODS no contexto da UE²



² Eurostat (2018), «Desenvolvimento sustentável na União Europeia – Relatório de acompanhamento sobre os progressos para alcançar os ODS no contexto da UE – Edição de 2018»

**A União Europeia hoje*****Panorâmica/Síntese qualitativa***

Embora a UE esteja no pelotão da frente na maioria dos domínios sociais e de emprego, a nossa sociedade ainda enfrenta desafios a que cumpre dar resposta. A pobreza coarta as oportunidades das pessoas para realizarem as suas potencialidades, a sua participação ativa na sociedade e os seus direitos de acesso a serviços de qualidade. A pobreza é pluridimensional: é mais do que a falta de rendimento adequado e inclui outros aspetos que vão desde a discriminação à privação material e à falta de participação no processo de tomada de decisão. A pobreza pode persistir ao longo do tempo e das gerações. A UE agiu em múltiplas frentes para combater a pobreza, tanto a nível interno como externo, que vão desde intervenções legislativas à previsão de financiamento específico, à coordenação estratégica, a instrumentos jurídicos não vinculativos, à promoção da responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas e ao diálogo social, no respeito das suas competências e dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Em 2017, pela primeira vez desde a eclosão da crise mundial, o número de pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social na UE desceu abaixo do ponto de referência de 2008: há menos 3,1 milhões de pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social em comparação com 2008, e menos 10,8 milhões de pessoas em relação ao pico atingido em 2012. No entanto, o objetivo da UE de tirar pelo menos 20 milhões de pessoas de situações de pobreza ou de exclusão social até 2020, em relação aos níveis de 2008, continua a ser um importante desafio. As pessoas em situações vulneráveis, como as crianças, os jovens, as pessoas com deficiência, as pessoas com baixos níveis de educação, os desempregados, as pessoas nascidas em países terceiros, as pessoas de comunidades marginalizadas e as que vivem em agregados familiares com muito baixa intensidade de trabalho ou trabalham em empregos precários estão em maior risco de pobreza ou exclusão social. Na vertente externa, a UE é um líder mundial no contributo que dá para a erradicação da pobreza através de uma combinação coerente de políticas, incluindo a cooperação para o desenvolvimento, vários instrumentos de política comercial, a política europeia de vizinhança e a política de alargamento. O Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento – o quadro da UE e dos Estados-Membros de cooperação para o desenvolvimento – assume como prioridades centrais a erradicação da pobreza, o combate às discriminações e desigualdades e o objetivo de não deixar ninguém para trás. Os acordos de comércio livre da UE, as preferências comerciais unilaterais e a estratégia atualizada para a ajuda ao comércio de 2017 ajudam a apoiar a redução da pobreza nos países em desenvolvimento.

Principais tendências

- Os dados mais recentes revelam que, em 2017, 112,9 milhões de pessoas, ou 22,5 % da população da UE, estavam em **risco de pobreza ou de exclusão social**, o que implica que se depararam com, pelo menos, uma das seguintes situações: risco de pobreza, privação material grave ou intensidade de trabalho muito baixa. Esta situação mantém a tendência descendente iniciada em 2012, quando o número de pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social ascendeu ao valor máximo de 123,8 milhões. As mulheres em toda a UE estão expostas a um risco mais elevado de pobreza, acima de tudo devido às desigualdades de género no mercado de trabalho sentidas ao longo da vida. Embora esteja a diminuir, a percentagem de crianças em risco de pobreza ou de exclusão social (0-17 anos) permanece muito acima da percentagem da população em geral na maioria dos Estados-Membros.

Dentro da UE persistem disparidades significativas entre países.

- A percentagem de **pessoas em risco de pobreza monetária** aumentou durante vários anos após a crise, mas estabilizou em 2015-2016 (cerca de 17,3 %) e diminuiu em 2017 para 16,9 % da população da UE, graças à recuperação em curso e à melhoria das condições do mercado de trabalho. No que diz respeito aos trabalhadores pobres, 9,6 % dos que estavam empregados também sofreram pobreza monetária em 2017. Esta situação estabilizou nos últimos quatro anos, embora a um nível mais elevado do que em 2008 (8,6 %).
- A **percentagem de pessoas em situação de privação material grave** diminuiu consistentemente desde o seu pico de 9,9 % da população da UE em 2012 para 6,9 % em 2017, sendo inferior ao nível de 2008 (8,5 %), ou seja, cerca de uma em cada 14 pessoas está condicionada pela falta de recursos – não consegue, por exemplo, pagar faturas, aquecer adequadamente a habitação ou tirar uma semana de férias longe de casa.
- As pessoas em risco de pobreza tendem a estar mais expostas a **deficiências habitacionais**, como casas com infiltrações no telhado, humidade nas paredes ou falta de instalações sanitárias de base. Registando uma tendência decrescente, esta situação afetava 13,1 % da população da UE em 2017.

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), todos os Estados-Membros da UE têm uma pontuação superior a 95 em 100 para o ODS 1, correspondendo em média à pontuação mais elevada de um ODS para os Estados-Membros da UE.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

Espera-se que no horizonte 2030, malgrado a persistência de desafios de vulto, a UE tenha realizado novos progressos significativos no sentido de erradicar a pobreza e a exclusão social. O crescimento do emprego desempenhará um papel importante, mas não bastará para retirar todas as pessoas da situação de pobreza. Será necessário adaptar o acesso universal a uma proteção social adequada, a cuidados de saúde de qualidade, à educação, à habitação e aos serviços sociais de modo a responder às futuras alterações demográficas, às novas tecnologias, à evolução das formas de trabalho, à migração e aos desafios das alterações climáticas. Espera-se de uma vasta gama de partes interessadas a todos os níveis, incluindo a nível local, nacional e europeu, que realizem progressos contínuos neste domínio. As políticas externas da UE continuarão a contribuir para a erradicação da pobreza nos países terceiros.

Oportunidades/Fatores positivos

Instrumentos estratégicos ligados ao emprego e ao bem-estar social (em particular os sistemas de proteção social e de inclusão social, as políticas do mercado de trabalho, a igualdade de género, o nível de habilitações, os níveis de competências, a aprendizagem ao longo da vida, os cuidados de saúde e os cuidados de longa duração), igualdade de acesso às novas tecnologias, inovação social, finanças sustentáveis, multilateralismo, comércio aberto e justo, participação da sociedade e política participativa, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, fiscalidade.

Riscos/Fatores negativos

Desigualdade de oportunidades, envelhecimento das sociedades, alteração da composição do agregado familiar (por exemplo, agregados com uma só pessoa), alterações climáticas, instabilidade geopolítica e ameaças à segurança, regresso do protecionismo económico a nível mundial, segmentação do mercado de trabalho e precariedade laboral, fosso digital.

Principais iniciativas políticas

Ao nível da UE: O Pilar Europeu dos Direitos Sociais constitui o principal quadro orientador para combater a pobreza a nível da UE. A maioria dos seus vinte princípios incide

diretamente sobre as metas dos ODS em matéria de pobreza, como sejam a redução da pobreza em todas as suas dimensões, a aplicação de sistemas de proteção adequados a nível nacional e a definição de quadros estratégicos sólidos em prol de investimentos no domínio da erradicação da pobreza. O painel de indicadores sociais ajuda a monitorizar o desempenho e acompanhar as tendências em todos os Estados-Membros no domínio do emprego e dos assuntos sociais, incluindo o risco de pobreza ou de exclusão social.

Ao nível dos Estados-Membros: Portugal tomou várias medidas para reforçar a proteção social e a luta contra a pobreza, a exclusão social e as desigualdades. O chamado «Pacote Rendimento» apoia os rendimentos das famílias através da atualização do montante das pensões; da reposição do valor de referência do rendimento de solidariedade social, bem como das escalas de equivalência para o cálculo das prestações de rendimento mínimo; e do aumento do abono de família. Atualizou-se o Indexante dos Apoios Sociais – um valor de referência para medidas de proteção social – e alargou-se a cobertura do regime de rendimento mínimo.

A nível regional/local: A cidade de Munique (Alemanha), implementou, com o apoio do Fundo Social Europeu no período 2015-2018, várias iniciativas destinadas a apoiar a integração dos desempregados no mercado de trabalho local e, dessa forma, contribuir para reduzir a pobreza. Entre as iniciativas são de destacar: o projeto «Work & Act», em prol da reinserção profissional dos desempregados; o projeto «Power-M», que incentiva as mulheres a regressar ao trabalho após a licença de maternidade; o projeto «Guide», que fornece orientações às mulheres empresárias; e os projetos «FIBA» e «MigraNet», em prol da integração dos migrantes no mercado de trabalho.

A nível empresarial: A Naturgy, uma empresa de gás e de eletricidade espanhola, adotou um plano em matéria de vulnerabilidade energética que garante a proteção dos clientes vulneráveis. O impacto social do plano visa impor a nova empresa privada como um catalisador na luta contra a pobreza e no apoio aos agentes sociais que lutam contra a exclusão social.

A nível da sociedade civil: A Rede Europeia do Rendimento Mínimo sensibiliza para a necessidade de fornecer prestações de rendimento mínimo adequadas, assegurando uma existência condigna em todas as fases da vida e um acesso eficaz a bens e serviços essenciais. Reúne organizações de ordem vária, peritos, profissionais, académicos e outras entidades ativas na luta contra a pobreza e a exclusão social.



Erradicar a fome, atingir a segurança alimentar e a melhoria alimentar e promover a agricultura sustentável

A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

Na UE, é prioritário proporcionar regimes alimentares saudáveis e seguros e garantir sistemas agrícolas, pescas e aquicultura produtivos e sustentáveis. Através das suas políticas, a UE está a ajudar os agricultores e os pescadores a satisfazer a procura alimentar e a fornecer alimentos de alta qualidade, seguros e estáveis, produzidos de forma sustentável a preços acessíveis para a população. É essencial que a agricultura, as pescas e a aquicultura sejam sustentáveis e sensíveis à nutrição para garantir aos consumidores do presente e do futuro um abastecimento

consistente de alimentos seguros e saudáveis, em particular face a desafios como as alterações climáticas e o crescimento da população. Neste contexto, as exportações da UE são um dos principais contribuidores para o abastecimento alimentar a nível mundial. Ao mesmo tempo que a produtividade alimentar continuou a aumentar na Europa ao longo da última década, ainda que a um ritmo mais lento do que no passado, também se estão a adotar medidas para melhorar o desempenho da agricultura, da pesca e da aquicultura no plano do ambiente e do clima, a fim de assegurar a sua sustentabilidade a longo prazo, levando igualmente em conta o impacto nos países terceiros. Ao contrário de outras regiões do mundo em que há fome, os grandes problemas nutricionais da UE são o excesso de peso e a obesidade, bem como as carências de micronutrientes. Globalmente, dois terços da população pobre do mundo vive em zonas rurais e depende da agricultura para a sua subsistência. A UE tem continuamente mantido a segurança alimentar e nutricional no cerne da cooperação para o desenvolvimento e presta especial atenção à segurança alimentar e à agricultura e pescas sustentáveis nas suas relações comerciais e nas políticas de alargamento e de vizinhança. A UE é o maior doador mundial em matéria de assistência alimentar humanitária às vítimas de crises alimentares em todo o mundo e investe em larga escala na resposta aos países que enfrentam o risco de fome.

Principais tendências

- A **obesidade** é um problema de saúde significativo na UE: em 2014, 15,9 % da população adulta total era obesa. A obesidade afeta de modo desproporcionado as pessoas com baixos níveis de educação e os idosos na Europa. Considerado em conjunto com a pré-obesidade, o problema torna-se mais grave, uma vez que afeta mais de metade da população adulta total da UE, prevendo-se que a situação só venha a piorar nos próximos anos.
- O **setor agrícola europeu** tem de ser **economicamente sustentável** para assegurar a sua viabilidade a longo prazo. O rendimento dos fatores agrícolas por unidade de trabalho-ano – um indicador de produtividade do trabalho – regista uma ligeira tendência ascendente na UE e está atualmente 21,6 % acima dos níveis de 2010. Porém, há diferenças significativas entre os Estados-Membros.
- A quota da **agricultura biológica** na superfície agrícola total quase duplicou entre 2005 e 2017, passando de 3,6 % para 7,0 %. A superfície biológica total da UE-28 (ou seja, a superfície total convertida e a superfície em conversão) ocupava quase 12 milhões de hectares em 2016. O valor do **mercado a retalho de produtos biológicos** na UE foi de 30 700 milhões de EUR em 2016, com um aumento de 12 % das vendas a retalho entre 2015 e 2016.
- Vários indicadores que medem os **efeitos negativos da agricultura no ambiente** revelam algumas tendências positivas, mas também sinais de uma evolução preocupante ao longo dos últimos anos, incluindo o aumento do consumo de pesticidas em certas partes da Europa e o consumo ainda elevado de antimicrobianos (70% dos quais utilizados na UE nos animais destinados à produção de alimentos), não se tendo registado progressos significativos na luta contra o declínio da biodiversidade global.
- **As emissões de gases com efeito de estufa provenientes da agricultura** têm vindo a aumentar lentamente desde 2010, apesar de ainda estarem muito abaixo dos níveis de 1990. Este aumento pode ser imputado a um acréscimo da produção e da produtividade do setor agrícola.
- A área de território da UE afetado pelo risco de **erosão grave do solo** está a diminuir, em parte graças às medidas de condicionalidade preexistentes obrigatórias na política agrícola comum da UE. A percentagem de área erosiva não artificial considerada em risco de erosão grave do solo pela água diminuiu de 6,0 % para 5,2 % entre 2000 e 2012.
- Durante o período de 2014-2016, observou-se uma melhoria contínua no desempenho do **setor da aquicultura da UE**. Em 2016, o setor da aquicultura da UE colocou no mercado 1,4 milhões de toneladas de produtos do mar, no valor de quase 5 000 milhões de EUR. Entre 2014 e 2016 registou um aumento anual de 2,2 % em volume e de 3,1 % em valor. Também

se verifica uma transição crescente da aquicultura convencional para a aquicultura biológica.

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), 14 Estados-Membros da UE têm uma pontuação superior a 70 em 100 para o ODS 2. Treze Estados-Membros da UE encontram-se entre os vinte primeiros a nível mundial.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

Prevê-se que a UE continue a evoluir no sentido de erradicar a fome e promover práticas sustentáveis no futuro. Com base nas perspetivas agrícolas da UE para 2030, não se preveem insuficiências graves em matéria de segurança alimentar da UE na ausência de perturbações que abalem fortemente os mercados. As políticas de segurança alimentar garantem um elevado nível de segurança alimentar, saúde animal e fitossanidade na UE, assegurando, ao mesmo tempo, um mercado interno eficaz. Persistirão sempre incertezas, pelo que se faz uma monitorização de riscos selecionados. A realização deste ODS dependerá fortemente da consciencialização crescente da indústria, das organizações não governamentais, das autoridades e dos cidadãos em relação aos fatores individuais, sociais e comerciais que têm um papel determinante nos regimes alimentares pouco saudáveis, bem como em relação às suas repercussões tanto na saúde humana como nos orçamentos públicos. A este respeito, os esforços em curso em prol da reformulação alimentar podem desempenhar um papel importante na luta contra o excesso de peso e a obesidade e o seu impacto económico. Dependerá igualmente da educação das pessoas para os modos de utilizar novas tecnologias ou de enfrentar novos desafios. A forte participação da sociedade a todos os níveis (associações, governos, setor privado, cientistas e peritos em matéria de saúde) será crucial para melhorar o impacto dos sistemas alimentares no ambiente e na saúde, identificando boas práticas, gerindo com eficiência os recursos alimentares, etc. O investimento numa agricultura mais sustentável também terá efeitos positivos na melhoria da segurança do abastecimento alimentar, necessário para enfrentar desafios como o crescimento da população mundial ou as alterações climáticas. As pessoas ganhariam com um controlo integrado das pragas ou de alimentos com excelentes qualidades nutricionais, uma vez que tal contribuiria para melhorar o seu bem-estar e, portanto, a sua qualidade de vida.

Oportunidades/Fatores positivos

Participação social e política participativa, mudanças de comportamento, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, finanças sustentáveis, parcerias público-privadas, sistemas alimentares sustentáveis, novas tecnologias, inteligência artificial, investigação e inovação, enfoque na resiliência das sociedades, educação, investimentos públicos e privados, comércio aberto e justo.

Riscos/Fatores negativos

Pobreza, desigualdades sociais e de saúde, envelhecimento da população, instabilidade geopolítica, alterações climáticas e perda de biodiversidade, doenças dos animais não controladas, pragas vegetais e contaminantes.

Principais iniciativas políticas

A UE a nível internacional: Lançada em abril de 2016, a parceria UE-África em matéria de agricultura sustentável e segurança alimentar e nutricional promove a cooperação para a investigação e a inovação nos domínios da intensificação sustentável, da agricultura e dos sistemas alimentares para os mercados e o comércio agrícolas e alimentares.

Ao nível da UE: A política agrícola comum modernizada e simplificada tem por objetivo maximizar a sua contribuição para a realização dos ODS. As propostas da Comissão para o próximo orçamento plurianual 2021-2027 definem explicitamente o objetivo de continuar a

melhorar o desenvolvimento sustentável da agricultura, da alimentação e das zonas rurais.

Ao nível dos Estados-Membros: O programa para a diversidade das plantas cultivadas é um programa nacional que visa servir de instrumento de adaptação para criar um modo inteligente e sustentável de conservar e utilizar a riqueza vegetal da Suécia. Por toda a Suécia se estão a recolher sementes e outras variedades mais antigas para conservação no Banco Nórdico de Genes. O projeto reintroduz antigas plantas cultivadas no mercado.

A nível regional/local: O Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 para Portugal Continental promove investimentos na agricultura com o objetivo de aumentar a capacidade de gerar valor acrescentado, aumentar a produtividade, promover uma utilização mais eficiente dos recursos e apoiar o tecido produtivo e social nas zonas rurais.

A nível empresarial: Em Espanha, o Grupo Cooperativo Cajamar faz parte do projeto TomGEM, que desenvolve novas estratégias destinadas a manter rendimentos elevados na produção de hortofrutícolas em condições de elevada temperatura. O projeto visa descrever o fenótipo de uma vasta gama de recursos genéticos para identificar cultivares/genótipos que apresentem um rendimento estável e descobrir os genes que controlam a indução floral, a fertilidade do pólen e a entrada em frutificação).

A nível da sociedade civil: A iniciativa «Agricultura respeitadora do Báltico» consiste num ciclo de seminários organizados pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) da Polónia, sob os auspícios do Centro de Consultoria Agrícola de Brwinów. Permitiu reforçar os conhecimentos dos agricultores no tocante a métodos de redução das perdas de compostos de azoto e de fósforo nas explorações agrícolas que contribuem para a poluição da água.



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

A saúde é uma necessidade humana básica. A UE fez progressos significativos na redução das desigualdades na saúde e nos fatores sociais e ambientais a elas subjacentes. Uma boa saúde é preciosa não só a título individual, enquanto fator decisivo da qualidade de vida, bem-estar e participação social, mas também contribui para moldar uma economia sustentável na Europa. A cobertura universal de saúde é um objetivo da Carta dos Direitos Fundamentais da UE e um dos direitos consagrados no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, pelo que constitui um importante objetivo político para a UE e os Estados-Membros. A par da eficácia e da sustentabilidade orçamental, a acessibilidade e a razoabilidade dos preços dos cuidados de saúde para os doentes continuam a ser os principais objetivos políticos das reformas dos sistemas de saúde em debate no contexto da UE. No entanto, o tabaco e o consumo excessivo de álcool, o excesso de peso, a falta de atividade física, problemas de saúde mental como a depressão e o suicídio, juntamente com as doenças transmissíveis, continuam a ter um impacto negativo na saúde, gerando, a par das alterações demográficas e sociais, encargos suplementares para os sistemas de saúde da UE. A UE apoia os Estados-Membros, por exemplo através da luta contra os fatores de risco das doenças não transmissíveis, do

intercâmbio de boas práticas, do contributo para garantir o acesso a cuidados de saúde de qualidade, do reforço da capacidade para prevenir e gerir as ameaças globais à saúde, como a resistência antimicrobiana, e do investimento na investigação e na inovação. No plano internacional, a ajuda ao desenvolvimento da UE promove o acesso universal a serviços de saúde de qualidade. Em consonância com o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, a UE ajuda a reforçar todos os domínios dos sistemas de saúde e os progressos no sentido da cobertura universal de saúde.

Principais tendências

- **Os europeus usufruem de uma longevidade sem precedentes**, tendência que se deverá manter. Em 2016, a esperança de vida na UE era de 81 anos, mais 3,3 anos do que em 2002.
- **Os estilos de vida pouco saudáveis** têm repercussões na saúde humana, nos orçamentos públicos e na produtividade. A prevalência do tabagismo entre a população com 15 ou mais anos de idade diminuiu para 26 % em 2017. Contudo, ainda mais de metade da população adulta na UE tinha excesso de peso em 2014.
- Em 2017, 1,6 % da população da UE acusou **necessidades de cuidados médicos não satisfeitas**, em comparação com 3,4 % em 2011. Os custos e as longas listas de espera são as principais razões para o não suprimento de tais necessidades.
- As mortes por **doenças não transmissíveis** antes dos 65 anos de idade diminuíram de forma constante entre 2002 e 2015. No entanto, estas doenças representam até 80 % dos custos dos cuidados de saúde. Note-se que apenas cerca de 3 % dos orçamentos da saúde são gastos na prevenção. As mortes na UE causadas por **VIH, tuberculose e hepatite** diminuíram de forma constante entre 2002 e 2015. A **resistência antimicrobiana** é responsável por cerca de 33 000 mortes por ano na UE, com um custo de 1 500 milhões de EUR por ano em despesas de saúde e perdas de produtividade.
- A exposição à **poluição atmosférica** por partículas finas nas zonas urbanas diminuiu quase 20 % na UE em 2010-2015. Todavia, a poluição atmosférica continua a ser a principal causa ambiental de morte prematura. Todos os anos mais de 400 000 pessoas morrem prematuramente na UE devido à má qualidade do ar; milhões sofrem de doenças respiratórias e cardiovasculares causadas pela poluição atmosférica.
- A **segurança rodoviária** na UE melhorou consideravelmente nas últimas décadas. A UE tornou-se a região mais segura do mundo, com 49 mortes por milhão de habitantes devido a acidentes rodoviários. Em 2001-2010, o número de vítimas mortais em acidentes de viação na UE diminuiu 43 % e, em 2010-2016, diminuiu outros 20 %.

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), 18 Estados-Membros da UE têm uma pontuação superior a 90 em 100 para o ODS 3. Onze Estados-Membros da UE encontram-se entre os vinte primeiros a nível mundial. No cômputo global, este ODS figura no pódio dos ODS que obtiveram a pontuação mais elevada para os Estados-Membros da UE.

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

Para continuar a assegurar uma cobertura universal de saúde na UE, os sistemas de saúde terão de ser resilientes a evoluções futuras e garantir acessibilidade e eficácia. Será necessário efetuar uma transição para um modelo mais orientado para a prevenção das doenças e a promoção da saúde, mais personalizado e capitalizador das tecnologias digitais, bem como reforçar os cuidados primários e o desenvolvimento de cuidados integrados centrados no doente. Tal será igualmente importante para reduzir a oferta e a procura de drogas ilícitas. A UE continua empenhada em combater as doenças tanto transmissíveis como não transmissíveis e a resistência antimicrobiana. Está em curso um esforço importante para promover uma aplicação em mais larga escala das boas práticas validadas neste domínio. A UE desenvolverá novas metas intercalares para reduzir para metade o número de mortes na estrada e de feridos graves entre 2020 e 2030.

Oportunidades/Fatores positivos

Participação social e política participativa, mudança de comportamentos, mão-de-obra e população mais saudável, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, financiamento sustentável, parcerias público-privadas, prevenção e promoção da saúde, investigação e inovação nesse domínio, novas tecnologias, transformação digital da saúde e dos cuidados, enfoque nas sociedades resilientes, educação, investimentos públicos e privados, comércio aberto e justo.

Riscos/Fatores negativos

Pobreza, desigualdades sociais e de saúde, ameaças biológicas, alterações climáticas e riscos ambientais, sustentabilidade orçamental afetada pelo envelhecimento demográfico e inflação dos custos associados às novas tecnologias e aos riscos socioeconómicos, envelhecimento da população, hábitos pouco saudáveis, instabilidade geopolítica e ameaças à segurança sanitária.

Principais iniciativas políticas

A UE a nível internacional: A UE contribuiu para a Parceria Universal da Saúde EU-Organização Mundial da Saúde, um programa destinado a reforçar os sistemas de saúde em mais de 35 países parceiros, e, em conjunto com a ONU, apoia a melhoria do acesso e da procura do planeamento familiar, bem como a redução de práticas tradicionais nocivas e da violência baseada no género.

Ao nível da UE: No que diz respeito à resistência antimicrobiana, a UE adotou um plano de ação ambicioso, intitulado «Uma só saúde», para preservar a possibilidade de tratamento eficaz das infeções nos seres humanos e nos animais. Fornece orientações sobre a utilização prudente de agentes antimicrobianos na saúde humana, fomenta a investigação sobre novos agentes antimicrobianos, vacinas e diagnósticos, incentiva a inovação, contribui para a adoção de políticas cientificamente fundamentadas e medidas legais e aborda as lacunas de conhecimento. Em matéria de prevenção, implementa em mais larga escala as boas práticas validadas em estreita cooperação com os Estados-Membros.

Ao nível dos Estados-Membros: Na Eslováquia, o setor da saúde pública dispõe de uma rede de centros consultivos de clínica geral e de especialidade que prestam aconselhamento com base no exame dos principais fatores de risco (como o tabagismo, a nutrição, a atividade física ou o *stress*). Servem igualmente para sensibilizar a população e fomentar a realização de rastreios e exames médicos preventivos.

A nível regional/local: Em 2011, a associação intermunicipal para a conservação da natureza no Luxemburgo lançou o projeto «Saborear a natureza – Comer alimentos regionais, biológicos e justos». Este projeto tem por objetivo promover a alimentação sustentável nas cantinas escolares dos 33 municípios membros e proporcionar oportunidades económicas para

os agricultores da região que estejam particularmente empenhados na proteção do ambiente. Para além de respeitar os critérios em matéria de proteção geral do ambiente e de bem-estar animal, os agricultores interessados em aderir ao projeto devem utilizar 5 % do seu terreno agrícola para fins de proteção da biodiversidade. As cantinas escolares oferecem cursos de formação específica para o pessoal: «Conhecer os produtores», alimentos saudáveis, menus sazonais, impacto da alimentação no clima e países em desenvolvimento.

A nível empresarial: Contando com o apoio da Fundação Bill e Melinda Gates, a empresa alemã CureVac GmbH foi a vencedora da primeira edição do Prémio de Incentivo à Inovação pelos progressos realizados em prol de uma nova tecnologia capaz de manter as vacinas estáveis a qualquer temperatura ambiente.

A nível da sociedade civil: No âmbito do Programa Nacional de Saúde na Polónia, algumas organizações não governamentais desenvolveram ferramentas de rastreio das perturbações de humor, materiais de assistência no domínio dos problemas mentais, programas de rádio, publicações e vídeos educativos, criaram um fórum em linha e realizaram campanhas de informação.



Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

A educação, a formação profissional e a aprendizagem ao longo da vida têm um papel central a desempenhar na construção de uma Europa do futuro sustentável, resiliente, competitiva e coesa, na medida em que permitem que as pessoas realizem o seu pleno potencial. Em todas as fases da vida, a educação e a formação são aspetos cruciais do desenvolvimento humano e motores essenciais do crescimento, do emprego e da coesão social. Os níveis de educação dos jovens estão a melhorar de forma contínua na Europa. A UE está no bom caminho para concretizar as metas da Estratégia Europa 2020 em matéria de abandono escolar precoce e conclusão do ensino superior. Se se registaram progressos satisfatórios no atinente à participação na educação e acolhimento na primeira infância, há ainda algum trabalho a fazer para combater o insucesso na matemática, nas ciências e na leitura, bem como em matéria de competências digitais e de participação dos adultos na aprendizagem. Os jovens com deficiência ou provenientes de famílias migrantes apresentam níveis de escolaridade significativamente mais baixos. Os jovens que abandonam precocemente os estudos ou a formação e têm baixos níveis de escolaridade enfrentam problemas particularmente sérios no mercado de trabalho. No palco internacional, há numerosos países parceiros da UE que beneficiam de programas bilaterais de apoio que contribuem para reforçar os seus sistemas de ensino, centrando-se na melhoria do acesso das famílias com baixos rendimentos a um ensino básico de qualidade, bem como em países frágeis e afetados por conflitos, pondo a tónica nas raparigas e nos grupos marginalizados.

Principais tendências

- A percentagem de **abandono precoce do sistema de ensino e formação** tem vindo a baixar continuamente. A diminuição de 17 % em 2002 para 10,6 % em 2017, representa um progresso claro no sentido do cumprimento da meta da Estratégia Europa 2020 de 10 %.
- A meta de 40% da Estratégia Europa 2020 para a **taxa de conclusão do ensino superior** na

faixa etária dos 30-34 anos de idade foi praticamente atingida (39,9 % em 2017).

- A **participação na educação e acolhimento na primeira infância** regista um aumento constante desde 2003. Em 2016 alcançou-se a meta da UE no sentido de 95 % das crianças entre os 4 anos e a idade da escolaridade obrigatória frequentarem o ensino pré-escolar, ainda que subsistam diferenças entre países.
- A UE também estabeleceu um objetivo de, até 2020, reduzir para menos de 15 % a **percentagem de jovens de 15 anos com um baixo nível de leitura, matemática e ciências**. Os Estados-Membros apresentam fortes disparidades no que diz respeito à percentagem de alunos com fraco aproveitamento nestes três domínios. No conjunto, a UE está a ficar para trás nesses três domínios, sendo que, de acordo com os últimos dados disponíveis de 2015, retrocedeu face aos resultados de 2012 (ciências: 20,6 %, +4,0 pontos percentuais; leitura: 19,7 %, +1,9 pontos percentuais; matemática: 22,2 %, 0,1 pontos percentuais).
- Em 2017, 57 % da população da UE entre os 16 e os 64 tinha, pelo menos, **competências digitais básicas**.
- A **taxa de emprego dos recém-licenciados** aumentou de 76,9 % em 2015 para 80,2 % em 2017, estando perto do cumprimento da meta da UE de 82 %.
- A percentagem de **jovens que não trabalham, não estudam nem seguem uma formação** continua a decair, baixando do seu valor máximo de 13,2 % em 2012 para 10,9 % em 2017.
- A **participação dos adultos** (25-64 anos) na aprendizagem ao longo da vida era de 10,9 % em 2017, muito abaixo do objetivo mínimo de 15 %.

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), 16 Estados-Membros da UE têm uma pontuação superior a 90 em 100 para o ODS 4. Sete Estados-Membros da UE estão entre os vinte primeiros a nível mundial. Em média, este ODS figura no pódio dos ODS que obtiveram a pontuação mais elevada para os Estados-Membros da UE.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

Prevê-se que o nível educacional dos jovens continue a aumentar no futuro em resultado das mutações estruturais nos mercados de trabalho, das alterações demográficas e das reformas políticas. Até 2030, o Espaço Europeu da Educação estará firmemente estabelecido, esperando-se que não haja fronteiras nem obstáculos à mobilidade para fins de aprendizagem inclusiva e à cooperação académica. Todos os jovens deveriam receber uma educação e formação de melhor qualidade, independentemente da sua origem socioeconómica, permitindo-lhes adquirir mais e melhores competências. A educação inclusiva e a aprendizagem ao longo da vida deverão conduzir a uma redução do abandono escolar precoce e a um aumento do corpo discente a todos os níveis. Espera-se igualmente que as transformações nos mercados de trabalho se traduzam numa maior participação dos adultos na educação e na formação. As pessoas terão a possibilidade de obter a validação das aptidões adquiridas fora dos sistemas formais de ensino e formação. A oferta de educação e formação passará a conter uma forte dimensão de aprendizagem em meio profissional e a tirar partido de uma cooperação mais estreita com as empresas e a sociedade civil. Continuará a ser importante redobrar de esforços para integrar a educação em matéria de desenvolvimento sustentável nos programas curriculares de todos os níveis de ensino.

Oportunidades/Fatores positivos

Participação social e política participativa, mudanças de comportamento, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, financiamento sustentável, parcerias público-privadas, investigação e inovação, tecnologias digitais e plataformas em linha, inteligência artificial, mercado de trabalho em mutação e necessidades de

competências, enfoque em sociedades sustentáveis resilientes.

Riscos/Fatores negativos

Desigualdade de oportunidades, pobreza, baixos níveis de investimento público e privado, inadequação de competências, aumento das lacunas de conhecimento.

Principais iniciativas políticas

Ao nível da UE: Em consonância com o primeiro princípio do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a Comissão está a coordenar a Nova Agenda de Competências para a Europa e a trabalhar com os Estados-Membros para criar um Espaço Europeu da Educação até 2025. O objetivo é melhorar os sistemas de educação e formação para sejam inclusivos, assentes na aprendizagem ao longo da vida e impulsionados pela inovação. As medidas apresentadas em 2018 para o Espaço Europeu da Educação no horizonte 2025 prendem-se com o reconhecimento mútuo automático dos diplomas e dos períodos de estudo no estrangeiro, as competências essenciais, as competências digitais, os valores comuns e o caráter inclusivo da educação, uma educação e acolhimento na primeira infância de elevada qualidade e a melhoria do ensino e da aprendizagem das línguas.

Ao nível dos Estados-Membros: A Eslovénia lançou, em 2016, um programa destinado a melhorar a qualidade do ensino e a experiência de aprendizagem oferecendo a professores e mentores oportunidades para aumentarem os seus conhecimentos, aptidões e competências através da rotação de funções. A decorrer até 2022, o programa tem um financiamento de 1,65 milhões de EUR, dos quais 1,32 milhões de EUR provêm do Fundo Social Europeu.

A nível regional/local: Uma iniciativa da região do Véneto, em Itália, financiada pelo Fundo Social Europeu, permite que os adultos sem diploma do ensino secundário, incluindo aqueles cuja qualificação profissional de nível mais baixo perdeu relevância no mercado de trabalho, obtenham o reconhecimento de créditos pela sua experiência profissional ou formativa anterior e enveredem por um percurso de formação personalizado.

A nível empresarial: Em 2018, foi assinado um acordo tripartido em França, criando uma secção de aprendizagem inclusiva para os jovens e para adultos com deficiência na região da Nova Aquitânia. Uma dúzia de aprendizes com deficiência receberão formação nos setores da eletrónica, eletricidade e engenharia eletrotécnica. Metade deles ficarão nas instalações da empresa de eletricidade Enedis e a outra metade em empresas adaptadas.

A nível da sociedade civil: O projeto ToekomstATELIERdelAvenir (conhecido por TADA) proporciona uma educação orientada para a sociedade de caráter complementar e voluntário a adolescentes vulneráveis de bairros desfavorecidos de Bruxelas, na Bélgica. Pretende capacitar os jovens participantes, prevenindo a desmotivação e as suas consequências negativas (como a fadiga de aprendizagem, o abandono escolar precoce, a delinquência, o desemprego, a radicalização extremista), e contribuir para o reforço da integração e da coesão social.



Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

A UE é um dos líderes mundiais em matéria de igualdade de género e realizou progressos neste domínio ao longo das últimas décadas. Essa evolução é o resultado da legislação relativa

à igualdade de tratamento, da integração da perspectiva de género e de medidas específicas para promover os direitos das mulheres e a igualdade de género. O número de mulheres no mercado de trabalho da UE aumentou e a educação e formação a que têm acesso também melhorou. Contudo, as mulheres continuam a estar sobrerrepresentadas nos setores menos bem remunerados e sub-representadas nos cargos de decisão. As diferenças de género em termos de rendimentos e de perfis de carreira traduzem-se amiúde em direitos de pensão mais baixos para as mulheres. A necessidade e o ímpeto no sentido de produzir mais melhorias permanecem uma realidade. Um inquérito Eurobarómetro Especial realizado em 2017 revelou que a população europeia em geral é globalmente favorável à igualdade de género: 84 % dos europeus consideram-na pessoalmente importante (incluindo 80 % dos homens). A nível internacional, a UE integra a perspectiva do género no âmbito das suas políticas externas, que vão desde os instrumentos comerciais ao Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento e às políticas de alargamento e de vizinhança da UE.

Principais tendências

- O Índice da **Igualdade de Género** do Instituto Europeu para a Igualdade de Género (2017) mostra que na última década se assistiu a um desenvolvimento genericamente positivo, ainda que lento, no sentido da igualdade de género. A melhoria mais significativa realizou-se no domínio do poder (por exemplo, aos níveis de tomada de decisão tanto no setor privado como no setor público), ao passo que as desigualdades de género aumentaram no domínio do tempo (por exemplo, em termos de tarefas domésticas, lazer, prestação de cuidados não remunerados). Há uma grande variabilidade de desempenhos dependendo dos Estados-Membros. A maioria dos Estados-Membros melhorou a sua pontuação global desde 2005. A pontuação global de alguns Estados-Membros estagnou ou inclusive baixou ligeiramente.
- A **disparidade nas taxas de emprego** de homens e mulheres a nível da UE era inferior a 12 pontos percentuais em 2017, uma percentagem substancialmente inferior à registada em 2008, altura em que atingiu 15,1 pontos percentuais. Esta melhoria deveu-se em larga medida a um aumento da taxa de emprego das mulheres. A falta de serviços de acolhimento formais disponíveis, acessíveis e de qualidade, em particular na primeira infância, é um dos principais fatores que obsta à participação das mulheres no mercado de trabalho. Em 2016, apenas 32,9 % das crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos na UE frequentavam estruturas formais de ensino e acolhimento para a primeira infância, contra 28 % em 2008.
- A **disparidade salarial entre homens e mulheres** diminuiu ligeiramente nos últimos anos. Em 2016, a remuneração horária bruta das mulheres era, em média, 16,2 % inferior à dos homens; após a reforma, esta diferença aumenta exponencialmente – a **disparidade de género nas pensões** é de 36,6 %.
- No tocante à **igualdade de género na política** europeia, a proporção de lugares ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais aumentou de 20,9 % em 2004 para 29,7 % em 2018.
- Em 2017, um quarto dos **membros dos conselhos de administração das maiores empresas cotadas em bolsa** eram mulheres. Entre 2003 e 2017, deu-se um aumento anual quase estável de um total de 16,8 pontos percentuais.
- Em comparação com a situação há uma década, o modo como os homens e as mulheres afetam **tempo à prestação de cuidados, ao trabalho doméstico e a atividades sociais** tornou-se mais desigual na UE. Este declínio em termos de igualdade verificou-se em doze Estados-Membros, embora se tenham constatado melhorias em oito Estados-Membros.
- Uma em cada três mulheres na Europa já foi vítima de **violência física e/ou sexual** desde os 15 anos de idade.

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), 11 Estados-Membros da UE têm uma pontuação superior a 80 em 100 para o ODS 5. Onze Estados-Membros da UE encontram-se entre os vinte primeiros a nível mundial.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

A continuação dos progressos em matéria de igualdade de género e empoderamento das mulheres e das raparigas requer empenho, mais financiamento e esforços persistentes pelos intervenientes a todos os níveis, desde o agregado familiar às instituições da UE. Embora os incentivos regulamentares sejam importantes para acelerar esses progressos, a igualdade de género depende fortemente dos valores culturais e éticos e da evolução das mudanças sociais. Até 2030, poder-se-á esperar que a UE tenha realizado novos progressos em relação à emancipação económica das mulheres, ao equilíbrio de género nas tomadas de decisão e ao combate à violência contra as mulheres e raparigas. A concretização e o alcance de tais progressos dependem do contexto cultural e político em desenvolvimento, bem como de futuras medidas regulamentares.

Oportunidades/Fatores positivos

Participação social e política participativa, alterações das normas sociais, mudanças de comportamento, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, estruturas formais de acolhimento de crianças, regimes de licença familiar equilibrados, regimes de trabalho flexíveis, um sistema de educação equilibrado, acesso a novas tecnologias, melhoria das competências tecnológicas das mulheres, promoção de um comércio aberto e justo.

Riscos/Fatores negativos

Desigualdade de oportunidades, reação negativa contra os progressos, inadequação de competências, ameaças à segurança, regresso ao protecionismo económico a nível mundial.

Principais iniciativas políticas

A UE a nível internacional: Em 2015, a UE adotou o seu segundo plano de ação em matéria de igualdade de género e empoderamento das mulheres no âmbito das relações externas (2016-2020). Em setembro de 2017, a Comissão lançou a Iniciativa «Spotlight» (UE-ONU) para pôr cobro à violência contra as mulheres e as raparigas.

Ao nível da UE: Em 2015, a Comissão adotou um compromisso estratégico para a igualdade de género 2016-2019. O compromisso estratégico é o quadro para a prossecução do trabalho da Comissão em prol da igualdade de género e do empoderamento das mulheres, centrando-se nos cinco domínios prioritários seguintes: 1) aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho e a igualdade em termos de independência económica; 2) reduzir as disparidades de género em termos de salários, rendimentos e pensões de reforma; 3) promover a igualdade entre mulheres no processo de tomada de decisões; 4) combater a violência de género; 5) promover a igualdade de género e os direitos das mulheres em todo o mundo. Além disso, o compromisso estratégico prevê a integração da perspectiva da igualdade de género em todas as políticas e programas de financiamento da UE.

Ao nível dos Estados-Membros: Em geral, a Dinamarca apresenta uma boa pontuação em matéria de igualdade de género. Neste país, as mulheres tendem a trabalhar fora de casa e a prosseguir uma carreira ao mesmo tempo que constituem família, usufruindo de uma licença parental generosa e de serviços de acolhimento de crianças objeto de benefícios fiscais. Os homens dinamarqueses também beneficiam com a igualdade de género. Têm mais tempo para

estar com a família do que em muitos outros países. A licença parental após o nascimento de uma criança pode ser repartida pelos dois progenitores; o número limitado de dias de trabalho permite que seja amiúde o pai a ir buscar os filhos à escola ou infantário.

A nível regional/local: A França introduziu um sistema binomial de candidatos para eleições departamentais em que o voto vai para uma equipa de candidatos do sexo masculino e feminino. Tal garante a paridade de género a nível departamental e cria posições partilhadas de tomada de decisão em matéria de políticas territoriais, promovendo a partilha de responsabilidades e melhorando as possibilidades de conciliação da vida profissional e familiar dos políticos.

A nível empresarial: A empresa GründerRegio M e.V. recebeu cofinanciamento do Fundo Social Europeu para prestar formação, aconselhamento e ligações em rede às mulheres empresárias em Munique. Tem por alvo as mulheres que regressam ao mercado de trabalho depois de se terem consagrado à família, bem como mulheres com mais de 50 anos. O projeto GUIDE apoiou cerca de 5.000 mulheres empresárias, 56 % das quais criaram as suas próprias empresas.

A nível da sociedade civil: Duas organizações búlgaras estão a gerir o projeto «Career ROCKET», que forma professores, diretores escolares e orientadores escolares e profissionais no sentido de introduzir a igualdade de género em todas as matérias do ensino secundário, fornecendo informações sobre o contributo das mulheres nas ciências naturais, tecnologia, política, história, geografia, matemática, literatura, artes e música.



Garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e do saneamento para todos

A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

O acesso à água é uma necessidade humana básica. A água também constitui um recurso económico importante de que depende regulação da biodiversidade, do clima e dos ecossistemas. Para satisfazer as necessidades das gerações atuais e futuras e manter a estabilidade política a nível nacional e regional, é crucial proteger os ecossistemas aquáticos contra a poluição e as alterações hidromorfológicas e utilizar a água de forma sustentável. Na UE, uma política global da água visa velar pela disponibilidade de água de boa qualidade em quantidade suficiente tanto para as necessidades das pessoas como para o ambiente, regulando as principais fontes de pressão (agricultura, indústria, águas residuais urbanas), as utilizações da água (águas balneares, águas subterrâneas, água potável) e a gestão integrada da água. A grande maioria dos cidadãos europeus tem acesso a saneamento básico e está no mínimo ligada a estações de tratamento secundário de águas residuais. Além disso, os cidadãos europeus usufruem de água potável de qualidade muito elevada. Contudo, a pressão decorrente da urbanização, a poluição difusa proveniente da agricultura e da indústria e as alterações climáticas influenciam a qualidade da água e a segurança dos recursos hídricos a longo prazo. A nível mundial, a UE está a promover a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos através do novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento e as políticas de alargamento e de vizinhança da UE.

Principais tendências

- A percentagem de pessoas sem **acesso a instalações sanitárias melhoradas** nos seus lares diminuiu de 3,2 % em 2007 para apenas 2,0 % da população europeia em 2017. O número de pessoas ligadas a estações de **tratamento secundário de águas residuais** aumentou entre 2010 e 2015. Todavia, subsistem disparidades entre Estados-Membros, alguns dos quais continuam a enfrentar problemas consideráveis. Há um novo tipo de poluição que está a assumir contornos relevantes – os escoamentos urbanos ou sistemas de esgotos combinados que libertam vastas quantidades de poluição em caso de forte pluviosidade.
- Em 2017, as águas balneares de 86,3 % de todas as **zonas balneares costeiras** e 82,1 % das **zonas balneares interiores** apresentaram excelente qualidade.
- **A qualidade da água nos rios europeus** aumentou significativamente entre 2000 e 2014; as concentrações médias de fosfato nos rios europeus mostram uma tendência decrescente.
- Não obstante os progressos realizados em vários domínios, só cerca de 40 % das **águas de superfície** alcançaram um bom estado ecológico em 2015; o panorama das **águas subterrâneas** é mais positivo: 74 % apresenta um bom estado químico e 89 % um bom estado quantitativo. Embora a poluição causada pelos nitratos provenientes da agricultura tenha diminuído nas duas últimas décadas, subsistem alguns problemas. Os nitratos são os poluentes mais comumente responsáveis pelo mau estado químico das águas subterrâneas na UE. Esta situação é particularmente problemática, uma vez que, a seguir às águas superficiais, as águas subterrâneas, são uma importante fonte de água potável na Europa.
- **A pressão sobre os recursos hídricos** é baixa na maioria dos países da UE, mas elevada em alguns, sobretudo na Europa meridional, tratando-se de um fenómeno em aumento na Europa ocidental e setentrional.
- Para reduzir a escassez de água, todos os setores relevantes precisam de utilizar a água doce de forma eficiente. Na última década, a **captação de água** na Europa diminuiu, enquanto a **eficiência na utilização de água** aumentou. O **consumo médio de água potável** diminuiu nos últimos 20 anos, passando de cerca de 200 litros por pessoa e por dia para cerca de 120 litros.

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), 25 Estados-Membros da UE têm uma pontuação superior a 80 em 100 para o ODS 6. Três Estados-Membros da UE encontram-se entre os vinte primeiros a nível mundial.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

Globalmente, prevê-se que a UE continue a fazer progressos na gestão sustentável da água e do saneamento. Quase todos os cidadãos beneficiarão de um bom acesso a serviços hídricos – como água potável e tratamento de águas residuais – e a instalações sanitárias. No entanto, impõem-se mais esforços para assegurar o pleno acesso desses serviços a todos os cidadãos da UE, garantir o tratamento das águas residuais em conformidade com as normas exigidas em todo o território e alcançar um bom estado para todas as massas de água da Europa. Nos anos vindouros, também caberá consagrar uma atenção específica a poluentes emergentes, como microplásticos e fármacos. Há que reduzir ainda mais a poluição difusa proveniente da agricultura. É preciso continuar a reforçar a eficiência da utilização da água. Por último, as alterações climáticas e os seus efeitos agravantes sobre as secas e as inundações nas regiões europeias fazem aumentar a necessidade de tornar a gestão dos recursos hídricos mais sustentável. As alterações climáticas contribuirão para aumentar a pressão sobre os recursos hídricos já sentida em massas de água sobretudo do sul da Europa, mas também, e cada vez mais, noutras partes do continente. A aplicação da atual legislação no domínio da água e a elaboração de nova legislação, como as recentes propostas de reutilização da água potável, ajudarão a dar resposta a estes desafios. A avaliação/balanço de qualidade em curso de uma

parte substancial da legislação da UE no domínio da água contribuirá para determinar se o quadro legislativo precisa de ser adaptado em nome da plena consecução dos ODS relevantes.

Oportunidades/Fatores positivos

Mudanças comportamentais, participação social e política participativa, pressão da sociedade no sentido de sistemas alimentares e cadeias de produção sustentáveis, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, financiamento sustentável, parcerias público-privadas, digitalização, obtenção de dados de melhor qualidade mediante a utilização de instrumentos de observação da Terra, como a componente global do serviço de monitorização do meio terrestre Copernicus da UE, aumento da reutilização da água, inteligência artificial e novas tecnologias, investigação e inovação, Internet das coisas, economia circular, multilateralismo.

Riscos/Fatores negativos

Pobreza e desigualdade de oportunidades, alterações climáticas, poluição difusa proveniente da agricultura, urbanização, poluentes orgânicos, resíduos de produtos farmacêuticos, resíduos de plástico, produção industrial, descargas domésticas, instabilidade geopolítica e ameaças à segurança, preço da água e respetiva acessibilidade.

Principais iniciativas políticas

Ao nível da UE: A investigação e a inovação europeias no domínio da água promovem soluções para os desafios no setor da água. A Parceria para a Investigação e a Inovação na Região Mediterrânica (PRIMA), uma iniciativa de 494 milhões de EUR, incide sobre a escassez de água, a agricultura e a segurança alimentar na região do Mediterrâneo.

Ao nível dos Estados-Membros: Em Chipre, a água reciclada é uma fonte estável e crescente utilizada, nomeadamente, para a irrigação e a proteção contra a seca. Com a ajuda de fundos europeus, estão já em curso dois projetos: o sistema de reutilização da água de Anthoupolis Scheme e o sistema de reutilização da água de Larnaca.

A nível regional/local: Na Baixa Silésia (Polónia) está em construção o reservatório de proteção contra inundações Racibórz Dolny. Este programa abrangente de proteção contra as inundações tem por objetivo proteger contra as inundações do rio Óder, restabelecendo a retenção natural das inundações do vale deste rio e a sua planície aluvial natural.

A nível empresarial: Por toda a Europa há estações de tratamento de águas residuais que começam a utilizar a energia e outros recursos contidos nos resíduos para reduzir o seu consumo e inclusive atuar como produtoras de energia. Um exemplo ilustrativo é uma estação de tratamento de água de Aarhus, na localidade de Marselisborg (Dinamarca), que produz mais de 150 % da energia de que necessita para funcionar, investindo em tecnologia mais eficiente.

A nível da sociedade civil: Malta incentiva a participação das comunidades locais na melhoria da gestão da água e do saneamento. O ciclo de planeamento das bacias hidrográficas garante um elevado nível de participação das comunidades e das partes interessadas, visto que as decisões sobre certas medidas implicam um equilíbrio entre os interesses dos diferentes grupos.



A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

Os objetivos climáticos e energéticos da UE para 2020 colocaram a União na via certa para garantir uma energia segura, abordável e limpa para todos os europeus. Já se alcançaram progressos sólidos no aumento da utilização de fontes de energia renováveis e de uma maior eficiência energética, sendo que a UE está a avançar em frente na transição para energias limpas. A transição da UE de uma economia assente em combustíveis fósseis para uma economia hipocarbónica com um sistema de energia digital centrado no consumidor está a tornar-se a nova realidade no terreno. Prosseguiu a dissociação das emissões de gases com efeito de estufa em relação ao produto interno bruto, motivada sobretudo pela inovação. O crescimento económico e o consumo de energia foram igualmente dissociados. As alterações mundiais a nível da produção e da procura de energia têm impacto significativo na geopolítica e na competitividade industrial. Esta situação coloca sérios desafios à Europa, mas também cria oportunidades únicas. Neste contexto, a UE pretende intensificar o seu papel de líder mundial na transição para energias limpas, proporcionando simultaneamente segurança energética a todos os seus cidadãos. Mediante a União da Energia, a União Europeia pretende fornecer energia limpa, sustentável e a preços acessíveis para os cidadãos e as empresas da UE. Na vertente externa, o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento incide na melhoria do acesso a serviços energéticos modernos, fiáveis, economicamente acessíveis e sustentáveis, no aumento da implantação de energias renováveis e de medidas de eficiência energética e no contributo para a luta contra as alterações climáticas. A UE é pioneira na captação de investimentos privados para o setor da energia sustentável com os seus instrumentos mistos, o Plano de Investimento Externo da UE e a iniciativa de financiamento à eletrificação. As políticas de alargamento e de vizinhança também dão um contributo neste domínio.

Principais tendências

- As tendências na Europa apontam para uma **dissociação do crescimento económico** em relação aos fluxos de energia e às respetivas **emissões de gases com efeito de estufa**. Entre 1990 e 2017, as emissões de gases com efeito de estufa diminuíram 22 %, enquanto o PIB aumentou 58 %. Tanto a produtividade energética como a intensidade de gases com efeito de estufa no consumo energético melhoraram quase continuamente desde 2000 na UE.
- A UE pretende atingir a sua meta de **eficiência energética** de 20 % para 2020. Entre 2005 e 2016, o consumo de energia primária da UE caiu 9,9 % e o seu consumo de energia final caiu 7,1 %.
- A UE está no bom caminho para cumprir o seu objetivo de 20 % do consumo final de **energia proveniente de fontes de energia renováveis** até 2020. A utilização de energias renováveis aumentou continuamente na UE ao longo da última década, passando de 9,0 % para 17 % do consumo final bruto de energia entre 2005 e 2016. Os principais fatores que contribuíram para este aumento foram um quadro regulamentar previsível a nível da UE, tecnologias mais eficientes, a diminuição dos custos associados às fontes de energia renováveis e um apoio mais orientado para o mercado.
- A UE continua a depender da **importação de combustíveis de países terceiros** para satisfazer as suas necessidades energéticas. Situando-se a um nível de 53,6 %, a dependência da UE destas importações permaneceu quase constante entre 2006 e 2016, enquanto a produção de energia diminuiu 14 % durante o mesmo período. Ainda neste período, observou-se uma redução consistente do consumo de energia primária de cerca de 10 %.

- A UE registou progressos em matéria de melhoria do **acesso a energia a preços comportáveis**. Nos últimos anos, a incapacidade de manter a casa adequadamente quente tornou-se menos frequente. Em 2017, 8,1 % da população da UE acusou falta de acesso a energia a preços acessíveis – menos 2,8 pontos percentuais do que em 2007.

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), 26 Estados-Membros da UE têm uma pontuação superior a 80 em 100 para o ODS 7. Sete Estados-Membros da UE estão entre os vinte primeiros a nível mundial.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

A UE continuará a progredir no sentido de uma energia para todos fiável, sustentável, moderna e a preços acessíveis, com base no ambicioso quadro regulamentar acordado a nível da UE. Em 2030, os principais objetivos da UE traduzem-se em pelo menos 40 % de redução das emissões de gases com efeito de estufa, pelo menos 32 % da energia da UE obtida a partir de energias renováveis e um aumento da eficiência energética de, pelo menos, 32,5 %. Estes objetivos lançam as bases necessárias para uma profunda transformação da sociedade, levando a um futuro de energia limpa e sustentável. O Mecanismo Interligar a Europa continuará a apoiar o desenvolvimento das infraestruturas energéticas. No âmbito do novo Programa-Quadro Horizonte Europa, foi proposto um intenso programa de investigação e inovação, com um orçamento de 15 mil milhões de EUR para a energia, a mobilidade e o clima. Globalmente, para o quadro financeiro plurianual para 2021-2027, o objetivo de integração das considerações climáticas proposto de 25 % significaria que um em cada quatro euros seria gasto em questões relacionadas com o clima, também relevantes para o setor da energia. É necessária uma mobilização contínua para garantir a realização da União da Energia, incluindo um diálogo ativo com a sociedade civil e as partes interessadas, uma vez que o seu contributo e empenho são a chave para o êxito da transição energética.

Oportunidades/Fatores positivos

Mudança de comportamentos, consumidores informados, protegidos e capacitados, a participação social e política participativa, políticas de antecipação para uma transição justa, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, novas oportunidades de negócio, financiamento colaborativo e outras formas de financiamento inovador, financiamento sustentável, parcerias público-privadas, tributação dos recursos, Internet das coisas, educação, digitalização, inteligência artificial e novas tecnologias, investigação e inovação, economia hipocarbónica circular, mobilidade com emissões baixas e nulas, sociedades resilientes, multilateralismo.

Riscos/Fatores negativos

Aumento do consumo de eletricidade provocado pela digitalização, volatilidade dos preços da energia, dependência contínua e subvenção dos combustíveis fósseis, falta de mudança de comportamento, abrandamento na execução das políticas, baixo investimento público e privado, fosso digital, alterações climáticas, instabilidade geopolítica e ameaças à segurança, transição mais dispendiosa em termos relativos para as pessoas de rendimentos médios e mais baixos.

Principais iniciativas políticas

A UE a nível internacional: Em maio de 2017, visando imprimir um novo ímpeto à Parceria África-UE, a UE propôs a Estratégia Dinamizar África. A UE comprometeu-se a estimular os investimentos públicos e privados no domínio da energia sustentável em África, em particular no contexto do Plano de Investimento Externo, e a aprofundar as alianças e a colaboração estratégicas.

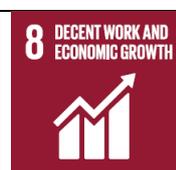
Ao nível da UE: A criação de uma União Europeia da Energia tornou-se uma prioridade central da Comissão. Adotaram-se iniciativas para esse efeito, nomeadamente, o pacote Energias Limpas para Todos os Europeus, de 2016, que conduzirá a um sistema energético mais competitivo, moderno e limpo, articulado em torno de três objetivos principais: dar prioridade à eficiência energética, alcançar uma posição de liderança mundial em energias renováveis e proporcionar condições equitativas para os consumidores.

Ao nível dos Estados-Membros: Em 2013, mais de 40 organizações nos Países Baixos (governos locais e nacionais, empresas, sindicatos e organizações ambientais) assinaram um acordo em matéria de energia para o crescimento sustentável, com vista a aumentar a quota das energias renováveis de 5,8 % em 2015 para 16 % em 2023. Fixa metas para uma transição para veículos com taxas nulas de emissões: até 2035, todos os automóveis novos vendidos deverão ser sem emissões e, em 2050, todos os automóveis em circulação terão de ser sem emissões.

A nível regional/local: Budapeste é membro do Pacto de Autarcas, uma iniciativa financiada pela UE que reúne regiões e municípios empenhados em aplicar os objetivos climáticos e energéticos da UE. Desde 2011, uma das termas mais célebres desta cidade – os banhos termais de Szechenyi –, o jardim zoológico, situado nas imediações, e a empresa de aquecimento urbano local criaram uma parceria que permite baixar as emissões de carbono e reduzir a fatura de energia. O calor das águas termais de Szechenyi é reciclado para o jardim zoológico de Budapeste, fornecendo ar quente a cerca de 350 espécies animais e a quase 500 espécies vegetais repartidas por cerca de 26 edifícios.

A nível empresarial: A empresa de energia Fortum Jelgava, fundada em 2008 em Jelgava (Letónia), reestruturou a rede de calor da cidade, substituindo estação de caldeira a gás por uma nova estação de cogeração de biomassa que utiliza aparas de madeira. O sistema de aquecimento urbano da cidade mudou na sua quase totalidade de combustíveis fósseis para o recurso renovável de madeira de origem local.

A nível da sociedade civil: As comunidades de energias renováveis são entidades que permitem aos cidadãos e/ou às autoridades locais possuir ou participar na produção e/ou utilização de energia proveniente de fontes renováveis. Contando com mais de 2500 iniciativas à escala da UE, estão a ser fundamentais para a transição energética na Europa. A implantação e apropriação local desse tipo de iniciativas faz aumentar a aceitação social de projetos no domínio das energias renováveis, em particular a energia eólica. Permitem igualmente baixar os custos, disponibilizando os sítios mais adequados.



Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

A recuperação da Europa após a crise económica favoreceu o aumento constante do emprego. O investimento já quase retomou o nível anterior à crise e as finanças públicas estão a melhorar, embora a recuperação enfrente riscos de revisão em baixa. A retoma não está, no entanto, a beneficiar todos os cidadãos e Estados-Membros da mesma maneira, sendo que o desemprego, em particular, permanece elevado em alguns países. As tendências de investimento e produtividade sugerem que é possível fazer mais para fomentar a recuperação e a transição para um crescimento económico mais sustentável no contexto dos desafios

mundiais a longo prazo associados à evolução demográfica e à digitalização. Para além de perseverar no sentido de alcançar a sustentabilidade das finanças públicas a longo prazo, a UE continua a promover o investimento, especialmente nos domínios da educação, das competências e da I&D, e as reformas estruturais para aumentar a eficácia do ambiente empresarial e dos mercados de produtos e de trabalho. O Plano de Investimento para a Europa é decisivo para atrair investimento privado em setores estratégicos da economia europeia. As reformas estruturais destinadas a melhorar os mercados de trabalho e as políticas sociais deverão ajudar os trabalhadores a adquirir as competências requeridas pela transição para uma economia verde e promover um melhor acesso e igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, condições de trabalho justas, bem como sistemas de proteção social adequados e sustentáveis. Deverão igualmente contribuir para aumentar a produtividade do fator trabalho e, por conseguinte, o crescimento dos salários. A participação dos parceiros sociais na conceção e aplicação das reformas pode melhorar a sua apropriação, impacto e resultados. A nível internacional, a UE aposta no crescimento inclusivo e sustentável, na criação de emprego digno e na promoção dos direitos laborais e humanos. Exemplos de ações externas neste campo incluem o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, o plano de investimento externo da UE, o Plano de Ação da UE para os Direitos Humanos e a Democracia 2015-2019 e a ação da UE através das suas políticas de alargamento e de vizinhança. A política comercial da UE promove o respeito das normas laborais internacionais fundamentais e dos direitos humanos. A promoção de práticas empresariais responsáveis com base em orientações internacionais está consagrada em várias políticas da UE, incluindo a política comercial.

Principais tendências

- Os europeus têm, em média, um **nível de vida** mais elevado do que há duas décadas. No período de 2002-2017, o **PIB** real *per capita* cresceu, em média, 1,1 % por ano. Recentemente, a economia da UE registou o ritmo de crescimento mais elevado desde o espoletar da crise de 2008, com um aumento do PIB real para 2,2 % em 2017.
- A participação total dos **investimentos** no PIB na UE foi de 20,8 % em 2017, após uma queda acentuada durante a crise económica e financeira. O investimento cresceu, em média, 1,0 % por ano desde 2013. Espera-se que o Plano de Investimento para a Europa crie 1,4 milhões de postos de trabalho e produza um aumento de 1,3% no PIB da UE até 2020.
- A **produtividade do trabalho** acelerou ligeiramente, mas o seu crescimento permanece inferior às tendências antes da recessão.
- A **participação no mercado de trabalho** continua a aumentar de forma estável, a taxa de atividade atingindo os 73,4 % em 2017. Este aumento foi impulsionado sobretudo pelos trabalhadores mais velhos e pelas mulheres. O emprego total atingiu um número recorde de 239 milhões de trabalhadores. O trabalho a tempo inteiro está a aumentar, correspondendo a mais 2,3 milhões de postos de trabalho, enquanto o número de trabalhadores a tempo parcial permaneceu estável. Em 2015, o emprego no setor dos bens e serviços ambientais tinha, por si só, aumentado 47,3 % desde 2000. O **desemprego de longa duração** continua a diminuir, mas ainda representa pouco menos de metade do desemprego total. O **desemprego jovem**, que atingiu um pico de 23,8 % em 2013, baixou para 16,8 % em 2017. Em 2017, 7,7 % dos trabalhadores europeus trabalhavam involuntariamente com **contratos a prazo**, correspondendo a 57,7 % de todos os trabalhadores temporários, uma percentagem que tem vindo a aumentar ligeiramente ao longo da última década. A proporção de **trabalhadores a tempo parcial involuntário** na UE, algo que afeta principalmente as mulheres, em percentagem do trabalho a tempo parcial total aumentou de 25,6 % em 2008 para um pico de 29,6 % em 2014, após o que diminuiu para 26,4 % em 2017.
- No que diz respeito aos **trabalhadores pobres**, 9,6 % dos que estavam empregados também estavam em risco de pobreza em 2017. Esta situação estabilizou nos últimos quatro anos,

embora a um nível mais elevado do que em 2008 (8,5 %).

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), 17 Estados-Membros da UE têm uma pontuação igual ou superior a 80 em 100 para o ODS 8. Nove Estados-Membros da UE encontram-se entre os vinte primeiros a nível mundial.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

A UE terá de garantir elevadas taxas globais de emprego através da criação de empregos de qualidade ao serviço da transição para a sustentabilidade, em particular para as mulheres, os jovens, os idosos, as pessoas com deficiência, os migrantes e as comunidades marginalizadas. Tal contribuiria para garantir a adequação e a sustentabilidade do modelo de bem-estar social europeu num contexto de envelhecimento da população e de crescimento lento da produtividade. Embora os investimentos na economia europeia continuem a aumentar, necessitam de apoio sustentado para superar eventuais estrangulamentos. O declínio da população e o enfraquecimento do poder económico da UE influenciarão a sua posição na ordem económica mundial. A digitalização e a demografia terão implicações tanto para o crescimento futuro como para a evolução do mercado de trabalho. Tal exige um enfoque reforçado nas vantagens comparativas da UE ligadas à educação de qualidade e mais investimento na investigação e na inovação na ótica de promover a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. A transição para uma economia circular prosseguirá, assim como prosseguirão as ações destinadas a erradicar o trabalho forçado e o tráfico de seres humanos.

Oportunidades/Fatores positivos

Melhoria de competências e reconversão profissional, investigação e inovação, participação social e política participativa, pressão da sociedade no sentido de cadeias de produção sustentável, inteligência artificial, novas tecnologias, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, financiamento sustentável, parcerias público-privadas, economia hipocarbónica, circular e colaborativa, economia social e desenvolvimento de ecossistemas de economia social, enfoque em sociedades resilientes, multilateralismo, comércio aberto e justo, investigação e inovação.

Riscos/Fatores negativos

Crescimento lento da produtividade, inadequação das competências, difusão lenta das novas tecnologias digitais e do impacto das transformações tecnológicas nos trabalhadores e em setores específicos, desigualdades sociais, disparidades regionais e territoriais, impacto das alterações demográficas e o papel das migrações e das deslocações forçadas, degradação ambiental e alterações climáticas, instabilidade geopolítica e ameaças à segurança, regresso ao protecionismo económico a nível mundial, dificuldade de medir a produtividade em economias cada vez mais incorpóreas, segmentação do mercado de trabalho e precariedade do emprego, fosso digital, proteção de dados, equilíbrio entre vida profissional e familiar.

Principais iniciativas políticas

Ao nível da UE: O Plano de Investimento para a Europa, também conhecido como Plano Juncker, está a ter um êxito considerável no reforço do clima de investimento. Em julho de 2018, o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) atingiu a sua meta inicial de investimento de 315 mil milhões de EUR. Em dezembro de 2018, tinha mobilizado 371 mil milhões de EUR de investimentos adicionais em toda a UE desde 2015. Já apoiou a criação de mais de 750 000 postos de trabalho, um valor que deverá aumentar para 1,4 milhões até 2020. Mais de 850 000 pequenas e médias empresas (PME) estão a beneficiar da melhoria do acesso ao financiamento. Pelo menos 40 % do financiamento do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos ao abrigo da vertente Infraestruturas e Inovação destina-se a apoiar componentes

de projetos que contribuam para a ação climática, em consonância com o Acordo de Paris sobre ação climática.

Ao nível dos Estados-Membros: Em 2017, a República Checa introduziu mais flexibilidade em termos de: programação e direitos em matéria de horas de trabalho e de licenças; reforço do processo de negociação coletiva; alterações em matéria de direito dos contratos; alterações no regime de despedimentos coletivos; alterações nas disposições relacionadas com o teletrabalho; reforço dos mecanismos de conciliação como o «trabalho em casa».

A nível regional/local: A cidade de Gand (Bélgica) utiliza regularmente o Fundo Social Europeu para apoiar a integração dos ciganos nos mercados de trabalho. O seu projeto «Labour Team IEM» (2015-2017), por exemplo, proporcionou aos ciganos uma orientação mais personalizada. Tinha por principal objetivo ajudar pelo menos 190 migrantes intraeuropeus, maioritariamente de origem cigana, a entrar no mercado de trabalho. O projeto prossegue em 2018-2019 e conta com o apoio do Fundo Social Europeu.

A nível empresarial: O Banco Europeu de Investimento forneceu um empréstimo de 7,5 milhões de euros (apoiado pelo Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos) à Greenfiber International S.A., para financiar um projeto de reciclagem e de economia circular na Roménia. O projeto contribuirá para a criação de 280 postos de trabalho a tempo inteiro e permitirá um aumento da quantidade de resíduos recolhidos e tratados superior a 50 000 toneladas por ano.

A nível da sociedade civil: Em 2014, criou-se uma coligação nacional de organizações de cúpula da sociedade civil em Portugal com o objetivo de preparar uma posição comum sobre a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. As coligações organizaram processos de consulta nacionais, questionários em linha e seminários locais para debater expectativas sobre a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente as relacionadas com a realização do ODS 8.



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

A disponibilidade de infraestruturas de elevado desempenho nos setores dos transportes, da energia e digital é essencial para uma UE bem conectada e integrada, onde os cidadãos e as empresas possam beneficiar plenamente da livre circulação e do mercado único, bem como de infraestruturas sociais adequadas. É também por esse motivo que as redes transeuropeias de transportes, energia e do setor digital abordam de forma integrada a necessidade de dispor de infraestruturas resilientes, sustentáveis, inovadoras e sem descontinuidades. Os investimentos em infraestruturas espaciais constituem igualmente uma preocupação estratégica. A indústria europeia é forte e tem mantido uma posição de liderança em muitos setores nos mercados mundiais. A UE facilita a transição para uma indústria inteligente, inovadora e sustentável que traga benefícios para todos os cidadãos. Enquanto o PIB da UE está a crescer, as emissões de gases com efeito de estufa estão a diminuir, o que sugere uma dissociação entre estes dois elementos. As políticas europeias estão orientadas para habilitar a indústria a exercer a sua atividade de forma responsável e sustentável, criar emprego, dinamizar a competitividade da Europa, estimular o investimento e a inovação em energias limpas e tecnologias digitais e defender as regiões e os trabalhadores da Europa mais afetados pelas transformações da indústria. A ênfase da UE no investimento na investigação e inovação, bem como na transformação digital, ajuda-nos a competir a nível mundial através da criação de mais

emprego e oportunidades de negócio. A UE é o mercado de investigação e inovação mais aberto do mundo, mas impõem-se melhorias em termos de expansão e difusão, sendo que as inovações nem sempre se traduzem em novas oportunidades de mercado e crescimento. É preciso aumentar o investimento do setor empresarial no domínio da investigação e da inovação, uma vez que atualmente corresponde a uns meros 1,3 % do PIB, ficando atrás da China (1,6 %), dos Estados Unidos (2 %) e do Japão (2,6 %). A transformação digital é um importante elemento viabilizador da transição para uma sociedade e economia circulares e hipocarbónicas. A nível internacional, o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento apoia a conceção, construção e funcionamento de infraestruturas respeitadoras do clima, resilientes e de elevada qualidade, a fim de promover um acesso equitativo e a preços acessíveis para todos, crescimento, comércio e investimento. As políticas comerciais, de alargamento e de vizinhança da UE também contribuem neste domínio.

Principais tendências

- A **indústria transformadora** representa dois terços das exportações da UE, proporciona emprego a 36 milhões de pessoas – um em cada cinco postos de trabalho na Europa – e contribui para os elevados níveis de vida dos cidadãos europeus.
- Em termos de processos industriais e utilização de produtos, **as emissões de gases com efeito de estufa** diminuíram mais de 17 % no período de 2000-2016. Além disso, esta melhoria é confirmada pela redução do consumo de energia de 17 % na indústria nesse mesmo período.
- **Investimento em I&D**: a Europa é responsável por 20 % do investimento global em I&D, produz um terço de todas as publicações científicas de alta qualidade e detém uma posição de liderança mundial em setores industriais como o dos produtos farmacêuticos, produtos químicos, a engenharia mecânica e a moda. Os dois maiores investidores no domínio da investigação e desenvolvimento são o setor empresarial (65 %) e o setor do ensino superior (23 %), enquanto o setor público detinha uma quota de 11 % em 2016.
- Os **pedidos de patente** na UE aumentaram consideravelmente antes da crise económica, tendo estagnado desde então.
- **Responsabilidade social das empresas**: 77 % das empresas da UE incluem a responsabilidade social das empresas na elaboração dos seus relatórios, sendo muitas delas líderes na integração de atividades de responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas com os ODS.

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), 10 Estados-Membros da UE têm uma pontuação superior a 73 em 100 para o ODS 9, havendo disparidades consideráveis entre os Estados-Membros. Dez Estados-Membros da UE encontram-se entre os vinte primeiros a nível mundial.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

A Europa está a liderar o caminho para uma indústria mais sustentável e inclusiva. Aumentará o ritmo das transformações económicas, sociais e ambientais, bem como das descobertas tecnológicas em domínios como a robótica, a Internet das Coisas, a inteligência artificial e os sistemas energéticos. A automatização, que se tornou possível graças às tecnologias da informação, transformará os processos de fabrico tradicionais e a natureza do trabalho. A indústria está cada vez mais integrada em cadeias de valor à escala mundial com fortes componentes de serviços. Os modelos de negócio emergentes porão em causa os mercados tradicionais. A própria inovação e criação de valor estão a passar por profundas transformações, impulsionadas por uma nova geração de consumidores que esperam a cocriação de valor, o comportamento sustentável das empresas, a conectividade e a medição

do desempenho em tempo real. Os dados tornaram-se no novo fator de competitividade. A procura de matérias-primas continuará a aumentar. Num contexto em que a escassez de recursos naturais e as alterações climáticas se tornam uma realidade cada vez mais tangível, a procura de produtos sustentáveis, o consumo circular e as emissões baixas ou nulas aumentarão de forma exponencial, sendo necessáriasecoinovações. A Europa intensificará os seus investimentos em investigação e inovação e em infraestruturas resilientes, nomeadamente através do Horizonte Europa, o próximo Programa-Quadro de Investigação e Inovação da UE.

Oportunidades/Fatores positivos

Participação social e política participativa, inteligência artificial, Internet das coisas, plena digitalização, economia circular e colaborativa com emissões nulas, enfoque na resiliência das sociedades, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, extração mineira e de matérias-primas responsável e sustentável, financiamento sustentável, parcerias público-privadas, financiamento colaborativo e educação, multilateralismo, comércio aberto e justo.

Riscos/Fatores negativos

Baixo investimento do setor público e privado, também no domínio da investigação e inovação, cadeias de valor em mutação, inadequação de competências, variações a nível da procura mundial, instabilidade geopolítica e ameaças à segurança, desigualdades sociais, envelhecimento da sociedade, alterações climáticas e riscos ambientais associados à procura crescente de recursos naturais, clivagem entre zonas urbanas e rurais.

Principais iniciativas políticas

A UE a nível internacional: Graças à sua maior precisão e fiabilidade, os programas europeus de navegação por satélite Galileo e EGNOS oferecem uma maior precisão das informações de localização e cronometria, com importantes implicações positivas para muitos serviços e produtos europeus que as pessoas utilizam diariamente, desde o dispositivo de navegação no automóvel ao telemóvel, bem como serviços essenciais de resposta a emergências. O Grupo de Observação da Terra promove aplicações de observações ambientais em prol dos ODS e do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas.

Ao nível da UE: As redes transeuropeias dão resposta à necessidade de infraestruturas resilientes, inovadoras e sem descontinuidades nos setores digital, dos transportes e da energia. Têm por objetivo proporcionar conectividade a todas as regiões da UE e desse modo contribuir para a «inclusão» dos cidadãos em todas as regiões da Europa. As infraestruturas são construídas e adaptadas de forma a assegurar a sua resistência a riscos associados às alterações climáticas, promovendo simultaneamente a inclusão, a inovação e a criação de emprego.

Ao nível dos Estados-Membros: A Suécia é líder da inovação na UE, com um elevado investimento público e privado no domínio da investigação e desenvolvimento, um elevado número de pedidos de registo de patentes, PME inovadoras e uma elevada percentagem de emprego em atividades com utilização intensiva de conhecimento. Além disso, o investimento na indústria transformadora cresceu mais rapidamente do que a média da UE, sendo a eficiência energética da produção industrial muito alta.

A nível regional/local: A plataforma temática de especialização inteligente para a modernização industrial oferece às autoridades de gestão regionais com prioridades semelhantes em matéria de especialização inteligente oportunidades de cooperação com base nas competências mútuas e na partilha de infraestruturas, permitindo expandir com vista a um maior impacto e desenvolver projetos de investimento conjunto.

A nível empresarial: O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos ajudou uma empresa estónia a produzir um dispositivo de armazenamento de energia designado de ultracondensador, o qual é cem vezes mais potente do que uma bateria vulgar e pode suportar um milhão de ciclos de recarga. A empresa reuniu 15 milhões de EUR para a construção de uma unidade fabril na Alemanha com capacidade para produzir milhões destes novos ultracondensadores por ano.



Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

À semelhança da pobreza, a desigualdade é um conceito pluridimensional. Abrange as desigualdades tanto em termos de resultados como de oportunidades, como a desigualdade de rendimentos, a desigualdade de acesso à proteção social, assim como a transmissão intergeracional das desigualdades. A desigualdade de oportunidades é um importante fator da desigualdade de rendimentos. A UE tem vindo a assistir a uma convergência de rendimentos e o nível de vida está a recuperar da crise na maioria dos Estados-Membros. No entanto, à medida que as economias europeias estão a recuperar a sua força, têm vindo a crescer preocupações em relação à inclusividade do crescimento económico. No seu conjunto, a desigualdade de rendimentos na UE estabilizou nos últimos anos, embora se mantenha a um nível que constitui um desafio. Os grupos marginalizados e vulneráveis, como as pessoas com deficiência, os migrantes e as minorias étnicas (incluindo os ciganos), os sem-abrigo, os idosos isolados e as crianças são vítimas de formas particulares de desigualdade. A sua inclusão socioeconómica continua a ser inadequada. A desigualdade pode prejudicar o crescimento económico, a estabilidade macroeconómica e pode, potencialmente, comprometer a coesão social. Globalmente, a persistência de elevados níveis de desigualdade nos países parceiros da UE constitui uma ameaça aos progressos na consecução dos ODS. A desigualdade global pode igualmente conduzir a um aumento da migração para a UE. Perante os recentes desafios no domínio da migração, a Comissão trabalhou no sentido de lhes dar uma resposta imediata e construir um sistema sustentável para o futuro apto a resistir a crises. A gestão sustentável dos fluxos migratórios é essencial. A ação externa da UE, incluindo a sua política externa e de segurança, a política de desenvolvimento, as políticas de alargamento e de vizinhança, a política comercial e de investimento da UE, contribui para combater as causas da desigualdade fora da Europa. Por exemplo, o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento promove o princípio de não deixar ninguém para trás e compromete-se a tomar medidas para reduzir a desigualdade de resultados e promover a igualdade de oportunidades para todos.

Principais tendências

- **Rendimento disponível:** As disparidades económicas entre os países da UE têm vindo a diminuir ao longo do tempo. O rendimento disponível bruto real *per capita* dos agregados familiares em valor ajustado aumentou na grande maioria dos Estados-Membros. Em 2017, era em média 4,4 % superior ao nível anterior à crise, em 2008. Houve alguma convergência de rendimentos entre os Estados-Membros, uma vez que o rendimento disponível nos Estados-Membros com rendimentos mais baixos, como a Roménia, a Bulgária e a Polónia, cresceu mais rapidamente do que a média da UE.
- **Desigualdade de rendimentos:** Em 2017, na UE no seu conjunto, os agregados que

compunham a categoria dos 20% mais ricos auferiam em média rendimentos 5,1 vezes superiores aos dos 20% mais pobres, valor que se mantém ainda acima dos níveis anteriores à crise (4,9 em 2009). No entanto, este rácio diminuiu em relação a 2016 (5,2), o que aponta para algumas perspectivas de melhoria no plano da redução das desigualdades de rendimentos nos Estados-Membros. Analisando a proporção do rendimento dos 40 % mais desfavorecidos da população, também se observam tendências de estabilização no tocante à desigualdade de rendimentos dentro dos Estados-Membros. Esta proporção situava-se nos 21,2 % em 2008 e em 2012, diminuiu ligeiramente para 20,9 % em 2016 e tornou a aumentar para 21,2 % em 2017.

- **Desigualdade de oportunidades:** Uma característica importante da desigualdade de oportunidades é o impacto da categoria socioeconómica dos progenitores no aproveitamento escolar dos filhos. De acordo com o teste de 2015 do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), 33,8 % dos alunos da UE provenientes dos meios socioeconómicos mais desfavorecidos eram alunos com fraco aproveitamento em ciências, em comparação com apenas 7,6 % dos seus pares mais privilegiados. Havia grandes disparidades entre os Estados-Membros.
- **Ajuda ao desenvolvimento:** A UE continua a ser o maior doador mundial, prestando mais de metade de toda a ajuda ao desenvolvimento à escala global, contribuindo assim também para reduzir as desigualdades em todo o mundo. O financiamento total da UE para os países em desenvolvimento, incluindo os fluxos do setor público e privado, mais do que duplicou desde 2001, o que representa uma taxa média de crescimento anual de 6,4 %.

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), 13 Estados-Membros da UE têm uma pontuação igual ou superior a 80 em 100 para o ODS 10. Onze Estados-Membros da UE encontram-se entre os vinte primeiros a nível mundial.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

A UE e os Estados-Membros trabalharão no sentido de assegurar um crescimento inclusivo e sustentável na UE, uma condição necessária para reduzir as desigualdades. Procurarão conjugar uma proteção social e serviços de apoio eficientes, eficazes e adequados com uma boa educação que proporcione igualdade de oportunidades para todos, bem como com mercados de trabalho funcionais, assentes em políticas eficazes do mercado de trabalho. Tal não só permitirá reduzir as desigualdades entre os Estados-Membros, mas também reduzir significativamente as desigualdades no interior dos Estados-Membros. Importará gerir bem os avanços tecnológicos, com destaque para o recurso à inteligência artificial, a fim de evitar a formação de uma clivagem digital. No atinente às tendências migratórias, é evidente que nenhum país da UE pode nem deve ter de enfrentar sozinho pressões migratórias de enorme envergadura. A UE continuará a reduzir os incentivos à migração irregular, a salvar vidas e a proteger as fronteiras externas, aplicando uma política comum sólida em matéria de asilo e políticas em matéria de migração legal, contribuindo ao mesmo tempo para uma integração eficaz dos migrantes legais e dos refugiados nos mercados de trabalho da UE e na sociedade. A ação externa da UE continuará a lutar contra a desigualdade fora da Europa.

Oportunidades/Fatores positivos

Participação social e política participativa, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, segurança social (por exemplo, tributação e sistemas de proteção social e de inclusão social, políticas do mercado de trabalho, políticas de habitação, cuidados de saúde, acolhimento de crianças, nível de habilitações, nível de competências e aprendizagem ao longo da vida), transportes e acessibilidade digital,

luta contra a dimensão espacial das desigualdades, luta contra a fraude e a corrupção, financiamento sustentável, multilateralismo, comércio aberto e justo.

Riscos/Fatores negativos

Desigualdade de oportunidades, envelhecimento das sociedades, alteração da composição do agregado familiar (por exemplo, agregados com uma só pessoa), lacunas em matéria de segurança social, alterações climáticas e degradação do ambiente, instabilidade geopolítica e ameaças à segurança, regresso do protecionismo económico a nível mundial.

Principais iniciativas políticas

A UE a nível internacional: O Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento promove o princípio de não deixar ninguém para trás e compromete-se a tomar medidas para reduzir a desigualdade de resultados e promover a igualdade de oportunidades para todos. A política comercial e de investimento da UE visa maximizar o potencial das preferências comerciais, dos acordos comerciais e dos acordos de investimento visando a criação de emprego, níveis elevados de proteção laboral e geração de investimentos em países parceiros, nomeadamente nos países em desenvolvimento, contribuindo assim para a redução das desigualdades.

Ao nível da UE: Muitos dos vinte princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais preconizam a igualdade de oportunidades para todos, a equidade e a inclusão no mercado de trabalho e na sociedade. O pilar é acompanhado de um painel de indicadores sociais para acompanhar as tendências e os desempenhos em toda a UE. O Semestre Europeu é um mecanismo fundamental de aplicação do pilar cujo reforço pôs a tónica na justiça social, nas desigualdades e num crescimento mais inclusivo. A política de coesão da UE promove a inclusão social, lutando em simultâneo contra a pobreza e a discriminação.

Ao nível dos Estados-Membros: O sistema fiscal e de segurança social de Chipre tornou-se mais eficaz no combate à desigualdade de rendimentos. Os seus efeitos redistributivos praticamente duplicaram desde a crise (durante o período de 2009-2016). Por exemplo, Chipre introduziu em 2014 um regime de rendimento mínimo garantido que também contribui para incentivar o trabalho. O regime parece ter um forte impacto positivo na redução da pobreza e das desigualdades e contribuiu para reforçar a rede de segurança social.

A nível regional/local: O projeto-piloto «Prioridade ao alojamento para as famílias», gerido pelo município de Brno (República Checa), dá conta do papel de liderança assumido por este município, em conjunto com parceiros locais, na abordagem do problema dos sem-abrigo. Este projeto de gestão municipal prevê um programa intensivo de alojamento prioritário para cinquenta famílias ciganas e não ciganas, para além de providenciar abrigos e de combater a condição de sem-abrigo nas suas várias formas. Com base no projeto-piloto, o município de Brno adotou um plano de ação para 2018-2025 destinado a pôr cobro à situação das famílias sem-abrigo.

A nível empresarial: A empresa La Bolsa Social é a primeira plataforma de capitais próprios de impacto colaborativo em Espanha para os investidores e as empresas empenhados em produzir um impacto social positivo. A empresa estabelece a ligação entre os investidores com impacto social e as empresas para promover os ODS. La Bolsa Social financiou dez empresas com impacto social e ambiental no montante de 1,8 milhões de EUR. Cinco delas centraram-se especificamente nas pessoas com deficiência, providenciando-lhes acesso a informação, à vida social e ao espaço público.

A nível da sociedade civil: O projeto sueco «Pão em Bergslagen» incluiu a organização de cursos de cozedura de pão tradicional como meio de integrar as novas chegadas de migrantes e de oferecer uma formação profissional. Utilizou a atividade física como ponto de partida para o diálogo, contando com voluntários treinados para facilitar as interações entre os participantes.



Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

As cidades da Europa estão no cerne dos atuais desafios económicos, ambientais e sociais. Mais de 70 % dos cidadãos da UE vivem em zonas urbanas e cerca de 85 % do PIB da UE é gerado nas cidades. As cidades e as comunidades são essenciais para o bem-estar dos cidadãos europeus e para a sua qualidade de vida, visto que funcionam como polos de desenvolvimento económico e social e de inovação. Graças ao vasto leque de oportunidades de educação, emprego, divertimento e cultura que têm a oferecer, atraem muitas pessoas. Contudo, as cidades da UE também enfrentam desafios, como as pressões migratórias e a exclusão social, o congestionamento do tráfego, a escassez de alojamento adequado, infraestruturas em declínio e o aumento da poluição atmosférica, para referir apenas alguns exemplos. As cidades são também particularmente vulneráveis ao impacto das alterações climáticas e das catástrofes naturais. O reforço da dimensão urbana das políticas europeias e nacionais é um esforço conjunto da Comissão, dos Estados-Membros e das cidades europeias. Em consonância com a Nova Agenda Urbana das Nações Unidas, a UE reforça a resiliência dos ambientes urbanos através da prevenção de riscos relacionados com catástrofes e com o clima e responde de modo mais coordenado aos diferentes desafios urbanos. A nível internacional, as políticas europeias em matéria de desenvolvimento, assuntos externos e de segurança, alargamento e vizinhança, visam melhorar as condições de vida nas cidades. O Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento salienta a necessidade de pôr a tónica nas cidades e nas autarquias locais enquanto intervenientes importantes para a concretização dos ODS.

Principais tendências

- Entre 2007 e 2016, a **taxa de reciclagem de resíduos urbanos** aumentou 11,0 pontos percentuais no total.
- A **qualidade da habitação** na UE melhorou ao longo dos últimos seis anos. A percentagem de habitantes da UE que registam défices de base nas suas condições de alojamento diminuiu 4,8 pontos percentuais entre 2007 e 2017, ano em que se elevava a 13,1 %.
- Os residentes nas cidades tinham um acesso mais fácil aos **transportes públicos**, sendo que apenas 9,7 % das pessoas acusou dificuldades elevadas ou muito elevadas neste domínio, em comparação com 37,4 % dos residentes das zonas rurais.
- Continuam a existir zonas críticas consideráveis de **poluição atmosférica**, embora a exposição à poluição atmosférica por partículas finas tenha diminuído quase 20 % entre 2010 e 2015.
- A **cobertura artificial do solo per capita tinha aumentado 6 % em 2015, desde 2009**. Uma vez que a Europa é um dos continentes mais urbanizados do mundo, são necessários mais esforços para travar a degradação dos solos.
- As **autoridades locais e regionais** que participam nos planos de ação do Pacto de Autarcas Europeu lograram uma redução de 23 % das emissões de gases com efeito de estufa e de 18 % do consumo de energia final, estando a trabalhar no sentido de aumentar a quota-parte da produção local de energia para 19 % da energia consumida até 2020.

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS

(Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), 23 Estados-Membros da UE têm uma pontuação igual ou superior a 80 em 100 para o ODS 11. Dez Estados-Membros da UE encontram-se entre os vinte primeiros a nível mundial.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

Em 2050, a percentagem da população urbana na Europa deverá superar os 80 %. A UE e os Estados-Membros a todos os níveis de governação, em conjunto com a sociedade civil, as empresas e os investigadores, estão a colaborar com vista a criar a cidade em constante evolução para a sociedade do futuro. As cidades europeias continuarão a ser polos de atração para os cidadãos, oferecendo crescentes possibilidades de emprego, qualidade de vida e serviços sociais. A fim de garantir uma vida coletiva harmoniosa, as cidades europeias trabalham de forma participativa com as partes interessadas a todos os níveis, em domínios como a habitação, a energia, a mobilidade, a água, a ação climática, a erradicação da pobreza, a desigualdade, a economia circular, a resiliência e a segurança. As cidades europeias tornar-se-ão cidades inteligentes, onde as redes e os serviços tradicionais serão mais eficientes graças à utilização de tecnologias digitais e das telecomunicações em benefício dos cidadãos e das empresas.

Oportunidades/Fatores positivos

Especialização inteligente, parcerias entre cidades, participação social e política participativa (por exemplo, governação urbana colaborativa, plataformas multilaterais), planos de mobilidade urbana sustentável, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, financiamento colaborativo e outras formas inovadoras de financiamento, digitalização, inteligência artificial e novas tecnologias, economia colaborativa, transportes públicos hipocarbónicos, mobilidade ativa (deslocações a pé e de bicicleta) e infraestruturas a ela associadas, investigação e inovação, edifícios hipocarbónicos, agricultura urbana, espaços verdes urbanos.

Riscos/Fatores negativos

Degradação do ambiente e alterações climáticas, poluição, envelhecimento das sociedades, criminalidade e ameaças à segurança, fraude e corrupção, desigualdades sociais, aumento dos preços da habitação.

Principais iniciativas políticas

A UE a nível internacional: No domínio do desenvolvimento, a Comissão adotou uma nova abordagem em matéria de «Cooperação da União Europeia com as cidades e as autoridades locais em países terceiros», centrando a ajuda externa da UE no planeamento, financiamento, e a governação das cidades.

Ao nível da UE: A Agenda Urbana da UE foi lançada em maio de 2016 com o Pacto de Amsterdão. Constitui um novo método de trabalho a vários níveis para promover a cooperação entre os Estados-Membros, as cidades, a Comissão e outras partes interessadas, visando estimular o crescimento, a qualidade de vida e a inovação nas cidades europeias, bem como identificar e enfrentar os desafios sociais. Incidindo em prioridades concretas no âmbito de parcerias específicas, a Agenda Urbana da UE pretende melhorar a qualidade de vida nas zonas urbanas.

Ao nível dos Estados-Membros: A atual pressão habitacional na Irlanda é em parte fruto do colapso dos níveis de construção de habitações. Em 2016, o Governo irlandês lançou um plano de ação no domínio da habitação, dos sem-abrigo e da reconstrução da Irlanda, que visa acelerar a oferta de habitação em relação a todos os tipos de propriedade. O plano de ação assenta em cinco grandes «pilares» para fazer frente a desafios específicos: dar resposta ao problema dos sem-abrigo, fomentar a habitação social, construir mais fogos, melhorar o setor do arrendamento e utilizar as habitações existentes.

A nível regional/local: A região alemã da Renânia do Norte-Vestefália é palco de um projeto intitulado «Global Nachhaltige Kommune» [Município globalmente sustentável] que visa ajudar 15 autarquias locais, desde pequenas e médias localidades a vilas de maior dimensão e distritos rurais, através de um apoio sistemático na elaboração de uma estratégia de sustentabilidade para fazer face aos desafios locais específicos, com base no quadro global de desenvolvimento sustentável dos ODS. Esta abordagem também foi adotada noutras regiões alemãs.

A nível empresarial: A LIPOR, uma empresa intermunicipal portuguesa de gestão de resíduos do Grande Porto, é responsável pela gestão, recuperação e tratamento dos resíduos sólidos urbanos produzidos nos municípios associados. A LIPOR investiu e criou um «Parque Aventura» num antigo aterro após a sua recuperação ambiental e paisagística. O resultado foi a criação de uma zona consagrada ao lazer e à formação num espaço lúdico.

A nível da sociedade civil: A organização não governamental estónia «Laboratório Urbano» atua no domínio do desenvolvimento de cidades sustentáveis e inclusivas. Esta ONG presta aconselhamento às autoridades locais, introduzindo tendências modernas na Estónia e sensibilizando as pessoas para o ambiente de vida.



Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

O consumo e a produção sustentáveis visam reduzir a pegada ecológica da Europa, alterando o modo como produzimos, distribuimos e consumimos bens e utilizamos recursos. A UE realizou progressos ao longo dos últimos anos no sentido de se tornar uma economia eficiente em termos de recursos, ecológica e hipocarbónica competitiva, mas o consumo e a produção sustentáveis permanecem o desafio-chave na ótica da realização dos ODS na UE, exigindo esforços continuados a todos os níveis. A abordagem da UE consiste em promover a eficiência em termos de recursos, reduzindo ao mesmo tempo o impacto ambiental através da transição para uma economia circular que prolongue ao máximo o valor dos produtos, dos materiais e dos recursos e reduza ao mínimo a geração de resíduos e a poluição. As 54 ações do plano de ação da UE para a economia circular, de 2015, abrangem todas as fases dos ciclos de materiais e produtos (produção, consumo, gestão de resíduos, mercado de matérias-primas secundárias, inovação e investimento, monitorização) e cinco domínios prioritários (plásticos, resíduos alimentares, matérias-primas essenciais, construção e demolição, biomassa e produtos de base biológica). Em 2018, já se tinham executado mais de 85 % das ações, tendo sido lançadas as restantes. Em 2017, criou-se a Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular com o objetivo de incentivar as empresas, as autoridades públicas e outras partes interessadas a partilhar conhecimentos e dar a conhecer boas práticas; em 2016 criou-se Plataforma da UE para as Perdas e o Desperdício de Alimentos. No âmbito da Agenda Urbana da UE, estabeleceu-se uma parceria especificamente consagrada a este domínio, a qual propõe ações de ordem vária para integrar a economia circular nas cidades. Além disso, a estratégia da UE para a bioeconomia, renovada em 2018, apoia a modernização e o reforço da base industrial da UE através da criação de novas cadeias de valor e de processos industriais mais ecológicos e mais rentáveis. Na vertente externa, a UE promove a gestão responsável das cadeias de abastecimento e de regimes de comércio justo e ético como

parte integrante da sua agenda comercial assente em valores; as políticas da UE no domínio do desenvolvimento, alargamento e vizinhança sublinham a importância do consumo e da produção sustentáveis nas suas ações.

Principais tendências

- A **dissociação do crescimento económico do consumo de recursos naturais** é medida pela produtividade da UE em matéria de recursos e de energia. Desde 2001, a produtividade de recursos da UE aumentou 36,4 % (2017) e a produtividade energética aumentou 29,2 % (2016), o que é sinal de um aumento da produção (em termos de PIB) por unidade de materiais ou energia utilizados.
- Entre 2004 e 2016, a **quantidade de resíduos** gerados, excluindo os principais resíduos minerais, diminuiu 6,5 % na UE. Entre 2004 e 2014, a **taxa de reciclagem da UE** aumentou ligeiramente, de 53 % para 55 %, e a taxa de utilização dos materiais circulares, indicando a percentagem de materiais provenientes de resíduos recolhidos em relação à utilização total de matérias-primas, aumentou de 8,3 % para 11,7 %.
- A economia da UE depende de matérias-primas provenientes do resto do mundo. Mais de 60 % do total das importações físicas da UE são matérias-primas.

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), 11 Estados-Membros da UE têm uma pontuação superior a 60 em 100 para o ODS 12. Globalmente, este é, em média, o ODS em que os Estados-Membros da UE obtêm a segunda classificação mais baixa.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

Atendendo à pressão a que está sujeita em termos de abastecimento de matérias-primas e à relativa escassez dos seus próprios recursos, a Europa terá de continuar a apostar na produção e consumo sustentáveis. Será necessário prestar especial atenção aos minérios e às matérias-primas essenciais, que são de valor elevado e de cuja importação a Europa é particularmente dependente. Cumprirá igualmente pôr a tónica nos materiais pesados e que requerem uma utilização intensiva de energia, como o cimento, o alumínio, o aço e o plástico, tendo em conta o seu potencial para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. A não descurar serão igualmente os setores cuja utilização de recursos tem um impacto particularmente elevado no ambiente (por exemplo, em termos de utilização da água, poluição, qualidade do ar e nutrientes), como é o caso dos sistemas alimentares e dos têxteis. Graças à legislação da UE em matéria de resíduos revista e ao plano de ação da UE em matéria de desperdícios alimentares, a UE reduzirá os desperdícios alimentares gerados anualmente para ajudar a atingir o objetivo global de diminuir para metade os resíduos alimentares até 2030. A legislação em matéria de resíduos fará aumentar as taxas de reciclagem rumo ao objetivo juridicamente vinculativo de 60 % no horizonte 2030, impondo taxas mais elevadas a numerosos materiais de embalagem. Será preciso velar pelo reforço da qualidade da reciclagem, e não apenas da quantidade, reduzir a utilização de recursos e a geração de resíduos através de uma melhor conceção dos produtos, e prever abordagens sistémicas que mantenham os produtos e os materiais em utilização, criando valor na economia. O teor de materiais reciclados nos novos produtos, nomeadamente nos produtos de plástico, terá de aumentar.

Oportunidades/Fatores positivos

Mudança de comportamento, participação da sociedade, pressão da sociedade em prol de cadeias de produção sustentável, parcerias e política participativa, educação, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, financiamento colaborativo e outras formas de financiamento inovador, medidas preventivas para uma transição justa,

inteligência artificial, novas tecnologias, investigação e inovação, economia circular e colaborativa, bioeconomia, digitalização, financiamento sustentável, reforma fiscal (por exemplo, tributação dos recursos e da poluição), contratos públicos ecológicos, cidades inteligentes, Internet das coisas, comércio aberto e justo.

Riscos/Fatores negativos

Padrões tradicionais/conservadores de consumo e produção, resistência por parte dos setores/regiões que perdem as suas atividades económicas tradicionais, mudança lenta do quadro regulamentar, falta de incentivos financeiros.

Principais iniciativas políticas

A UE a nível internacional: A nível internacional, uma das ações da UE é a iniciativa emblemática de transição para uma economia verde «Switch to Green», que reúne governos e partes interessadas da UE e de países parceiros para se focalizarem na adoção de práticas sustentáveis de produção e consumo por parte do setor privado.

Ao nível da UE: Em 2018, a UE adotou novas normas em matéria de resíduos com o objetivo de que, até 2030, todos os Estados-Membros reutilizem ou reciclem 60 % dos resíduos municipais e 70 % dos resíduos de embalagens, e reduzam a deposição em aterro para menos de 10 % até 2035. Pela primeira vez, as novas regras neste domínio obrigam os Estados-Membros a adotar programas específicos de prevenção de resíduos alimentares e a reduzir, acompanhar e comunicar os níveis de desperdício alimentar.

Ao nível dos Estados-Membros: Uma recente proposta de regulamento na Suécia opera um corte no imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre trabalhos de reparação e prevê reduções fiscais para o custo da mão de obra nessa área de atividade. A medida permitirá reduzir os custos dos aparelhos de reparação para os consumidores e incentivá-los a encomendar trabalhos de reparação, em vez de deitar fora os produtos e comprar produtos novos.

A nível regional/local: Com a ajuda dos fundos da UE, Liubliana desenvolveu um sistema integrado de tratamento de resíduos que abrange 37 municípios com um centro regional de gestão de resíduos. Desde a adesão da Eslovénia à UE, a sua capital aumentou a recolha seletiva e a reciclagem e reduziu 59 % da quantidade dos resíduos depositados em aterro. Além disso, investiu na prevenção e na reutilização. Atualmente, Liubliana gera menos 41 % de resíduos *per capita* do que a média europeia e decidiu não construir dois incineradores que estavam inicialmente previstos.

A nível empresarial: Em vinte anos, a Umicore deixou de ser uma empresa belga de extração de metais não ferrosos para se transformar num conglomerado global no domínio da tecnologia e da reciclagem de materiais, com 10 000 trabalhadores e um volume de negócios de 10 400 milhões de EUR, investindo na Bélgica, na Bulgária, nos Países Baixos e em França. A empresa adotou o modelo da economia circular, recuperando metais valiosos e matérias-primas essenciais a partir de resíduos de equipamentos eletrónicos e elétricos.

A nível da sociedade civil: Juntamente com os seus membros, a Federação Europeia de Bancos Alimentares forneceu em 2017 4,1 milhões de refeições por dia a 44 700 organizações de beneficência no terreno, em benefício de 8,1 milhões de pessoas. Este trabalho realiza-se em estreita colaboração com operadores de empresas do setor alimentar, a fim de aproveitar alimentos que, de outra forma, seriam desperdiçados, disponibilizando-os às pessoas mais carenciadas.



A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios mundiais da nossa geração. Lutar contra as alterações climáticas requer medidas à escala global para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa a nível mundial. A UE tem estado na vanguarda dos esforços internacionais com vista a um acordo universal sobre o clima. A comunidade internacional, incluindo a UE, está empenhada em travar o aumento da temperatura global bem abaixo dos 2 °C em relação aos níveis pré-industriais e a prosseguir esforços para limitar o aumento a 1,5 °C. Estes objetivos, avalizados pela investigação científica no âmbito do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas, estão consagrados no Acordo de Paris. A UE comprometeu-se a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20 % até 2020 e em pelo menos 40 % até 2030 (em relação aos níveis de 1990). A UE está no bom caminho para atingir o seu objetivo de redução de emissões até 2020 e tem em vigor legislação com vista a atingir o seu objetivo para 2030, incluindo legislação ambiciosa em matéria de eficiência energética e de energias renováveis. Desde 2013, a estratégia da UE em matéria de adaptação às alterações climáticas apoia ações destinadas a tornar a UE mais resiliente neste domínio. Todavia, a UE tem de ir mais longe para cumprir o Acordo de Paris e reduzir significativamente a sua dependência em relação aos combustíveis fósseis, os quais ainda são fortemente subvencionados. A Comissão Europeia apresentou em novembro de 2018 a sua visão estratégica a longo prazo no horizonte 2050 de uma economia próspera, moderna e competitiva de impacto neutro no clima destacando a forma como todos os setores e âmbitos de intervenção deverão contribuir para alcançar esta transição. A nível internacional, as políticas da UE no domínio dos assuntos externos e de segurança, desenvolvimento, alargamento e vizinhança integram ativamente os objetivos em matéria de clima. A luta contra as alterações climáticas também consta dos capítulos sobre comércio e desenvolvimento sustentável da nova geração de acordos comerciais e de investimento da UE e é parte integrante das posições da UE no G20, um importante fórum das maiores economias do mundo.

Principais tendências

- A União Europeia continua a **dissociar o crescimento económico das emissões de gases com efeito de estufa**: durante o período de 1990-2017, o produto interno bruto combinado da UE cresceu 58 %, enquanto as emissões totais de gases com efeito de estufa diminuíram 22 %, em comparação com os níveis de 1990. A nível dos Estados-Membros, há diferenças significativas nas tendências das emissões de gases com efeito de estufa desde 1990 – se alguns Estados-Membros cortaram quase 60 % das emissões, também houve um número reduzido de países que aumentaram as emissões.
- A **intensidade dos gases com efeito de estufa no consumo energético** – as emissões por unidade de energia consumida – diminuiu 12,1 % entre 2000 e 2016.
- A UE pretende atingir a sua **meta de eficiência energética de 20 %** para 2020. Entre 2005 e 2016, o consumo de energia primária da UE caiu 9,9 % e o seu consumo de energia final caiu 7,1 %. Entre 1980 e 2016, **as perdas relacionadas com fatores meteorológicos e climáticos** comportaram prejuízos para os Estados-Membros no total de 410 mil milhões de EUR, tomando como referência valores de 2016.
- As subvenções para os combustíveis fósseis continuam a ser elevadas. Na UE, estima-se que se tenham afetado anualmente cerca de 112 mil milhões de EUR à produção e ao

consumo destes combustíveis entre 2014 e 2016.

- A UE visa um objetivo global de destinar 20 % do atual **orçamento plurianual europeu** para o período de 2014-2020 a **despesas relacionadas com a ação climática** e propôs aumentar esse objetivo para, pelo menos, 25 % no período de 2021-2027.
- Entre 2013 e 2018, o número de Estados-Membros com uma **estratégia nacional de adaptação às alterações climáticas** passou de 15 para 25, estando em curso trabalhos para o efeito nos restantes Estados-Membros. Segundo as estimativas, em 2018, 26 % de todas as cidades da UE e 40 % das cidades com mais de 150 000 habitantes tinham planos locais de adaptação.
- A União e os seus Estados-Membros são os **maiores financiadores mundiais da ação climática**: em 2017, a UE, o Banco Europeu de Investimento e os Estados-Membros disponibilizaram um montante de 20 400 milhões de EUR para ajudar os países em desenvolvimento no esforço de combate e adaptação às alterações climáticas, um valor superior ao dobro do montante de 2013. Este apoio perfaz cerca de metade do total a nível mundial.

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), 22 Estados-Membros da UE têm uma pontuação superior a 80 em 100 para o ODS 13. Cinco Estados-Membros da UE encontram-se entre os vinte primeiros a nível mundial.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

A UE continua decidida a assumir um papel de liderança na luta contra as alterações climáticas e, no horizonte 2030, terá atingido o seu objetivo de reduzir, pelo menos, 40 % das suas emissões de gases com efeito de estufa em relação aos níveis de 1990. No outono de 2018, a Comissão apresentou uma proposta para uma visão estratégica a longo prazo da UE, em conformidade com o Acordo de Paris, que inclui vias para alcançar o objetivo de zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa na UE até 2050. A Comissão forneceu uma visão abrangente para tornar a economia europeia mais moderna, competitiva e resiliente, para além de socialmente mais justa para todos os europeus, não deixando ninguém para trás. A UE terá de continuar a assumir a liderança no domínio da ação climática e a pugnar por uma maior ambição global para além de 2030 por parte dos principais países poluentes de todo o mundo. Neste contexto, a consolidação de uma resposta global ambiciosa ao impacto das alterações climáticas permanecerá uma prioridade. No topo da agenda continuarão igualmente a figurar a redução do risco de catástrofes, a adaptação às alterações climáticas e a atenuação das suas consequências. A UE prosseguirá a sua cooperação no âmbito de instâncias internacionais, como a Organização da Aviação Civil Internacional e a Organização Marítima Internacional.

Oportunidades/Fatores positivos

Energia limpa e mobilidade com emissões baixas e nulas, economia hipocarbónica circular, bioeconomia e cadeias de produção sustentável, mudança de comportamentos, política participativa, políticas de antecipação para uma transição justa, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, financiamento sustentável e inovador, parcerias público-privadas, contratos públicos ecológicos reforma fiscal (por exemplo, tributação da utilização de recursos e da poluição), educação, digitalização ecológica, inteligência artificial e novas tecnologias, investigação e inovação, sociedades resilientes, multilateralismo, aceitação dos bens e serviços ambientais.

Riscos/Fatores negativos

Investimento público e privado insuficiente, instabilidade geopolítica e ameaças à segurança, regresso ao protecionismo económico a nível mundial, desigualdades sociais, aumento do

consumo de energia e impacto ambiental negativo provocado pela digitalização, destruição continuada dos ecossistemas e da biodiversidade, alterações lentas no ambiente regulamentar.

Principais iniciativas políticas

A UE a nível internacional: A Aliança Mundial contra as Alterações Climáticas (AMAC+) da UE pretende reforçar o diálogo político e apoiar os países em desenvolvimento nos seus esforços para combater as alterações climáticas.

Ao nível da UE: As autoridades locais são motores fundamentais da luta contra as alterações climáticas ao nível de governação mais próximo dos cidadãos. O Pacto de Autarcas da UE para o clima e a energia reúne milhares de governos locais voluntariamente empenhados em aplicar os objetivos climáticos e energéticos da UE. Tem também contribuído significativamente para aumentar a sensibilização a nível local para a necessidade de preparação para o impacto das alterações climáticas, sendo que as ações locais em matéria de adaptação e resiliência desempenham um papel crucial na proteção das pessoas e dos seus bens.

Ao nível dos Estados-Membros: França impôs aos municípios com mais de 20 000 habitantes (abrangendo 90 % da população do país) a obrigação de adotar planos locais de luta contra as alterações climáticas, de que devem constar secções consagradas à adaptação às alterações climáticas e à atenuação das suas consequências. Em 2018, cerca de 75 % dos municípios franceses tinham desenvolvido planos locais de atenuação e cerca de 55 % tinham desenvolvido planos locais de adaptação. Estas percentagens são 2 a 5 vezes mais elevadas do que nos países que não dispõem de uma regulamentação nacional semelhante.

A nível regional/local: Uma central geotérmica em Prelog (Croácia) estará em condições de utilizar a totalidade do conteúdo energético da salmoura geotérmica: o calor da água termal e da energia contida nos gases do aquífero, como o metano, dissolvidos na água, tornam este conteúdo quase 100 % isento de emissões de gases com efeito de estufa. Pode servir de modelo para uma exploração mais sustentável dos recursos geotérmicos que é passível de replicação na Europa e em todo o mundo.

A nível empresarial: A iniciativa HYBRIT (tecnologia revolucionária de produção de ferro com recurso a hidrogénio) foi lançada em 2016 por três grandes empresas suecas. Visa criar um processo de produção de ferro com emissões quase nulas de gases com efeito de estufa, pelo qual se remove o oxigénio do minério de ferro utilizando hidrogénio gasoso em vez de coque (de carvão).

A nível da sociedade civil: O Corpo Europeu de Solidariedade é uma iniciativa da UE que até 2020 poderá consagrar mais de 40 milhões de EUR à criação de oportunidades de voluntariado de base comunitária para os jovens nos domínios da ação climática e do ambiente. Um exemplo é o projeto Vänö Vänner, na Finlândia, que permitiu a jovens italianos contribuir para a sustentabilidade e a promoção de soluções de paisagismo cultural respeitadoras do ambiente no arquipélago Turku, concorrendo assim para uma ação climática positiva.



Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos, com vista ao desenvolvimento sustentável

A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

Vinte e três dos vinte e oito Estados-Membros da UE têm uma orla costeira. A costa marítima da UE é sete vezes mais longa do que a dos EUA e quatro vezes mais longa do que a da Rússia. Se se incluírem as suas regiões ultraperiféricas, a UE tem o maior território marítimo do mundo. A UE e os seus países vizinhos partilham quatro regiões marinhas principais: o mar Báltico, o Mar Mediterrâneo, o mar Negro, e o Atlântico Nordeste. A alteração dos *habitats*, a poluição, a sobrepesca, a poluição e a acidificação são dos principais fatores que influenciam o seu estado ambiental. A qualidade balnear das águas costeiras europeias é tida como muito elevada, mas os poluentes orgânicos e químicos resultantes de atividades humanas e do lixo marinho continuam a representar uma ameaça séria para os ecossistemas marinhos da Europa: no início de 2018, apenas 40 a 58 % das águas costeiras da UE estavam em bom estado químico. A política da UE no domínio do ambiente, incluindo a sua iniciativa legislativa emblemática Diretiva-Quadro Estratégia Marinha e a política marítima integrada, fornece um quadro para a abordagem holística destes problemas. Propõem-se novas regras a nível da UE que visam os dez produtos de plástico descartáveis mais frequentemente encontrados nas praias europeias, bem como as artes de pesca perdidas e abandonadas, os quais, em conjunto, representam 70 % de todo o lixo marinho. As novas regras colocarão a Europa na vanguarda de uma questão que tem implicações a nível mundial. A UE está a apoiar a conservação das zonas costeiras e marinhas a nível mundial. A agenda da UE de governação internacional dos oceanos para o futuro dos oceanos estabeleceu um quadro global para reforçar a governação internacional dos oceanos, a fim de assegurar oceanos seguros e limpos, utilizados de forma legal e sustentável. Além disso, os acordos comerciais e de investimento da UE incluem disposições específicas sobre a gestão sustentável e a conservação dos recursos naturais, como a biodiversidade marinha e as pescas. O Programa Europeu de Observação da Terra Copernicus também está a produzir resultados em matéria de monitorização dos oceanos com o objetivo de melhorar a qualidade da água.

Principais tendências

- Entre 2012 e o final de 2016, a cobertura das **zonas marinhas protegidas** na Europa quase duplicou (de 6 % para 10,8 % da superfície do mar da UE) e continua a aumentar graças sobretudo à rede marinha da UE «Natura 2000». Em 2016, três regiões europeias ultrapassaram os 10 % da meta de Aichi em matéria de diversidade biológica (mar Báltico, mar Mediterrâneo e Mar Negro), enquanto o Atlântico Nordeste esteve muito perto de a atingir (9,9 %).
- O estado de conservação da grande maioria das espécies e *habitats* marinhos individuais é desfavorável, segundo a última avaliação disponível. Desde 1988, há um aumento consistente e alarmante da acidez dos oceanos. Desde 2008, realizaram-se progressos significativos na definição, monitorização e avaliação do bom **estado ambiental do meio marinho**, o que constitui um pré-requisito para a medição dos progressos na consecução de mares e oceanos limpos e saudáveis.
- A **sustentabilidade das pescas** no Atlântico Nordeste, de onde provêm 75 % das capturas da UE, melhorou. O número de unidades populacionais de peixes com importância comercial capturadas a níveis sustentáveis aumentou de 34 % em 2007 para 60 % em 2015. As pescas no Mediterrâneo e no mar Negro não estão a avançar para a sustentabilidade ao mesmo ritmo. No mar Mediterrâneo, mais de 82 % das unidades populacionais conhecidas são objeto de sobrepesca.
- Na UE, a **economia azul** é duas vezes e meio superior às economias da defesa e da aeronáutica combinadas. Gera um volume anual de negócios de 566 mil milhões de EUR (mais 7,2 % do que em 2009) e emprega 3,5 milhões de pessoas (5 % mais do que em 2014), o que representa um aumento de 7,2 % e 2 %, respetivamente, em comparação com 2009. Em vários Estados-Membros, a economia azul cresceu mais rapidamente do que a economia nacional. Os países com as maiores economias azuis da Europa são o Reino Unido, Espanha,

Itália, França e Grécia.

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), quatro Estados-Membros da UE têm uma pontuação superior a 60 em 100 para o ODS 14. Cinco Estados-Membros da UE encontram-se entre os vinte primeiros a nível mundial. Globalmente, esta é o ODS que obteve dos Estados-Membros da UE a pontuação mais baixa, sendo grandes as disparidades entre os países.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

A UE continuará ativa na configuração da governação internacional dos oceanos em todas as instâncias internacionais pertinentes e, a nível bilateral, com os principais parceiros a nível mundial, tendo em conta que cerca de 60 % dos oceanos não se encontram sob jurisdição nacional. São necessários esforços suplementares no plano da cooperação intersetorial e transfronteiras, em particular a nível regional, para fazer face aos desafios existentes e emergentes. Esta dinâmica deverá intensificar-se com a iniciativa da Década da Ciência dos Oceanos das Nações Unidas 2021-2030, na qual a UE participa ativamente. A UE continuará a promover a criação de zonas protegidas, bem como a sua gestão eficaz e assente em dados científicos. São necessários esforços suplementares para conseguir uma pesca sustentável, em particular no Mediterrâneo e no Mar Negro. A poluição marinha, incluindo os plásticos, o ruído e os nutrientes provenientes da agricultura, continuará a ser um problema. A deposição de novos detritos de plástico no oceano poderá diminuir com o tempo, mas o plástico que já lá se encontra vai continuar a ter um impacto negativo. Impõe-se uma ação reforçada para reduzir as descargas de resíduos gerados em navios e outras formas de poluição, em particular nutrientes e ruído. A economia azul na Europa continuará a prosperar. Estima-se que, até 2030, a economia azul a nível mundial possa duplicar em dimensão. Para a Europa, tal significaria 10,8 milhões de postos de trabalho e mais de um bilião de EUR de volume de negócios. Até 2021, todas as águas da UE serão abrangidas por planos de ordenamento do espaço marítimo baseados nos ecossistemas.

Oportunidades/Fatores positivos

Governação internacional e regional dos oceanos, mudança de comportamentos, participação social e política participativa, megadados, observação da Terra, inteligência artificial, tecnologias submarinas e novas tecnologias (por exemplo, ciência molecular), investigação e inovação, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, financiamento colaborativo e outras formas de financiamento inovador, financiamento sustentável, parcerias público-privadas, contratos públicos ecológicos, reforma fiscal (por exemplo, tributação da utilização dos recursos e da poluição), Internet das coisas, educação, digitalização, economia hipocarbónica circular e colaborativa.

Riscos/Fatores negativos

Degradação ambiental e alterações climáticas, poluição, turismo irresponsável, sobrepesca, pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, desigualdades sociais.

Principais iniciativas políticas

A UE a nível internacional: Lançada em 2017, a Aliança para a Investigação de Todo o Oceano Atlântico é uma colaboração entre a UE, o Brasil e a África do Sul, com o objetivo de aprofundar o conhecimento científico dos ecossistemas marinhos e as inter-relações com os oceanos, as alterações climáticas e a alimentação.

Cooperação entre os Estados-Membros: A UE, os seus Estados-Membros e os parceiros estão a elaborar um conjunto concreto de medidas para alcançar um ambiente marinho saudável e produtivo para o mar Báltico, o Atlântico Nordeste e o mar Mediterrâneo no

horizonte 2020, com base num processo de acompanhamento e avaliação. Além disso, a UE promove ambiciosas iniciativas regionais complementares sobre pontos de pressão específicos, como o compromisso de 2017 de reduzir 80 % das emissões de NOx provenientes de navios que navegam no mar Báltico, a fim de lutar contra o problema da eutrofização na região.

Ao nível dos Estados-Membros: Recentemente, a França designou novas zonas marinhas protegidas. Entre elas, o maior sítio marinho Natura 2000, que dá pelo nome de «Mers Celtiques – Talus du golfe de Gascogne» [Mares Célticos – Talude do golfo da Biscaia], estendendo-se ao longo de 62 320 km², oferecerá proteção a *habitats* e a espécies marinhas móveis, como o boto e o roaz-corvineiro.

A nível local/regional e a nível das empresas: O projeto «Arquipélago Limpo» é uma parceria multilateral público-privada gerida pela região da Toscana (Itália), em cooperação com o ministério italiano do Ambiente, a Unicoop Firenze e outras associações. Lançado em abril de 2018, em colaboração com dez embarcações de uma associação cooperativa de pescadores, o projeto quer remover o lixo do mar. A parceria visa oferecer incentivos económicos aos pescadores para que recolham os resíduos de plástico pescados e os levem para os pontos de recolha no interior dos portos. Esses plásticos pescados serão depois reciclados.

A nível da sociedade civil: A iniciativa «Fish Forward», um projeto a cargo do WWF Áustria, reúne 17 parceiros que trabalham em conjunto com os consumidores, as empresas e as instituições governamentais para apoiar um modelo socialmente justo e climaticamente inteligente de produção e consumo de produtos do mar. Tal garante uma gestão responsável das atividades da pesca e a rastreabilidade, contribuindo para a utilização sustentável dos oceanos e dos recursos marinhos.



Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade

A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

Obtiveram-se progressos significativos ao nível do reforço dos quadros estratégicos e da base de conhecimentos ao abrigo da legislação da UE no domínio da natureza e da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020. Após séculos de perdas florestais e de degradação, as florestas europeias recuperaram, cobrindo atualmente mais de 40 % do território da UE, embora seja necessário melhorar o seu estado de conservação. Os recursos naturais definem os limites ecológicos para os nossos sistemas socioeconómicos («fronteiras planetárias»). Relatórios recentes da Plataforma Intergovernamental Científica e Política sobre a Biodiversidade e os Serviços Ecossistémicos demonstram claramente os efeitos persistentes e devastadores da degradação dos solos e da perda de biodiversidade nas sociedades humanas. Não obstante os progressos realizados, as pressões sobre o capital natural da Europa e do mundo resultantes dos nossos padrões de produção e de consumo permanecem elevadas e é provável que continuem a aumentar. Ultrapassar os limites do planeta poderá comprometer ou inclusive reverter os progressos alcançados em termos de níveis de vida. A nível internacional, a UE utiliza a sua agenda de política externa para promover os objetivos neste domínio. Apoia ativamente acordos multilaterais em matéria de ambiente, incentiva a mudança de estratégia nos países parceiros, promove a responsabilidade social das

empresas/comportamento responsável das empresas e integra as preocupações ambientais em todas as suas ações.

Principais tendências

- O número de **sítios protegidos no âmbito da rede Natura 2000** aumentou, bem como as medidas de conservação para esses sítios. Em 2018, quase 70 % dos sítios comunicou a adoção de tais medidas. Em 2017, a UE tinha protegido mais de 790 000 km² de *habitats* terrestres, abrangendo 18,2 % da sua área terrestre. Os Estados-Membros com a percentagem mais elevada de zonas protegidas são a Eslovénia (37,9 %), a Croácia (36,6 %) e a Bulgária (34,5 %).
- O relatório da UE sobre o estado da natureza, que abrange o **estado de conservação das espécies e dos habitats** de interesse europeu, revela que muitos *habitats* e espécies não se encontram num estado de conservação favorável. Em 2012, na UE, só 23 % das espécies avaliadas e 16 % dos *habitats* avaliados apresentavam um estado «favorável», sendo que apenas 52 % das espécies de aves apresentavam um estado «seguro». De um modo mais geral, a revisão intercalar da estratégia de **biodiversidade** para 2020 confirmou que se mantém a tendência para a perda de biodiversidade e a degradação dos serviços ecossistémicos na UE.
- Em 2015, **as florestas** cobriam 41,9 % da superfície terrestre total da UE. Entre 2009 e 2015, a percentagem de florestas proporcionalmente ao território total da UE registou um ligeiro aumento de 2,6 %.
- O relatório sobre o estado do ambiente de 2015 (da Agência Europeia do Ambiente) sublinhou o mau **estado dos solos** na Europa. Os esforços para combater e atenuar a erosão dos solos pela água geraram alguns resultados positivos: ao integrar o potencial impacto das medidas da política agrícola comum na erosão do solo, houve uma redução de 14 % das áreas consideradas em risco de erosão grave do solo pela água entre 2000 e 2012 na UE. No entanto, apesar dos esforços envidados para limitar a impermeabilização dos solos, a reconversão de terras em zonas artificiais tem vindo a aumentar na UE ao longo dos anos – entre 2012 e 2015, tendo este aumento sido cerca de 6 % superior ao do período de 2009-2012. Além disso, 45 % da área agrícola da UE tem um solo fraco em termos de carga orgânica (o que afeta a fertilidade dos solos e a biodiversidade).

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), 19 Estados-Membros da UE têm uma pontuação superior a 70 em 100 para o ODS 15. Catorze Estados-Membros da UE encontram-se entre os vinte primeiros a nível mundial.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

As avaliações em curso a nível mundial e europeu dão conta de uma tendência contínua de perda de biodiversidade e de degradação dos solos e dos ecossistemas, com repercussões negativas nos serviços ecossistémicos (alimentos, água, materiais, energia, etc.), ameaçando assim a produção económica e o bem-estar da Europa. Importar reforçar consideravelmente os esforços em matéria de aplicação da legislação da UE no domínio da natureza para garantir que, até 2030, a UE melhora substancialmente o estado de conservação das espécies e dos *habitats* de interesse europeu protegidos ao abrigo das regras relativas às aves e aos *habitats*. Cabe igualmente acelerar o ritmo de recuperação da biodiversidade florestal. A UE terá de desempenhar um papel fundamental na 15.^a Conferência das Partes na Convenção sobre a Diversidade Biológica, em Pequim (China), no final de 2020, que deverá adotar o novo quadro mundial para a biodiversidade pós-2020 para evitar a perda de biodiversidade à escala global.

Oportunidades/Fatores positivos

Mudança de comportamentos, participação social e política participativa, pressão da sociedade em prol de cadeias de produção sustentável (agroecologia, agricultura biológica), responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, financiamento colaborativo e outras formas de financiamento inovador, financiamento sustentável, parcerias público-privadas, contratos públicos ecológicos, recurso mais alargado a soluções baseadas na natureza, reforma fiscal (por exemplo, tributação da utilização de recursos e da poluição), educação, inteligência artificial e novas tecnologias, investigação e inovação, economia hipocarbónica colaborativa e circular, sociedades resilientes, multilateralismo, comércio aberto e justo, turismo sustentável.

Riscos/Fatores negativos

Degradação ambiental e alterações climáticas, ceticismo ambiental e retrocessos ao nível de políticas conexas, visão de curto prazo, resistência à mudança no sistema de produção alimentar, baixo investimento público e privado, instabilidade geopolítica e ameaças à segurança, desigualdades sociais.

Principais iniciativas políticas

Ao nível da UE: A UE adotou em 2017 um plano de ação para a natureza, a população e a economia. O plano visa acelerar a aplicação da legislação da UE e os progressos para a realização do objetivo da UE para 2020 de travar e inverter a perda de biodiversidade e de serviços ecossistémicos e de tomar melhor em conta os objetivos socioeconómicos. É complementado por uma iniciativa destinada a combater o declínio dos polinizadores na UE e contribuir para os esforços globais de conservação.

Ao nível dos Estados-Membros: A recente lei francesa relativa à «Recuperação da biodiversidade, natureza e paisagens» instituiu uma nova Agência Francesa para a Biodiversidade. O plano de biodiversidade de 4 de julho de 2018 salienta a importância de abordar em conjunto as alterações climáticas e os desafios da biodiversidade e inclui novas metas em matéria de ausência de ocupação líquida de terras, zonas verdes urbanas, agroecologia e proteção do solo, bem como ações relacionadas com os pagamentos por serviços ambientais, os polinizadores e a restauração dos ecossistemas.

A nível regional/local: Na Alemanha, o estado de Bade-Vurtemberg aumentou a dotação para a conservação da natureza de 30 milhões de EUR para 90 milhões de EUR em dez anos. A designação dos parques nacionais e a restauração dos ecossistemas traz benefícios aos agricultores e à economia, incluindo empresas em fase de arranque que produzem embalagens de papel a partir de terrenos de pastagem ricos em biodiversidade, e o setor do turismo da natureza.

A nível empresarial: Cinquenta e nove agricultores austríacos, a cadeia SPAR e o WWF criaram uma aliança sólida no projeto «Solos saudáveis para alimentos saudáveis». Garantindo a venda dos produtos hortícolas produzidos e pagando aos agricultores um prémio de 30 EUR por tonelada de CO² armazenada no solo, a SPAR fomenta práticas de gestão sustentável dos solos. São utilizadas amostras de solo para monitorizar a eficácia do projeto.

A nível da sociedade civil: A Sociedade Grega de Ornitologia, o WWF Grécia, a Sociedade Búlgara para a Proteção das Aves e a Real Sociedade para a Proteção dos Pássaros uniram esforços para travar o declínio da população de abutres-do-egito nos Balcãs. Alargaram a sua abordagem transfronteiras a outros países ao longo da rota desta espécie.



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e criar instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

A UE é um dos projetos de paz mais bem-sucedidos do mundo. Sob a égide dos Tratados europeus, celebrados pela primeira vez em 1957, a UE tem atrás de si sessenta anos de paz, democracia e solidariedade. Em 2012, recebeu o prémio Nobel da paz pela sua promoção das causas da paz, da reconciliação, da democracia e dos direitos humanos na Europa. Promover e respeitar o Estado de direito e os valores fundamentais da União Europeia constitui uma prioridade fundamental da UE, tanto a nível interno como nas suas relações externas. Os sistemas judiciais eficazes desempenham um papel fundamental a este respeito. Garantem que os cidadãos possam exercer plenamente os seus direitos e que as empresas beneficiem de segurança jurídica e de um ambiente favorável ao investimento no mercado único. A UE incentiva os Estados-Membros a melhorar a independência, a qualidade e a eficiência dos seus sistemas judiciais, inclusive mediante um acompanhamento eficaz através do Semestre Europeu e do painel de avaliação da justiça na UE. De um modo mais geral, a Comissão vela pelo respeito do Estado de direito e dos restantes valores fundamentais da UE com todas as ferramentas e instrumentos à sua disposição. Um dos desafios para as sociedades europeias é a corrupção, que abala a confiança nas instituições democráticas e fragiliza a responsabilização dos líderes políticos. A Comissão dispõe de um mandato político para acompanhar a luta contra a corrupção e implementar uma política abrangente da UE neste domínio. Na vertente externa, a UE contribui para a paz internacional e ajuda países parceiros a enfrentar situações de fragilidade, criar instituições responsáveis e transparentes, fomentar a tomada de decisões participativa e garantir processos eleitorais inclusivos e credíveis através da sua política externa e de segurança. Os direitos humanos, a igualdade de género, a inclusão e a não discriminação estão no cerne do Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento. Através das suas políticas de alargamento e de vizinhança contribui igualmente para a paz e a estabilidade. Em particular, a UE promove e presta assistência aos países candidatos à adesão no tocante ao respeito do Estado de direito, à reforma do sistema judicial, à luta contra a corrupção e a criminalidade organizada, à segurança, aos direitos fundamentais e às instituições democráticas.

Principais tendências

- A **perceção** que as pessoas têm **da criminalidade, da violência ou do vandalismo** melhorou; em 2016, 13,0 % da população europeia sentia-se afetada por estas questões, menos 2,9 pontos percentuais do que em 2007.
- O Painel de Avaliação da Justiça na UE de 2018 revela que, em comparação com 2010, a eficiência dos **sistemas judiciais** nos Estados-Membros melhorou ou permaneceu estável em quase todos os Estados-Membros, com poucas exceções. Todavia, os processos civis e comerciais continuam ser muito longos em vários Estados-Membros.
- As **despesas das administrações públicas com tribunais judiciais** na UE aumentaram mais de 11 % em 2007-2016, ultrapassando ligeiramente os 50 mil milhões de EUR em 2016. Esta taxa de crescimento foi um pouco inferior ao crescimento do PIB.
- Em 2018, 56 % dos habitantes da UE classificaram **a independência dos tribunais e juízes** no seu país em termos de «muito bom» ou «bom», o que representa um aumento de quatro pontos percentuais em relação a 2016.
- De acordo com o Índice de Perceção da **Corrupção**, publicado pela Transparência Internacional, os Estados-Membros continuam a figurar entre os menos corruptos à escala

mundial em 2017, ocupando metade dos lugares cimeiros dos vinte países menos corruptos do mundo.

- A situação do **Estado de direito** em alguns Estados-Membros suscita preocupações, as quais são abordadas por uma série de ações a nível da UE.

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), 19 Estados-Membros da UE têm uma pontuação superior a 70 em 100 para o ODS 16. Nove Estados-Membros da UE encontram-se entre os vinte primeiros a nível mundial.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

A UE continua a ter um percurso pacífico. Através das suas políticas de alargamento e de vizinhança contribui igualmente para a paz e a estabilidade. Promove e presta assistência aos países candidatos à adesão no tocante ao respeito do Estado de direito, à reforma do sistema judicial, à luta contra a corrupção e a criminalidade organizada, à segurança, aos direitos fundamentais e às instituições democráticas. As relações externas e a política de desenvolvimento da UE também concorrem para a paz no resto do mundo. Além disso, a UE continua a promover e a defender o Estado de direito entre os seus próprios Estados-Membros. É necessário envidar mais esforços para melhorar a eficiência, a qualidade e a independência dos sistemas judiciais nacionais em alguns Estados-Membros. A nível internacional, registou-se uma tendência para regimes autoritários de governação numa série de países. A promoção da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito permanecerá, pois, uma prioridade fundamental da UE, tanto a nível interno como nas suas relações externas. A UE continuará a diligenciar no sentido de melhorar o acesso à justiça, combater a fraude e a criminalidade e enfrentar a evolução das ameaças à segurança através de um reforço da cooperação e do intercâmbio de informações entre as autoridades policiais e as autoridades de aplicação da lei dos Estados-Membros, para além de promover a cooperação internacional neste domínio.

Oportunidades/Fatores positivos

Valores culturais consonantes com o respeito dos direitos fundamentais, participação social e política participativa, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, educação, digitalização, inteligência artificial e novas tecnologias, investigação e inovação, infraestruturas e sociedades resilientes, multilateralismo, comércio aberto e justo, ajuda ao desenvolvimento.

Riscos/Fatores negativos

Instabilidade geopolítica e ameaças à segurança, alterações climáticas e degradação ambiental, migração e deslocamentos forçados, regresso do protecionismo económico a nível mundial, falta de cooperação internacional, desafios ao Estado de direito, populismo, desigualdades sociais.

Principais iniciativas políticas

A UE a nível internacional: As regras da UE em matéria de minerais de conflito, de 2017, estabelecem obrigações referentes ao dever de diligência na cadeia de aprovisionamento que incumbe aos importadores da União de estanho, de tântalo, de tungsténio e de ouro, a fim de garantir que são obtidos maneira responsável, sem financiamento direto ou indireto de conflitos armados ou conducentes a violações dos direitos humanos em zonas de conflito e de alto risco.

Ao nível da UE: Em 2017, foi criada a Procuradoria Europeia como um Ministério Público Europeu independente com competência para investigar e processar judicialmente as infrações lesivas dos interesses financeiros da UE. Após uma fase de arranque de três anos, prevê-se que a Procuradoria Europeia assuma funções até ao final de 2020. Será um passo decisivo na luta contra a fraude, a corrupção e outros crimes contra o orçamento da UE.

Ao nível dos Estados-Membros: A lei francesa de 2017 sobre o dever de vigilância impõe às empresas a responsabilidade de aplicar medidas que garantam que as suas filiais, fornecedores e subcontratantes em todo o mundo respeitam boas práticas sociais, ambientais e éticas. A lei visa sensibilizar as empresas para o papel que têm a desempenhar na prevenção de tragédias em França e no estrangeiro, bem como assegurar que as vítimas recebem uma indemnização por quaisquer danos causados pelo não cumprimento da nova obrigação das empresas de aplicar planos de vigilância. É aplicável às empresas com mais de 5 000 trabalhadores sediadas em França ou às empresas com mais de 10 000 trabalhadores sediadas no estrangeiro.

A nível empresarial: Em 2011, a Maersk Line, companhia dinamarquesa de transporte marítimo de contentores, foi uma das fundadoras da rede anticorrupção marítima. Esta parceria intersectorial composta por sociedades proprietárias de navios, proprietários de mercadorias e prestadores de serviços colabora com as principais partes interessadas, incluindo governos e organizações internacionais, para identificar e atenuar as causas da corrupção no setor marítimo.

A nível da sociedade civil: Na Eslováquia, o Governo promove a participação da sociedade civil e de organizações não governamentais na elaboração, execução e controlo das políticas públicas em vários domínios. No domínio da política ambiental, há uma estrutura tripartida verde para canalizar as sugestões e observações dos intervenientes não governamentais no processo de elaboração e aplicação das políticas.

17 PARTNERSHIPS
FOR THE GOALS



Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

A União Europeia hoje

Panorâmica/Síntese qualitativa

Os ODS constituem uma dimensão transversal da aplicação da estratégia global para a política externa e de segurança da UE, que apresenta uma visão para um compromisso comum da UE no mundo. O Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento estabelece um quadro para uma

abordagem comum da política de desenvolvimento da UE e dos Estados-Membros com base nos ODS. Com base no princípio da coerência das políticas para o desenvolvimento, a UE pretende maximizar a coerência e desenvolver sinergias entre as suas diferentes políticas para ajudar os países parceiros a alcançar os ODS. Hoje em dia, a UE é o maior doador mundial de ajuda pública ao desenvolvimento. Ao longo da última década, deu-se uma mudança no equilíbrio dos papéis, passando-se de uma dinâmica doador-beneficiário para uma parceria mais equilibrada. A política de alargamento da UE e a política europeia de vizinhança revista estão a centrar-se nos aspetos políticos e económicos fundamentais, incluindo o Estado de direito, os direitos humanos, a democracia e o crescimento económico e o desenvolvimento sustentáveis, em plena consonância com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. O empenhamento humanitário da UE passa por trabalhar em prol da dignidade humana em estreita parceria com um grande número de organizações internacionais da sociedade civil e das Nações Unidas no domínio da assistência humanitária e do desenvolvimento. Tal como definida na estratégia de comércio para todos, a política comercial e de investimento assente em valores levada a cabo pela UE, traça um quadro dos ODS que integra a execução do desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. A UE permanece uma defensora acérrima de um sistema comercial multilateral universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo, alicerçado na Organização Mundial do Comércio (OMC), e está a trabalhar ativamente para preservar e reforçar esta organização, em todas as suas funções. A UE também colabora estreitamente com outras organizações internacionais, como o Alto-Comissariado para os Direitos Humanos (ACDH), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE), a fim de promover os direitos humanos, a responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, bem como os objetivos sociais e ambientais na sua política comercial. A UE promove ativamente a execução da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e os ODS no âmbito do G20. A UE consolida a sua própria governação orçamental e económica através do Semestre Europeu de coordenação das políticas, contribuindo assim para a estabilidade macroeconómica global. Através do programa «Legislar melhor», a Comissão contribui para reforçar a coerência das políticas.

Principais tendências

- A UE é o **maior doador mundial de ajuda pública ao desenvolvimento**, tendo consagrado 75 700 milhões de EUR para o efeito em 2017. Além disso, o rácio global Ajuda Pública ao Desenvolvimento/Rendimento Nacional Bruto (RNB) da UE foi significativamente mais elevado – 0,5 % em 2017 – do que o da maioria dos outros doadores da OCDE, como o Canadá, o Japão ou os Estados Unidos da América. A Suécia, a Dinamarca, o Luxemburgo e o Reino Unido atingiram o objetivo de gastar 0,7 % do seu RNB em ajuda pública ao desenvolvimento (2017).
- **As relações comerciais com os países em desenvolvimento** intensificaram-se. As exportações podem criar postos de trabalho a nível nacional e permitir que os países em desenvolvimento obtenham divisas estrangeiras, as quais podem ser utilizadas para importar outros produtos necessários. Entre 2002 e 2017, as importações da UE provenientes de países em desenvolvimento mais do que duplicaram.
- **A parte das importações da UE provenientes de países menos desenvolvidos** aumentou entre 2002 e 2017. Não obstante, em termos globais, praticamente cinquenta dos países menos desenvolvidos continuam a representarem uns meros 2,0 % do total das importações para a UE em 2017. Nos últimos anos, a UE reforçou o seu papel enquanto principal mercado de exportação para países menos desenvolvidos: a sua quota no total das exportações de bens dos países menos desenvolvidos aumentou de 20,5 % em 2012 para quase 25 % em 2016, seguida da China (21 %) e dos Estados Unidos (8,2 %).

- É crucial ajudar os países em desenvolvimento a aumentarem os seus **recursos nacionais**. Adaptou-se a abordagem da UE em matéria de apoio orçamental a países parceiros para melhor promover os ODS (ODS), melhorar o enfoque nos resultados das políticas dos países e apoiar a criação de capacidades mediante um apoio mais eficaz à melhoria da governação e da gestão das finanças públicas, incluindo medidas contra a corrupção.
- A **transferência da carga fiscal** sobre o trabalho para o ambiente pode impulsionar o emprego, reduzir as desigualdades e limitar as pressões sobre o ambiente. A percentagem proveniente dos impostos ambientais nas receitas totais da UE permaneceu praticamente inalterada (6,8 % em 2002 e 6,1 % em 2017).

Classificação global

De acordo com o relatório mundial de 2018 – Índice e quadro de controlo dos ODS (Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável), seis Estados-Membros da UE têm uma pontuação superior a 70 em 100 para o ODS 17. Três Estados-Membros da UE encontram-se entre os vinte primeiros a nível mundial.

A União Europeia em 2030

Tendências atuais da UE, em igualdade de circunstâncias

Os desafios que a Europa e o mundo têm pela frente serão mais complexos, interligados e globais do que nunca. Será indispensável criar parcerias globais em matéria de erradicação da pobreza e de todos os outros ODS. A nível internacional, a UE continuará, pois, a promover a preservação e o reforço da ordem internacional multilateral baseada em regras, tendo as Nações Unidas como cerne. Trata-se de uma condição imprescindível para garantir os meios de execução. A UE continuará a utilizar a sua política comercial assente em valores para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo a responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, e apoiar firmemente a Organização Mundial do Comércio. Por exemplo, a fim de melhorar os resultados mediante a divisão mais eficiente do trabalho, a UE e os Estados-Membros utilizarão a programação conjunta e a execução conjunta como meio eficaz para a execução de parcerias de cooperação para o desenvolvimento – ou seja, definirão em conjunto qual o doador que deverá trabalhar em que setor. Além disso, as instituições da UE e os Estados-Membros continuarão a redobrar de esforços para aplicar o Programa de Ação de Adis Abeba, que constitui o quadro global para o financiamento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e que salienta o papel da ciência, da tecnologia e da inovação. O Horizonte Europa, o próximo programa de investigação e inovação da UE (2021-2027), sublinha o papel central da colaboração científica internacional para a realização dos ODS. A UE está bem posicionada relativamente à maioria dos compromissos de financiamento para o desenvolvimento até 2030. Também se promoverão as parcerias para o desenvolvimento sustentável dentro da UE.

Oportunidades/Fatores positivos

Participação da sociedade e política participativa, responsabilidade social das empresas/comportamento responsável das empresas, legislar melhor, educação, digitalização, inteligência artificial, novas tecnologias, investigação e inovação, transferência eficaz de tecnologias e partilha de conhecimentos, observação da Terra, educação, voluntariado, financiamento coletivo e outras formas inovadoras de financiamento, financiamento sustentável, parcerias público-privadas, multilateralismo, comércio aberto e justo, ajuda ao desenvolvimento.

Riscos/Fatores negativos

Instabilidade geopolítica e ameaças à segurança, protecionismo económico, falta de cooperação internacional, enfraquecimento das instituições multilaterais existentes.

Principais iniciativas políticas

A UE a nível internacional: A UE colabora com outros parceiros do G20 e organizações internacionais do Pacto do G20 com África, com o objetivo de estimular o investimento nos

países africanos participantes. A UE apoiará igualmente a cooperação triangular – ou seja, parcerias orientadas para o Sul entre dois ou mais países em desenvolvimento, apoiadas por um país desenvolvido ou uma organização multilateral, enquanto importante instrumento para chegar aos países em desenvolvimento e outras partes interessadas.

Ao nível da UE: O Plano de Investimento Externo Europeu e o respetivo Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável apresentaram o orçamento da UE como garantia para desbloquear e estimular o investimento em África e territórios vizinhos. O seu foco principal são países interiores menos desenvolvidos, fragilizados e afetados pela violência e por situações de conflito, que acusam a maior necessidade. Até 2020, pretende desbloquear investimentos privados e mobilizar investimentos adicionais no montante de 44 mil milhões de EUR.

Ao nível dos Estados-Membros: A declaração de intenções intitulada «A Finlândia que queremos em 2050 – Compromisso da Sociedade para o Desenvolvimento Sustentável» é uma forma inovadora de envolver toda a sociedade na implementação dos ODS. A fim de atingir os oito objetivos em prol da sua visão para 2050, estão a ser assumidos compromissos operacionais com setores administrativos e outros intervenientes na sociedade, como empresas, municípios, organizações, estabelecimentos de ensino e operadores locais. Os compromissos têm de ser novos e mensuráveis.

A nível regional/local: Os governos locais e as organizações não governamentais da Letónia participam ativamente em projetos de cooperação para o desenvolvimento com países da Parceria Oriental e da Ásia Central – Moldávia, Geórgia, Ucrânia, Quirguistão e outros. A Associação dos Poderes Locais e Regionais da Letónia tem prestado apoio especializado a longo prazo ao nível do planeamento orçamental, negociação com o governo, participação dos cidadãos no processo de decisão e promoção das empresas nos países parceiros.

A nível empresarial: A Unilever, uma companhia transnacional de bens de consumo, tem sido uma forte defensora dos ODS desde a adoção da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, o seu diretor executivo integrando inclusive o grupo de defesa dos objetivos globais do secretário-geral das Nações Unidas. A Unilever cofundou em 2016 a Comissão para as Empresas e o Desenvolvimento Sustentável, que culminou no lançamento de um relatório pioneiro em 2017, intitulado «Better Business Better World» [Empresas melhores, mundo melhor], sobre a necessidade de as empresas atuarem em prol dos ODS.

A nível da sociedade civil: A Aliança Italiana para o Desenvolvimento Sustentável (ASviS) quer aumentar a sensibilização e mobilizar a sociedade italiana, os agentes económicos e as instituições para a importância da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Reúne mais de 180 das principais instituições e redes da sociedade civil, juntamente com universidades e empresas.

ANEXO III Sumário do contributo da Plataforma Multilateral sobre os ODS para o documento de reflexão – Para uma Europa sustentável até 2030

Carta dos membros da plataforma

Bruxelas, 11 de outubro de 2018

Aos dirigentes atuais e futuros da Comissão Europeia e de outras instituições da UE,

A todos os intervenientes com uma forte participação no modo de vida sustentável das pessoas e na evolução ambiental, social, económica e em termos de governação da Europa,

Aos cidadãos e eleitores na Europa,

Através desta nova plataforma e do nosso relatório, queremos enviar um sinal galvanizador aos dirigentes, aos intervenientes e aos cidadãos dentro e fora da União Europeia: está na hora – mais do que nunca – de desenvolver e aplicar uma Estratégia Europa Sustentável 2030 visionária e ambiciosa.

É importante notar que não se espera de nenhum dos membros da plataforma que subscreva todas as recomendações ou pontos de vista constantes deste relatório. A cada um assiste o direito de ter uma opinião diferente sobre as questões em foco.

Todavia, apostámos em conseguir em pouco tempo aproveitar e respeitar a diversidade de contextos e perspetivas que nos caracteriza, com o objetivo de avançar na mesma direção rumo a uma Europa melhor e sustentável.

Com base em sólidos valores comuns, melhorias em matéria de políticas estruturais e propostas de ações inovadoras, alicerçamos as nossas recomendações na experiência e nos esforços de milhares de homens e mulheres do setor público, da sociedade civil e do setor privado. Move-os a ambição comum de transformar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em soluções práticas para o bem-estar dos cidadãos e a proteção do ambiente para as gerações presentes e futuras.

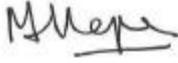
O nosso relatório salienta as diferentes perspetivas e aborda alguns compromissos difíceis entre as dimensões ambientais, económicas, sociais e de governação do desenvolvimento sustentável. Se lográmos negociar alguns deles, outros há que requerem mais clarificação e consenso.

Estamos confiantes de que a confiança e o empenho dos cidadãos e dos dirigentes na contínua transformação da Europa darão frutos. É necessária uma cultura justa e equitativa de diálogo e de parceria a todos os níveis, em que cada parceiro, confiante de não estar só nesse processo,

pode colaborar na concepção de uma Europa ao serviço e em benefício de todos. Também é necessária uma estratégia global para uma Europa sustentável que oriente todas as políticas e programas europeus capazes de acelerar os nossos recursos individuais e coletivos, a fim de alcançar segurança, prosperidade e dignidade sustentáveis para todos.

Orgulhamo-nos do trabalho realizado até à data, ao mesmo tempo que sentimos a urgência de fazer muito mais. Fazemos, pois, votos, de que o diálogo sobre a sustentabilidade e a colaboração no âmbito desta plataforma – tanto entre as partes interessadas e com as instituições da UE – medre e floresça rapidamente.

MARTIN HARPER
Birdlife



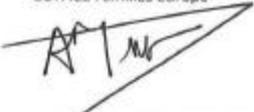
MARKUS BEYRER
BusinessEurope



FREDERIC VALLIER
Council of European Municipalities and Regions



ANNEMIE DRIESKENS
COFACE Families Europe



ARNOLDAS ABRAMAVICIUS
European Committee of the Regions



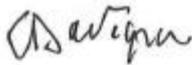
JOHANNES TRIMMEL
CONCORD Europe



LIISA PIETOLA
COPA-COGECA



ETIENNE DAVIGNON
CSR Europe



SILVIA GANZERLA
EUROCITIES



LIINA CARR
European Trade Union Confederation



BRENDA KING
European Economic and Social Committee



FRANCESCO STARACE
ENEL



SASCHA MARSCHANG
European Public Health Alliance



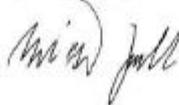
EVA JANE-LLOPIS
ESADE Business School



SUSAN FLOCKEN
European Trade Union Committee for Education



MICHAEL GAEBEL
European University Association



JEREMY WATES
European Environmental Bureau



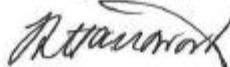
DEJAN BOJANIC
European Youth Forum



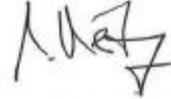
RICHART HOWITT
International Integrated Reporting Council



JANA HAINSWORTH
Social platform



LEIDA RIJNHOUT
SDG Watch Europe



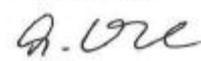
CARL DOLAN
Transparency International



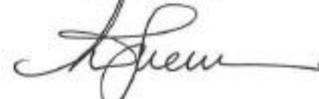
PAUL POLMAN
Unilever



DR. ANDREA KOHL
World Wildlife Fund



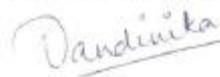
MELLA FREWEN
FoodDrinkEurope



SERGI CORBALAN
Fair Trade Advocacy Office



VANDINIKA SHUKLA
Member acting in personal capacity



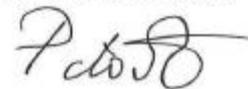
CHRISTIAN THIMANN
Member acting in personal capacity



WIEBE DRAIJER
Member acting in personal capacity



JANEZ POTOCNIK
Member acting in personal capacity



**Resumo – A Europa rumo a um futuro sustentável –
Contributo da Plataforma Multilateral sobre os ODS para o documento de reflexão –
Para uma Europa sustentável até 2030 (outubro de 2018)**

A Plataforma Multilateral para a Execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na União Europeia – a «plataforma multilateral da UE sobre os ODS» – foi criada em maio de 2017 para apoiar e aconselhar a Comissão Europeia e todas as partes interessadas na aplicação dos ODS a nível da UE.

Movidos por sólidos valores comuns, na nossa qualidade de representantes do setor público, da sociedade civil e do setor privado, empenhámo-nos em formular recomendações judiciosas e fundamentadas sobre o modo de transformar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em soluções práticas para o bem-estar das nossas gerações presentes e futuras na UE e fora dela. As nossas recomendações visam inspirar e orientar o documento de reflexão da Comissão – Rumo a uma Europa sustentável até 2030.

Atendendo à agenda ambiciosa e à natureza universal e indivisível dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, não há uma receita única que se possa defender. A consecução dos objetivos exige uma análise abrangente, a identificação dos domínios em que são necessárias alterações e o desenvolvimento de políticas coerentes geradoras de benefícios conexos duradouros no plano social, económico, ambiental e de governação, reconhecendo e atuando com base nas interligações entre todos os objetivos e metas. As nossas recomendações dão um contributo ambicioso e consensual para este objetivo.

Como ações prioritárias, recomendamos que a UE desenvolva e aplique uma Estratégia Europa Sustentável 2030 global, visionária e transformadora, à laia de orientação para todas as políticas e programas da UE. Para ser eficaz, esta estratégia deve incluir metas intercalares e a longo prazo e delinear a visão da Europa para uma Europa sustentável para além da Agenda 2030.

Ao aplicar a Agenda 2030, a Comissão Europeia e todas as outras partes interessadas têm de respeitar princípios fundamentais, cumprir os atuais compromissos assumidos no âmbito de acordos internacionais, comprometer-se a transformar o nosso modelo social e económico, priorizar e facilitar ações para os mais pobres e mais marginalizados na sociedade («não deixar ninguém para trás»), reconhecer os limites do planeta, respeitar os direitos humanos e o Estado de direito, e garantir a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.

Também formulamos algumas recomendações transversais. Aconselhamos a UE a reinventar o seu sistema de governação para garantir uma abordagem coerente do desenvolvimento sustentável. O presidente da Comissão, coadjuvado por uma equipa de projeto específica, deverá ser responsável pela Agenda 2030, assegurar uma coordenação efetiva e dar conta da sua execução no discurso anual sobre o estado da União Europeia. Igualmente necessária será a ação das regiões, dos municípios, dos cidadãos, das comunidades, das empresas e da sociedade civil em toda a sua diversidade para a aplicação dos ODS e do Acordo de Paris. A

UE deve advogar uma abordagem territorial para a realização dos ODS e viabilizar um diálogo bidirecional pelo qual as estratégias europeias e nacionais associem as autoridades regionais e locais, bem como a sociedade civil e as organizações profissionais numa abordagem de governação a vários níveis e com múltiplas partes interessadas. Também nos propomos avaliar os méritos desta plataforma – quanto à sua composição e missão – e debater de que modo poderá futuramente contribuir da melhor forma para a nossa proposta de uma Estratégia Europa Sustentável 2030 inclusiva, participativa e transparente. Por último, importa realizar esforços suplementares para garantir a coerência das políticas em prol do desenvolvimento sustentável, o que significa que todas as políticas da UE devem concorrer para o desenvolvimento sustentável dentro ou fora da Europa.

Temos ainda algumas recomendações específicas sobre a forma de reforçar a atual panóplia de instrumentos da UE. O programa «Legislar Melhor» poderia passar a ser um instrumento mais poderoso mediante a plena integração dos princípios e objetivos de desenvolvimento sustentável e no processo de elaboração das políticas. Os responsáveis políticos da UE devem melhorar a utilização e aperfeiçoar as orientações relativas à avaliação de impacto na ótica de integrar o desenvolvimento sustentável. Cumpre criar um ciclo de coordenação da Europa sustentável, dotado de planos de ação para o desenvolvimento sustentável da UE, relatórios dos Estados-Membros e da Comissão Europeia sobre o desenvolvimento sustentável e recomendações. O processo do Semestre Europeu deve nortear-se pela Estratégia Europa Sustentável 2030 e incluir um controlo da sustentabilidade. As finanças públicas da UE, incluindo o Quadro Financeiro Plurianual, devem ser plenamente sustentáveis; a definição de riscos ambientais, sociais e de governação deve estar integrada nos regulamentos financeiros. Há que proceder a reformas orçamentais sustentáveis ao nível dos Estados-Membros, fazer frente à elisão fiscal e ao *dumping* fiscal, bem aplicar integralmente a Agenda de Ação de Adis Abeba. A bem de informar os futuros decisores políticos, a UE deve continuar a desenvolver um quadro integrado e participativo de acompanhamento, responsabilização e avaliação, incluindo um conjunto abrangente de indicadores dos ODS da UE e uma análise qualitativa.

Formulamos igualmente recomendações setoriais específicas. A sustentabilidade deve refletir-se de modo coerente em todas as políticas e iniciativas da UE. Para o âmbito do presente documento, porém, identificámos cinco domínios de intervenção da UE que desempenham um papel fundamental na consecução dos ODS:

(1) Importa continuar a promover, incentivar e regulamentar o consumo e a produção sustentáveis, prestando atenção especial às cadeias de abastecimento mundiais. Precisamos igualmente de medidas jurídicas, políticas e de financiamento que conduzam esta transição. É preciso reduzir a pegada da UE, estabelecer uma convenção para a gestão de recursos e desenvolver indicadores baseados no consumo. A sustentabilidade deve ser parte integrante da Estratégia Indústria Europeia 2030.

(2) A UE deve investir em atividades de investigação e inovação, nas pessoas e nos talentos humanos, na empregabilidade e na inclusão social. Cumpre aplicar na íntegra o Pilar

Europeu dos Direitos Sociais. Há que promover a economia social e solidária, reforçar o investimento na saúde e no bem-estar e tornar a sustentabilidade numa ciência interdisciplinar. Há que assegurar uma educação de qualidade, priorizar o apoio às crianças e jovens e prever um quadro regulamentar para garantir vias seguras para os requerentes de asilo e migrantes, reforçando, ao mesmo tempo, a integração e a inclusão.

(3) Política climática e energética. A UE deve alinhar as suas metas em matéria de clima e energia com o objetivo acordado de limitar o aumento da temperatura mundial a 1,5 graus em relação aos níveis pré-industriais, aumentando simultaneamente a resiliência. Há que suprimir progressivamente os combustíveis fósseis; aumentar os investimentos na eficiência energética e nas energias limpas; promover a adoção de soluções baseadas na natureza. O congestionamento do tráfego deve diminuir, cabendo fomentar infraestruturas sustentáveis e planos de mobilidade abrangentes. A UE também deve apoiar os países em desenvolvimento na adaptação e resiliência às alterações climáticas.

(4) Alimentação, agricultura e utilização dos solos, incluindo a política agrícola comum. A UE deve velar por que a globalidade do investimento europeu na agricultura esteja em consonância com o Tratado da UE, a fim de garantir um elevado nível de proteção da saúde humana, segurança alimentar, bem como a proteção e a melhoria da qualidade do ambiente. O apoio às receitas públicas deve apoiar a produção alimentar, o fornecimento de bens públicos e a prestação de serviços ecossistémicos, assegurando em simultâneo um nível de vida equitativo para a comunidade agrícola e facilitando a transição para uma agricultura e sistemas alimentares sustentáveis. Importa dar prioridade a investimentos e investigação em matéria de práticas compatíveis com o ambiente e economicamente viáveis, bem como tornar as cadeias de valor mundiais sustentáveis.

(5) A política de coesão é um importante instrumento de investimento da UE para apoiar a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Deve reforçar a localização dos objetivos prestando apoio direto aos governos infranacionais, apoiar a Agenda Urbana da UE, continuar a promover os objetivos sociais e incentivar melhor os investimentos em infraestruturas mais ecológicas e mais sustentáveis, inclusive nas zonas rurais.

A fim de responder à necessidade urgente de ação, exortamos vivamente a Comissão a dar seguimento às nossas recomendações de modo célere e expedito, permitindo que a Europa agarre plena e rapidamente a oportunidade que o desenvolvimento sustentável representa para as nossas sociedades. A execução dos nossos requisitos exigirá uma abordagem inclusiva e participativa que nos comprometemos plenamente a apoiar. O nosso objetivo último é garantir que o desenvolvimento sustentável se torne uma característica permanente da elaboração das políticas europeias.

A versão integral do contributo da Plataforma Multilateral sobre os ODS para o documento de reflexão – Para uma Europa sustentável até 2030 – está disponível em https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/sdg_multi-stakeholder_platform_input_to_reflection_paper_sustainable_europe2.pdf.